

WELLINGTON CEZAR DE ANDRADE SOUZA

Vinte e cinco anos depois.

Efeitos Sociais do Projeto ALBRÁS/ ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará).

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa em Pós-Graduação em Ciências Sociais na área de concentração de Antropologia para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais (Antropologia).

Orientador: Diana Antonaz

Belém-PA
Janeiro/ 2006.

WELLINGTON CEZAR DE ANDRADE SOUZA

Vinte e cinco anos depois

Efeitos Sociais do Projeto ALBRÁS/ ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará)

Dissertação de mestrado apresentado
ao Programa em Pós-Graduação em Ciências
Sociais na área de concentração em
Antropologia para obtenção do título de
mestre em Ciências Sociais (Antropologia)

Belém, de janeiro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Diana Antonaz - Presidente (Departamento de Antropologia / UFPA) .

Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – Examinador (UFRJ)

Dr. Guttemberg Guerra –Examinador (NEAF/UFPA)

Dr. Roberto de Araújo Oliveira Santos Júnior – Examinador Suplente (MPEG/UFPA)

Dedico este trabalho aos moradores de São Lourenço

AGRADECIMENTOS

A árdua tarefa de concluir uma dissertação de mestrado não seria possível sem a grande contribuição de muitas pessoas que se empenharam em ajudar-me neste momento tão difícil, angustiante e, ao mesmo tempo tão gratificante que foi esta jornada que agora chega ao fim.

Agradeço primeiramente, como não poderia deixar de ser, a Deus, pela força durante as provações, a coragem, paciência, perseverança que me fez não desistir, mesmo quando tudo parecia perdido. Só Ele e eu sabemos de meu sacrifício, minha luta.

À Adriana, minha noiva, por tudo, pelas grandes contribuições que me deu, acompanhando-me muitas vezes a campo, dando-me suas preciosas opiniões, seu carinho e amizade, - prestativa em todas as horas. Meus agradecimentos aqui nunca serão suficientes para a sua ajuda que não teve preço.

À minha mãe, Dona Aparecida, pelo amor, e paciência. Por entender minhas ausências, por encontrar nela sempre uma fonte de carinho inesgotável, pela confiança depositada em mim, seu amado filho caçula e, aos meus irmãos e sobrinhos que tanto amo.

À professora Diana, pela sua valorosa orientação e contribuição. Pelos seus sábios conselhos, pela sua paciência, puxões de orelha, enfim, por sua inestimável presteza.

Ao professor Samuel, por estar sempre disponível quando precisei, por sua sabedoria e paciência desde a graduação.

Agradeço aos professores do Departamento de Antropologia, pelas aulas enriquecedoras que tanto ajudaram em minha formação neste terreno que aprendi a amar: a Antropologia.

Aos funcionários da casa: Paulo, Rosângela e Rosana sempre muito solícitos.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelas opiniões e contribuições pertinentes que escutei ao longo dos dois anos.

À CAPES, que me proporcionou a bolsa de pesquisa.

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...
(Carlos Drummond de Andrade - Hino Nacional)

RESUMO

SOUZA, Wellington Cezar de Andrade. Vinte e cinco anos de pois. Efeitos Sociais do Projeto ALBRAS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena – Pará). Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

Os moradores de São Lourenço, no município de Barcarena, no Estado do Pará, vêm experimentando transformações nos seus modos de vida a partir da implantação do complexo metalúrgico ALBRAS/ALUNORTE, a partir da década de 90. A pesquisa orientou-se para uma reflexão analítica acerca das percepções dessas pessoas diante das mudanças ocorridas no período e que geram novas configurações em suas estruturas produtivas e nas formas de organização social e que orientam e atualizam suas práticas cotidianas.

Palavras-Chave: Efeitos sociais, São Lourenço, ALBRAS/ALUNORTE.

ABSTRACT

SOUZA, Wellington Cezar de Andrade. Vinte e cinco anos de pois. Efeitos Sociais do Projeto ALBRAS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena – Pará). Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

The people of São Lourenço, a village in Barcarena (Pará) have been experiencing deep changes in their ways of life since the implementation of the metallurgic complex of ALBRAS/ALUNORTE, in the eighties. This research was is oriented to an analytic reflection about the different ways of perception of such changes along a twenty-five year period, originating transformed productive structures and social organization patterns which direct and update daily practices.

Keywords: Social Effects, São Lourenço, ALBRAS/ALUNORTE.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Plantação de mandioca de Marta dos Santos-----	30
Foto 2 Seu André dos Santos-----	47
Foto 3 Pilha de madeira organizada para a produção de carvão-----	48
Foto 4 Seu André ensinando seu neto a manejar a rede-----	50
Foto 5 Forno para fazer carvão de Maria dos Santos-----	52
Foto 6 Roça que fica próxima a casa de Marta dos Santos-----	54
Foto 7 Tacho de “esquentar” farinha-----	58
Foto 8 Saco de carvão pronto para ser comercializado-----	59
Foto 9 Rede utilizada por Seu André quando ainda pescava-----	62
Foto 10 Caminho de terra que os moradores afirmam como caminho que existia lá há mais de vinte e cinco anos-----	66
Foto 11 Criação de aves de André dos Santos-----	67
Foto 12 Campo de futebol-----	70

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa do Estado do Pará-----02

Mapa 2 Localização Geográfica do Município de Barcarena- Pará-----03

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição dos moradores de São Lourenço por faixa etária-----21

Tabela 2 Distribuição das pessoas segundo faixa etária-----23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Árvore Genealógica de Manoel Joaquim dos Santos-----18

Figura 2 Croqui de São Lourenço-----20

LISTA DE SIGLAS

ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A

ALUNORTE – Projeto Alumina do Norte do Brasil S/A

CBA – Companhia Brasileira de Alumínio

CDI-PA – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará.

CDP – Companhia das Docas do Pará.

CODEBAR – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITERPA – instituto de Terras do Pará

MPE – Ministério Público do Estado

PGC – Programa Grande Carajás

POLAMAZONIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEMA – Secretaria do Meio ambiente

UEPA – Universidade do Estado do Pará.

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

Introdução A Tessitura Temática da Pesquisa– Eventos e memória de perturbações--1	
Uma Literatura sobre os Grandes Projetos: Entre impactos, capitalismos e modernidades-----	07
São Lourenço como campo de pesquisa -----	12
 Capítulo 1 Os “Santos” de São Lourenço-----	18
O que significa ser morador de São Lourenço-----	23
As famílias de São Lourenço-----	26
As crianças e os adolescentes -----	28
Trabalho de homem, trabalho de mulher-----	29
Cooperação e solidariedade-----	33
 Capítulo 2 Representações dos Moradores de São Lourenço a respeito das intervenções do complexo industrial ALBRAS/ALUNORTE-----	35
Um Grande projeto com Várias Intenções: Novos Contornos em Barcarena-----	35
As Diferentes formas de experiência das intervenções-----	43
O Início. O Processo de Intervenção no espaço social-----	43
A centralidade do trabalho: Entre terra e salário-----	48
Mudanças na Estrutura Social -----	64
Os diferentes Olhares dos Moradores sobre as mudanças-----	70
 Capítulo 3 Percepção dos moradores em São Lourenço a respeito da poluição e seus significados -----	71
Os acidentes ambientais de 2003, segundo os moradores de São Lourenço-----	81
A Ambientalização dos Conflitos-----	88
 Considerações Finais -----	94
Referências -----	96
Anexos	
Anexo 1 Decreto nº88.064, de 26 de janeiro de 1983.	

INTRODUÇÃO

A Tessitura Temática da Pesquisa - Eventos e memória de perturbações

Neste trabalho, proponho-me a estudar as transformações sociais¹, conforme experimentadas e percebidas pelos moradores de São Lourenço, no município de Barcarena, decorrentes de intervenções de empresas e governos que se sucederam à implantação do complexo metalúrgico ALBRÁS/ALUNORTE².

A “localidade” de São Lourenço, conforme é chamada nos documentos oficiais, ou simplesmente “São Lourenço”, nas palavras de seus moradores³, está localizada no município de Barcarena, a 44 quilômetros de Belém em linha reta, estando seus limites demarcados o norte e oeste pelo Rio Murucupi, a sul pelo rio Arrozal e a leste pelo bairro do Laranjal⁴. Localizada em “área rural”⁵, conta com 156 pessoas, distribuídas em 30 casas⁶. São Lourenço, *locus* da pesquisa, é constituída por famílias que vivem basicamente da pesca e da terra, produzindo farinha, açaí e banana, que se tornam mercadoria orientada para uma pequena produção mercantil. Todavia, atualmente, parte dos homens e algumas mulheres encontram-se trabalhando na qualidade de assalariados em algumas das empresas que prestam serviços para a ALBRÁS/ALUNORTE.

¹ Assumi como hipótese o princípio de que as pessoas de São Lourenço percebiam de alguma forma mudanças em seu dia-a-dia. Posteriormente, nas entrevistas, ficou claro que se referiam a um momento anterior e a um posterior à chegada da empresa.

² A ALBRÁS (Alumínio Brasileiro S/A) produz lingotes de alumínio, teve sua construção iniciada no final dos anos 70, tendo entrado em operação em 1986. A ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S/A), planta de produção de alumina, teve sua construção iniciada em 1985, interrompida e reiniciada em 1993, começando a operar efetivamente em 1995.

³ Forma como os residentes em São Lourenço se autodenominam.

⁴ Localidade de Barcarena, limítrofe a São Lourenço, para onde foram relocadas as famílias que sofreram a desapropriação de suas terras por ocasião da implantação do complexo industrial. Para o Laranjal foram morar também alguns dos que vinham para o projeto em procura de emprego e que pudessem pagar um aluguel. Consultar a esse respeito ANTONAZ, 1995.

⁵ Conforme classificação do IBGE. A contagem de pessoas em São Lourenço foi realizada por mim, no decorrer da pesquisa, em 2005.

⁶ De acordo com o censo de 2000, a população do município de Barcarena era de 63.268 habitantes, sendo que 27.767 viviam em área urbana e 35.501 em área rural.

Os moradores de São Lourenço, já residiam nesta região de Barcarena, desde bem antes da implantação das empresas e constituíam originalmente uma família única, - a família Santos, de Manoel Joaquim dos Santos -, que comprou as terras no século XIX, onde passou a viver geração após geração. Esta família, com o tempo, uniu-se a outras, através de casamentos, adoção de filhos, por haver recebido doação de lotes de Manoel Joaquim dos Santos a amigos, constituindo-se com o passar dos anos São Lourenço conforme o (a) encontrei na época da pesquisa de campo.

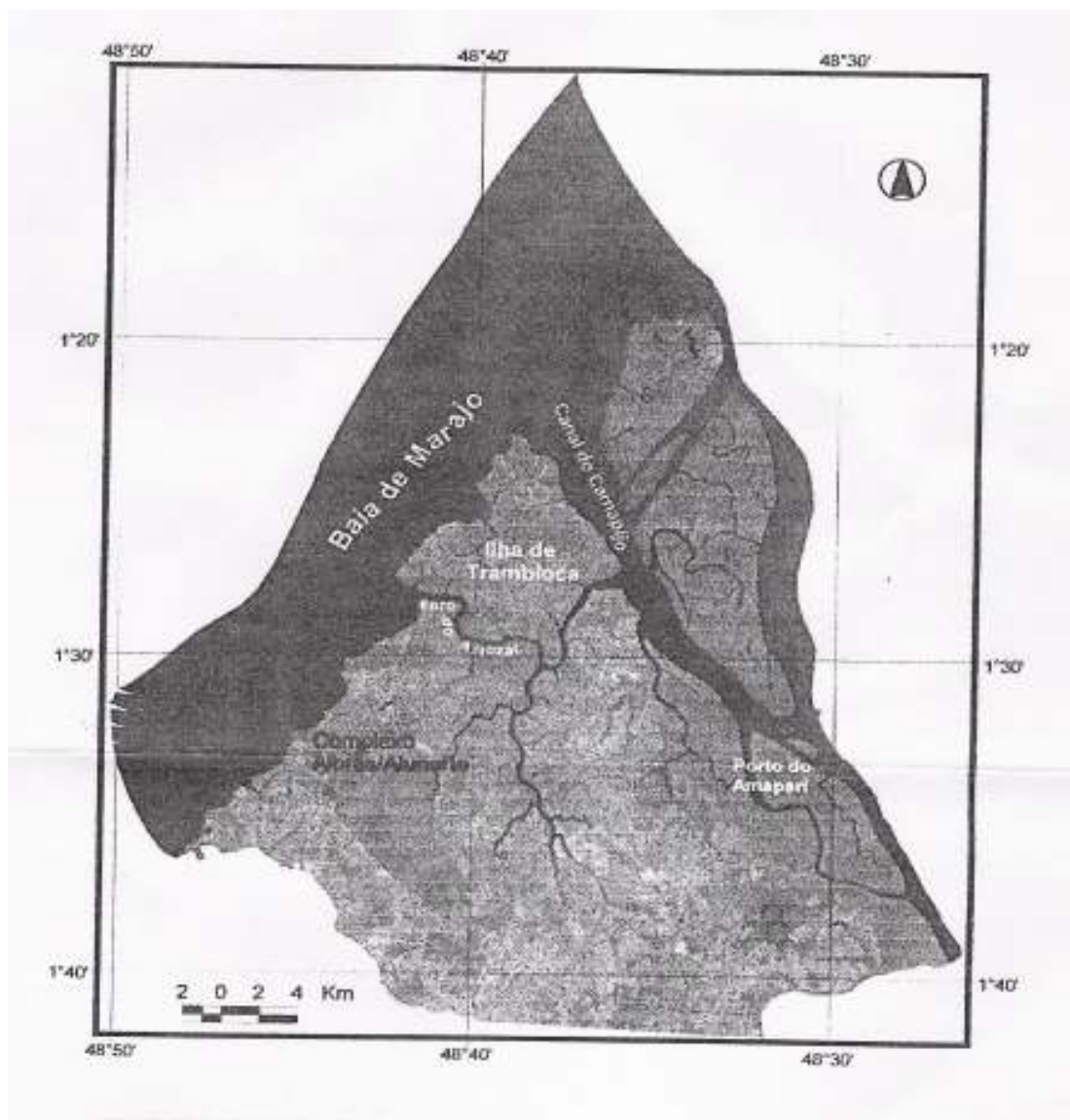
Pretendi estudar as formas segundo as quais os moradores percebem as transformações ocorridas ao longo de vinte e cinco anos, desde os primeiros levantamentos visando a implantação deste complexo industrial, a partir do final da década de setenta, e que implicaram, para os moradores da localidade, efeitos de naturezas diversas, tais como: a perda de terra, negociações desiguais, esperança de empregos, poluição e acidentes ambientais, ou seja, mudanças na forma de viver.

Mapa 1 Localização Geográfica do Estado do Pará



Fonte: Base Cartográfica IBGE/2000.

Mapa 2 Localização geográfica do Município de Barcarena-Pará



Fonte : Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Para isso, propus-me a observar, a partir das atuais situações vividas por essas famílias, as marcas observáveis em seus modos de vida, e de que maneira as intervenções marcadas pela lógica da empresa produziram, entre estes moradores, formas de apropriação e de tradução que estão presentes hoje em seu cotidiano. É importante desde já enfatizar, que não penso que as mudanças a que esta comunidade esteve sujeita ao longo dos anos sejam determinadas apenas pelas conseqüências da implantação do projeto, mas também pela forma como os moradores as percebem em função de suas histórias individuais e coletivas, que fornecem igualmente pistas das

formas como estão capacitados para reagir. O que busquei de fato foi, a partir de um olhar atual, vinte e cinco anos depois da instalação da fábrica, investigar de que formas as pessoas compreendiam e respondiam (ou compreenderam e responderam) às intervenções de que foram objeto, entendendo que os moradores de São Lourenço não são apenas agentes passivos, mas respondem social, cultural e politicamente a essas intervenções. Procurei, portanto, identificar através da observação do cotidiano e nos relatos dos moradores a respeito de seu passado (entendendo-se que estes são permanentemente atualizados) os efeitos das perturbações sobre suas condições de existência.

Foram, então, os reordenamentos das relações familiares e de trabalho e, de uma forma geral, do seu universo social (ou seja, o que é mais sentido enquanto mudança), que constituíram os focos centrais da pesquisa. Ou seja, foi a partir da implantação desses projetos na região de Barcarena, que analisei as condições da população local no que se refere à reorganização e redefinição do seu modo de vida. Como essas famílias, que detêm um saber específico sobre a região e sobre seu universo, suas terras, plantios, rios, experiências cotidianas encontraram formas de se reproduzir dentro de uma área redimensionada e controlada por princípios estranhos a sua lógica. Propus-me desta forma a sublinhar alguns elementos construídos pelos moradores e que foram analisados comparativamente, resguardadas as especificidades de suas histórias de vida, cuja lógica de construção de cada narrador tornou possível identificar como essas pessoas enfrentam os acontecimentos significativos de suas vidas.

Cabe ressaltar que o material etnográfico aqui utilizado remete-se majoritariamente aos depoimentos e às observações diretas que acredito, de certa forma, poderem demonstrar aspectos que registrem a dinâmica das relações sociais e de espaço-tempo que aos poucos se impuseram de forma coletiva. Ou seja, trata-se de entender as narrativas, dentro da lógica interna de cada uma, de forma comparativa e na perspectiva do concreto observado.

Na escolha de São Lourenço como foco de análise, levei em consideração a densidade das intervenções sofridas. Com efeito, além das conseqüências que são comuns a outras vilas e povoados do município, resultantes de do processo de

industrialização, os moradores de São Lourenço foram parcialmente expropriados de suas terras, além de virem sofrendo, desde 2003 os efeitos de acidentes ambientais. Com frequência, a escolha do tema da pesquisa guarda relação direta com as inclinações e com a biografia do pesquisador, e também com alguma situação especial que este vive ou viveu. A pesquisa em São Lourenço é um desdobramento do meu interesse por questões que sempre estiveram presentes em minha formação profissional, quer quando de minhas participações em projetos de pesquisa em Programas de Iniciação Científica, quer no conteúdo de meu Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em Ciências Sociais, quer na minha Especialização em Gestão Ambiental.

Além disto, é oportuno relatar que meu interesse pelo problema (transformações sociais relacionadas com populações amazônicas) e pelo espaço social de Barcarena não é recente. A pesquisa realiza-se em uma região onde já trabalhei anteriormente, embora em outra área e com outros agentes. A percepção das intervenções é quase sempre associada ao complexo ALBRÁS/ALUNORTE. Se, por um lado, os moradores dessas outras localidades possuíam traços e histórico diferenciados⁷, quando comparados aos de São Lourenço, por outro, a investigação é realizada em um contexto, em relação ao qual possuía algum conhecimento e experiência.

Na tentativa de realizar uma pesquisa nesta região em Barcarena, conjugando perspectivas ambiental, sócio-econômica e cultural procurei tentar restituir a temporalidade dos eventos, entendendo que há dinâmicas diferenciadas de se viver as transformações. Quero dizer com isso, que procurei escapar à noção de “impacto”, amplamente utilizada nas ciências sociais⁸, e que quase sempre sugere análises desprovidas de profundidade temporal, que se orientam para o “calor dos

⁷ A pesquisa em questão foi realizada durante três anos (2000-2003) na localidade de Curupeté no município de Barcarena, cujos moradores foram desapropriados pela ação da mesma empresa e assentados em uma área notadamente diferente daquela onde já residiam há várias gerações. Sob a égide do Departamento de Sociologia, esta pesquisa inscreveu-se no Programa de Iniciação Científica da UFPA e estava integrada ao Projeto de Pesquisa “Populações Tradicionais do Pará: Reordenação Social e Sustentabilidade”. A esse respeito conferir SOUZA, Wellington Cezar de Andrade Souza. “Transformações e Resistências Sociais: Reflexões e Perspectivas sobre Curupeté. Considerações sobre a pesquisa e o pesquisar”. Trabalho de Conclusão de Curso em ciências Sociais, Belém, Departamento de Sociologia/ UFPA, 2003. (mimeo).

⁸ Embora importada de uma visão tecnológica das sociedades, de relatórios de “impactos sociais e ambientais” de organizações de governos, empresas e consultorias

acontecimentos”, produzindo uma visão idealizada e homogeneizadora do “antes”, em contraposição a uma visão igualmente homogeneizadora e catastrófica do “depois”⁹. Assim, apesar de tentar produzir uma análise em uma área já bastante estudada, como é o caso de Barcarena, onde foram realizadas numerosas pesquisas voltadas para os efeitos da presença da ALBRAS/ALUNORTE, meu interesse aqui se volta para uma localidade até hoje não focalizada nos estudos acadêmicos, o que tentarei fazer, valendo-me de um olhar de longo prazo (passados mais de vinte anos), e que não poderiam ser observados em um momento de grande efervescência, - além de tentar entender em que circunstâncias se constituem os diferentes contextos ao longo do tempo.

A minha intenção, desta forma, foi a de realizar uma análise centrada no período 1980 -2005, sendo provável que a explicação de alguns eventos e práticas tenha que ser buscada em época anterior. Para tanto, utilizei a noção de “perturbações”¹⁰ (BOURDIEU e SAYAD, 1964; ANTONAZ, 1995) considerando, deste modo, as diferentes intensidades, ritmos, durações e momentos em que as intervenções são impostas, as gradações e diferenças internas, além das diferentes respostas produzidas pelos moradores de São Lourenço. Somado a isto, e para analisar esta perspectiva das “perturbações”, reconstitui as histórias de vida, as trajetórias das pessoas e suas possibilidades de opção por este e/ou aquele modo de vida. É esta reconstituição que permite entender e refletir de que modo as posições sociais ocupadas anteriormente influenciaram nas condições observadas durante a pesquisa.

É necessário atentar que mesmo diante de todas as “situações novas” por que passam os moradores de São Lourenço, de alguma forma, seus modos de vida anteriores a todas estas novas situações persistem e mantêm-se presentes nas mais diversas situações do cotidiano: em suas tentativas de continuar com as mesmas plantações, de permanecerem com suas famílias na região, de se auto-ajudarem,

⁹ Lygia Sigaud (1988) a respeito desta discussão considera surpreendente que esse tipo de perspectiva tenha sido gerada no interior da Antropologia, que para ela deveria se constituir como uma disciplina sensível às diferenças entre sociedade e à especificidade das organizações sociais. Assim critica as tentativas de generalização, que se concentram na idéia de que causas aparentemente iguais produzem efeitos iguais em qualquer sociedade.

¹⁰ Bourdieu e Sayad (1964) discorrendo sobre a dimensão da perturbação que se estabelecem quase sempre nos momentos de mudanças e de crises, inferem que ela dependera além da intensidade e do ritmo impostos à mudança, também do patrimônio simbólico acumulado que a sociedade consegue acumular.

afirmações estas que se verificam em seu dia-a-dia, onde as práticas sociais desenvolvidas não são mais que um reflexo dessa necessária resposta frente a tudo o que estão passando. Contudo, o discurso desses moradores demonstra insatisfações decorrentes de todas as dificuldades que são obrigados a enfrentar.

Estas dificuldades foram expressas, principalmente, por meio de suas constatações quanto à queda vertiginosa de sua produção agrícola e pesqueira e, conseqüentemente, de sua comercialização, causada entre outras, pela própria redução da área de suas terras, o que impossibilita a reprodução adequada de suas plantações, em virtude da limitação e da infertilidade da terra. Nas atividades de pesca, aquelas se referem ao medo decorrente da série de acidentes ambientais ocorridos no rio Murucupi, que atravessa toda a região, e de onde retiravam o pescado. Não foram poucos os entrevistados que se remeteram ao lugar em que moravam como uma região onde sempre houve muita fartura de frutas e de caça, onde suas lembranças sempre remontavam a roças de mandiocas de dimensões bem maiores e que produziam muito mais do que hoje se produz. Este quadro, segundo os entrevistados, se agrava, igualmente, em virtude da falta de apoio aos moradores - por parte da prefeitura ou das empresas que ali se alocaram - para se adaptarem a outras formas de cultivo, ou a novas atividades. Soma-se ainda, é claro, a insegurança quanto à propriedade do terreno e à instabilidade da posse.

Uma literatura sobre os grandes projetos: entre impactos, capitalismos e modernidades

Sob o rótulo de “grandes projetos”, referidos à Amazônia e principalmente ao estado do Pará, encontra-se fértil produção no âmbito das ciências sociais. Podemos, desta literatura, apreender alguns traços comuns a respeito do seu significado. Trata-se de obras de custo elevado, e que produzem a modificação das condições geográficas, territoriais, de ocupação, econômicas, e políticas, sem que os nativos viessem a ser consultados. Esse tipo de ocupação específica se dá na Amazônia a partir dos anos 70, quando o governo federal intensifica a exploração mineral, constrói obras de infra-

estrutura, como hidrelétricas e se propõe a promover a industrialização da região¹¹. A instituição da obrigatoriedade de elaboração de relatórios de impacto ambiental a partir dos anos 90, resultado por um lado, da ação de organizações populares, e de outro do conhecimento produzido na academia e no âmbito de organizações não governamentais, implica algum nível de consulta às “populações locais”.

Na pesquisa bibliográfica que tematiza o estudo das “mudanças” ou “transformações” produzidas pelos grandes projetos, no Pará e em outros estados, verifiquei que grande parte da produção bibliográfica apoiava-se na “medição dos impactos”, categoria esta associada a relatórios elaborados no âmbito de empresas governos. A literatura, de modo geral, tematiza as modificações imediatamente visíveis, que pudessem testemunhar todos aqueles “sinistros” e que substanciassem e corporificassem as transformações em seus territórios, sociedades e culturas. Sigaud (1988) alertava que a literatura que se tem ocupado com a análise dos “impactos sociais” de grandes projetos, entre estes o energético e mais particularmente de hidrelétricas, poderia ser caracterizada por sua preocupação acentuada em detectar regularidades e generalizar efeitos a partir de estudos realizados em contextos sociais distintos. Assim, critica a idéia de que os impactos consistiriam em respostas culturais da população à intervenção, como se a um estímulo (intervenção) correspondesse uma reação (resposta cultural/impacto).

Na bibliografia consultada é marcante a existência de diversos estudos e autores dentro das Ciências Sociais que já enfocaram os desafios enfrentados por comunidades locais e sua inserção ou incorporação a novas e diferentes dimensões percebidas como ligadas à lógica da modernidade¹². Se por um lado estas referências contribuíam para alargar meu horizonte quanto a possibilidades de análises, por outro, deixavam-me de certo modo apreensivo pelo receio de errar naquele que

¹¹ De acordo com Tourinho (1991) a década de 70 pode ser considerada como um marco na implantação dos grandes projetos minero-metalúrgicos na Amazônia, viabilizados pelas políticas desenvolvimentistas sob as quais se enquadrava o modelo econômico de exploração dos recursos minerais e florestais. Através da iniciativa e ação do Estado com a realização de obras de infraestrutura, houve um processo intensivo e contínuo de implantação dos projetos econômicos de grande porte, em vários pontos do Estado do Pará. A expressão “Grandes Projetos” é, portanto, datada e aparece na década de 70, envolvendo por outro lado efeitos sociais, territoriais e ambientais de grande amplitude

¹² Este termo muito discutido na Antropologia e nas Ciências Sociais em geral, pode conotar as mais diferentes interpretações, porém aqui se refere essencialmente à lógica capitalista que as empresas imprimem em contraponto a dinamicidade própria do lugar.

compreendesse como mais apropriado para perceber a realidade que estudava. Resolvi então, utilizar algumas das referências que considerei úteis para abstrair elementos que me ajudassem a “construir” um eficiente instrumental de recursos analíticos.

Entre estes está a análise, por exemplo, de Edna Castro que escreveu o artigo “Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidade”, publicado em 1989 que, tratando mais especificamente dos grupos familiares “atingidos” por esta barragem, constatou que em sua grande maioria estes empreendimentos contribuem à instauração de uma nova dinâmica interna que se expressa, de forma conflitiva, de um lado pela racionalidade do grande empreendimento e de outro pela racionalidade fundada no valor da terra pelo trabalho que a ela incorporam as famílias na agricultura de subsistência. Esse encontro entre organizações da produção diferentes, segundo a autora, precisa ser compreendido enquanto gerador de impacto e de decomposição de formas tradicionais de uso e apropriação da terra e de seus recursos naturais e, conseqüentemente, de um reordenamento no espaço de influência do empreendimento. Alerta a autora que os problemas ressentidos pelas famílias atingidas são de diferentes tipos, quer no campo das atividades produtivas, do tipo de habitação, do acesso aos serviços urbanos e aos meios de trabalho, na forma de propriedade e posse da terra, etc. (CASTRO, 1989).

A própria Edna Castro, em outro trabalho intitulado “Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais”¹³, manifestou a importância de se conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois, no campo dos saberes tradicionais, ainda que não seja possível que os mais diferentes grupos expliquem uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber, no nível local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. Creio, que é preciso compreender as lógicas internas presentes no cotidiano específico de cada realidade social e de cada família. Daí porque considero que estas informações bibliográficas comporão um quadro histórico a respeito dos projetos, mas que entretanto, a análise focalizará essencialmente as

¹³ Trabalho apresentado na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Seminário do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain em 1997.

diferenças internas, quanto a percepção das mudanças. Também porque, diferentemente do caso referente às barragens e às hidrelétricas - que apesar de produzirem perturbações que continuam se sucedendo ao longo dos anos o grupamento estranho acaba partindo (ANTONAZ, 1995). No caso do projeto industrial, este causa uma permanente perturbação, com atração de migrantes, formação de novos núcleos populacionais, modificações nas formas produtivas e sociais das comunidades locais.

Lygia Sigaud em “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho” (1988) adverte que existe uma tendência, em certo sentido hegemônica, de muitos estudiosos considerarem que determinados projetos de grande porte, produzem efeitos iguais sobre as pessoas e sobre o que se convencionou denominar de "meio ambiente", e que tais efeitos podem ser generalizados. Isto, segundo a autora, é assaz perigoso para a análise, visto que aumenta o risco de gerar considerações generalistas e ainda uniformizar as formas com que cada indivíduo se relaciona com as adversidades. Por isto, remete-se à importância de instrumentos analíticos que dêem conta da multiplicidade de desdobramentos e as eventuais singularidades. Sua reflexão, aqui apresentada, consiste em apontar, a partir do caso das hidrelétricas, para o peso das relações da população com seu território, para a importância do modo como o projeto é implantado, para o estudo das relações entre os interessados no projeto e as populações, e para a relevância das condições sociais presentes na área atingida pelo projeto.

Em um trabalho mais recente, Maria de Fátima da Conceição tratando das “Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia” (2001) ressalta que o conceito de populações tradicionais demonstra ter aplicação na interpretação das sociedades amazônicas, quando o impacto da modernização atinge sociedades quase inteiras, forçando-as a um processo de reordenação social. Reflete a autora que a história social da Amazônia está repleta de experiências de reordenação social, em decorrência das mais diversas interferências. Neste sentido, traçando uma história social da Amazônia admite que o uso da expressão “populações tradicionais” deve entretanto, ser utilizado de forma restrita, já que muitas vezes aparece como causa de processos de fixação, quando, na realidade é apenas a leitura das

consequências das intervenções¹⁴. Este tipo de análise, diferentemente dos anteriores citados, será útil, uma vez que contempla uma perspectiva que tenta desnaturalizar o uso de termos e categorias que recorrentemente estão presentes nas pesquisas sobre a Amazônia, e que muitas vezes desvirtua as especificidades de cada indivíduo e de sua respectiva unidade familiar.

Também não poderia deixar de enunciar as considerações de alguns clássicos da Antropologia que enriqueceram estas discussões concernentes aos saberes que ficariam conhecidos como tradicionais. Entre estes, Claude Lévi-Strauss (1976) que tratando das questões dos povos primitivos, admite que estes possuem uma verdadeira ciência do concreto, um verdadeiro tesouro de conhecimentos da botânica, da ictiologia e da farmacologia. Assim, quando escreve nos anos 60 “O pensamento Selvagem” enuncia que a “ciência do concreto” são todos os saberes sobre a natureza e que estes, tão sistematicamente desenvolvidos, não dependem tão somente da utilidade prática.

Outro antropólogo igualmente estruturalista, Godelier (1973) considerando as adaptações sociais infere que no centro das relações sociais das mais diversas sociedades (e aqui inclusas aquelas sociedades que os antropólogos marxistas denominam de pré-industriais) existem também representações, símbolos e mitos que, compondo a cultura desses indivíduos, configuram e reproduzem suas relações sociais, suas racionalidades e seus objetivos de produção material e social. Situo as considerações de Godelier e do próprio Lévi-Strauss no âmbito deste trabalho como uma possibilidade de leitura das experiências acumuladas pelos moradores de São Lourenço e que foram e são transmitidas socialmente antes, durante e depois do processo em curso (a existência da ALBRAS/ALUNORTE).

De maneira geral, a literatura antropológica discute o tema ressaltando, de forma diferenciada, que a cultura, a lógica e o ritmo das populações colocadas frente à frente com outras formas de organização e outros atores sociais não devem nunca ser vistos como sinônimo de atrasados ou qualitativamente inferiores, visto que são concebidas como podendo ser tão dinâmicos e inovadores quanto quaisquer outros.

¹⁴ A autora, neste artigo evidencia a idéia de que o tradicional manifesta-se pela interferência dos elementos da modernidade expresso pelos empreendimentos empresariais e ações externas.

Os estudos revelam as diversas estratégias de resistência ligadas essencialmente à preservação de tradições, à consolidação de certos valores, ou então ligadas ao resgate de ideais que apenas são conservados por aqueles que compartilham suas culturas.

Por outro lado, devo ressaltar que a produção científica a respeito dos grandes projetos e das diversas situações ocorridas entre as famílias que de alguma forma foram abrangidas por estes projetos na Amazônia serviu como referência e como fontes de dados para o presente trabalho, entretanto, algumas restrições foram consideradas. Isto significa dizer que, o enfoque dado ao trabalho foi essencialmente empírico, considerando os pontos de vista e interesses dos agentes envolvidos, voltando-se para o concreto da realidade pesquisada, e tornando-se assim, dispensável, trabalhar com questões concernentes à globalização, moderno, tradicional, capitalismo (muito presentes em vários trabalhos), escolhendo, ao invés, buscar qualificar a realidade por mim trabalhada, o contexto social em que se insere cada pessoa com quem conversei.

O que percebo é que boa parte da bibliografia que analisa estas questões, trata as pessoas de forma indiferenciada e, além disto, registra sua realização e seu enfoque, muitas vezes, somente para o momento de implantação dos grandes projetos e para o momento seguinte a este fato. Esta demarcação temporal que tenta resgatar somente aquilo que refere aos “impactos sociais imediatos”, de alguma forma, naturaliza e homogeniza as diversas situações não permitindo enxergar a complexidades dos efeitos, as variações na forma com que cada família, cada indivíduo assimila e constrói sua compreensão e, em decorrência, à luz desta percepção, produz suas práticas.

São Lourenço como Campo de Pesquisa

Iniciei o trabalho de campo em novembro de 2004 e, embora já tivesse lido a respeito do trabalho de campo de outros antropólogos e de suas análises e tivesse alguma experiência advinda da pesquisa enquanto bolsista de iniciação científica, entrar no campo visando a realização da presente pesquisa, apresentou mais dificuldades do que o esperado. Foram necessários muitos desencontros para perceber que era necessário mais tempo e mais sensibilidade para estabelecer as interações

entre o pesquisador e os moradores de São Lourenço de forma a obter material consistente para análise e redação.

A minha participação na pesquisa do Curupeté já havia terminado há três anos. Ao voltar para Barcarena, fui levado a pensar que em São Lourenço não haveria condições muito diferentes das que encontrara no Curupeté: casas semelhantes, crianças brincando pelos ramais, homens trabalhando nas roças, proximidade com rio. Por conta desta idéia pré-concebida, fui sozinho para lá, sem conhecer ninguém, e tentar fazer um primeiro “reconhecimento da área”, pensando poder travar alguma forma de diálogo, apesar das recomendações de minha orientadora. Entretanto, a recepção foi de desconfiança – para mim, totalmente inesperada - e me serviu, logo de início, para refletir sobre o significado do que acontecera.

As pessoas demonstravam receio e pareciam não acreditar no que eu dizia, mesmo tendo me identificado e explicado que aquilo fazia parte de uma pesquisa acadêmica e que não tinha nenhuma vinculação com a empresa ou com a prefeitura de Barcarena. Acharam, segundo me disseram, que eu era alguém que estivesse verificando quantas pessoas moravam em cada casa, para uma possível desapropriação posterior. Neste momento percebi que apesar dessas pessoas terem sofrido menores danos do que outros, - pelo menos aparentemente ou fisicamente -, já que se mantiveram em seus locais de origem (diferentemente do Curupeté, por exemplo), estavam com medo e esquivavam-se de qualquer forma de contato, mesmo com um estudante, o que era o meu caso. Isso demonstra que pré-julgamentos e ações não planejadas podem colocar em risco o seguimento da pesquisa. No entanto, este “erro” expôs, de imediato, uma situação cuja gravidade eu talvez levasse algum tempo para perceber.

Diante destas circunstâncias, repensei minha entrada em São Lourenço. Por tratar-se de um trabalho de construção do conhecimento, a possibilidade de mudar estratégias de pesquisa está sempre presente. Modifiquei a forma de abordagem, repensando o trabalho de campo, a fim de ocasionar o menor constrangimento possível para aqueles que iria entrevistar. Recuei, entrei em contato com um dos moradores, João dos Santos, que na época pertencia ao quadro do Sindicato dos Trabalhadores rurais, e que intermediou minha “entrada em campo”, desde minhas

primeiras visitas, e a quem sou muito grato. Além das entrevistas iniciais, aproximou-me de seus parentes e vizinhos, mostrou-me documentos e muitas vezes conduziu-me às casas das pessoas que procurava visitar.

Nos primeiros dias da pesquisa conversei informalmente com os moradores, observando seu cotidiano, suas maneiras de agir e tentando já minimamente criar uma atmosfera que propiciasse a aproximação. Passados os primeiros momentos, comecei a pensar nas pessoas que pudessem vir a se tornar meus entrevistados e, dentre estes aqueles que tentaria entrevistar profundidade, considerando as variáveis de geração e gênero. A observação do cotidiano de São Lourenço, este estranhamento inicial e o convívio com alguns de seus moradores, durante o período das entrevistas, realizadas entre novembro de 2004 e junho de 2005, foram vitais pela oportunidade de conhecer algumas das particularidades das famílias da localidade.

Durante o período em que realizei pesquisa de campo em dias seguidos, fiquei alojado na localidade de Vila do Conde, neste município, onde consegui hospedar-me em casa de um amigo que, em seu trajeto habitual, passava diariamente pelas proximidades de São Lourenço, levando-me de manhã e buscando-me à tarde. Houve momentos, entretanto, em que saía de Belém pela manhã, às sete horas, chegava em São Lourenço por volta das oito e meia da manhã, e passava o dia realizando minhas anotações na região. Ao fim da tarde, às seis horas, voltava para Belém, de onde, no dia seguinte, muitas vezes, retornava novamente para São Lourenço.

O roteiro de entrevistas continha lembretes no sentido de chamar-me à atenção a respeito dos aspectos específicos a serem tratados. Na medida em que não eram abordados nos relatos espontâneos dos narradores, interferia para que o assunto fosse mencionado. Realizei anotações sobre as percepções, inquietações e interrogações que surgiam no momento das conversas. Além disso, todos os dados foram anotados em cadernetas, não somente no momento das conversas, mas também quando em momentos seguintes tentava recuperar de memória informações que não havia conseguido anotar. Além disso, recorri a outras fontes documentais: documentos da prefeitura, da empresa, escrituras – que eu pudesse correlacionar com

seus depoimentos e as anotações contendo minhas observações, e, a partir daí analisar o material.

Os objetivos da pesquisa eram explicados durante o primeiro contato, quando registrava minha função como pesquisador e enfatizava a necessidade de transcrever aquilo que na grande maioria das vezes estava gravando com auxílio de gravador ou anotando em caderno de campo. Daí porque sempre solicitava sua autorização para que pudesse utilizar seus depoimentos e registrar fotograficamente casas, pessoas e instrumentos de trabalho. Por vezes, chamava-lhes a atenção o fato de que eu pudesse estar mesmo cumprindo um trabalho de universidade, já que muitos achavam que eu era muito jovem para desempenhar tal atividade. Creio que esta desconfiança estabelecia-se, sobretudo, por estarem acostumados com pesquisadores das empresas da região¹⁵, ou com credores da companhia de energia, que em grande parte tinham uma idade superior. Respondia a todos os questionamentos que eram feitos sobre a pesquisa, sobre meus interesses, assim como também sobre outras informações que demonstravam interesses. Muitas dessas pessoas, por conta própria e depois de alguns meses de visita, solicitavam participar da pesquisa com seus depoimentos.

Deixava que falassem acerca de seu cotidiano, elaborando suas próprias percepções sobre seus modos de vida e que acionassem sua memória, estruturando e selecionando, à luz do presente, as situações e eventos que consideravam importantes de serem abordados. Boa parte das entrevistas foi efetivada na frente das casas dos entrevistados, por vezes também em suas salas. Nesses momentos, não só os entrevistados, como também várias outras pessoas aproximavam-se e de alguma forma manifestavam opiniões. Não foram poucas as vezes que isto ocorreu, desviando o depoimento daqueles que entrevistava ou mesmo ocasionando interrupções, o que tentava contornar. Houve conversas que foram realizadas durante passeios pela região, onde o entrevistado e eu caminhávamos e eu anotava suas conclusões apoiando o caderno de campo sobre a mão.

¹⁵ E isso me fez pensar que talvez não interpretassem a minha função de pesquisador exatamente como eu pretendia.

Objetivamente, tentava identificar, nas conversas, alguns indícios que me poderiam levar a respostas das questões que considerava relevantes, tais como, o que pensavam sobre a presença da empresa? Como haviam transcorrido suas vidas durante estes anos, e como a partir daí poderia fazer uma leitura dos significados da presença da empresa? Quais seus capitais sociais (família, rede de relações, trajetórias, modos de produção) e de que forma os utilizavam para fazer frente às mudanças? A partir delas, estruturei um roteiro que se baseava em alguns assuntos que seriam tratados nas entrevistas: infância, família, escola, trabalho, terra. Apesar desta estratégia, policiava-me para não interferir demasiadamente nos relatos e nas proporções dadas por cada informante aos eventos, facilitando ainda digressões por parte daqueles que entrevistava¹⁶.

A problemática que norteava a investigação conduziu a uma percepção das famílias,- entendidas aqui, pelo menos a princípio, como unidades domésticas - enquanto unidades de análise, pois compreendo que é em seu âmbito principalmente que se desenvolvem as relações capazes de reproduzir as condições de sobrevivência, a reprodução de suas lógicas culturais, das relações de trabalho. Para melhor operacionalização da pesquisa de campo procurei adotar as variantes geracionais (duas ou três gerações) e de gênero, que em meu entendimento facilitariam a restituição das diferenças internas e enriqueceriam a pesquisa. Esses diferentes pontos de vista, penso, puderam ajudar a compreender o que ocorreu na longa duração, na tentativa de capturar nas falas e narrativas dos moradores os estímulos produzidos pelos eventos passados, suas memórias e sentimentos, tentando, ao máximo, reproduzir as especificidades de cada caso e as visões de mundo imanentes a cada situação. Visando integrar a perspectiva da pesquisa, de analisar as mudanças sociais, decidi trabalhar com três gerações¹⁷, não somente com pessoas que tivessem idades e experiências relacionadas ao período anterior a 1980, mas também com pessoas com

¹⁶ De forma geral, as entrevistas mais substanciadas e que incorporaram a busca das “histórias de vida” variaram em duração. Na maior parte, todavia, chegaram a durar por volta de três horas. Além disso, como o entrevistado faz uma releitura do passado *a posteriori*, através de sua posição atual no espaço social, coube a mim tentar ao máximo instigá-lo para que cada um deles pudesse falar sempre com um pouco mais de detalhe aquilo que exprimiam.

¹⁷ É importante ressaltar que a idéia de gerações não serve e nem corresponde simplesmente à sucessão de um grupo pelo outro, à substituição do mesmo pelo mesmo. A geração mais que a idade cronológica, é a forma privilegiada dos atores darem conta de suas experiências extra-familiares, como também indicam mudanças na experiência coletiva de determinados grupos, na construção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição. cf. Hosbawn, 1980.

menos de 25 anos, pois assim poderia relatar eventos e pontos de vistas diversos sobre essas mudanças, mas também apreender as marcas de uma memória coletiva¹⁸. As décadas de 1970, 80 e 90 são relevantes no contexto em que trabalho por constituírem momentos cruciais na dinâmica social, política e ambiental dessa região. O tempo dessas transformações pode ser resgatado através da memória, daí a importância dos relatos de história oral desses diferentes agentes, o que possibilita a construção de uma das visões dessa época e das especificidades internas destes moradores, no que diz respeito às suas organizações sociais¹⁹.

A pesquisa envolveu principalmente a reprodução de histórias de vida. Esta capta o relato do entrevistado sobre sua existência e experiência e também a forma presente de interpretar o passado. Pode reconstituir no tempo os acontecimentos por ele vivenciados e que se dispõe a transmitir como experiência adquirida na interseção entre o individual e o coletivo. As informações resultantes foram analisadas buscando ressaltar suas experiências e suas formas particulares de ver o mundo. Utilizei com isso a perspectiva de Pollack (1992) sobre as “cronologias plurais” que leva em consideração os traços culturais específicos de cada grupo e de cada pessoa, seu modo próprio de construção e de enquadramento da memória como resultado das diferentes realidades²⁰.

A interpretação foi realizada a partir da compreensão de que nenhuma realidade social pode ser reduzida a um dado de pesquisa, pois somente o que se

¹⁸ O que busquei levar em consideração é que as representações do passado dessas pessoas constitui-se por assim dizer uma memória social e que esta pode e deve ser vista como uma forma de documento do passado, claro que realizando relativizações, quando necessárias, no que diz respeito a julgamento de valores, ideologias, etc.

¹⁹ Eric Hobsbawm (1990) escrevendo a respeito da “função social do passado” entende que a maior parte das sociedades considera o passado como modelo de presente, entretanto alerta que neste passado há fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança. Esta consideração torna-se pertinente pois esclarece para o pesquisador analisando as dimensões do passado e relacionado-o com a memória que o sentido de “evolução” é quase sempre percebido na maioria dos agrupamentos humanos como decadência ou declínio, refletindo na idéia de um presente não tão bom quanto o passado.

²⁰ Na parte relativa a problematização da memória surgem com relevância os autores que significativamente detiveram-se nas questões da memória. Assim, como parte significativa do material a ser produzido se dará no formato de entrevista, a literatura que problematiza a memória (HALBWACHS, 1997 e POLLAK, 1992) será referência fundamental. De particular relevância para a análise é o conceito de memória coletiva – também denominada “memória histórica” –, que pode ser definida como uma interação entre as políticas da memória – e as lembranças dos indivíduos ou a “memória comum” (aquilo que todos viveram). Esta se situa no ponto de interseção do individual e do coletivo, do psíquico e do social. A Pollak devemos a análise das estratégias individuais e coletivas de construção da memória a posteriori.

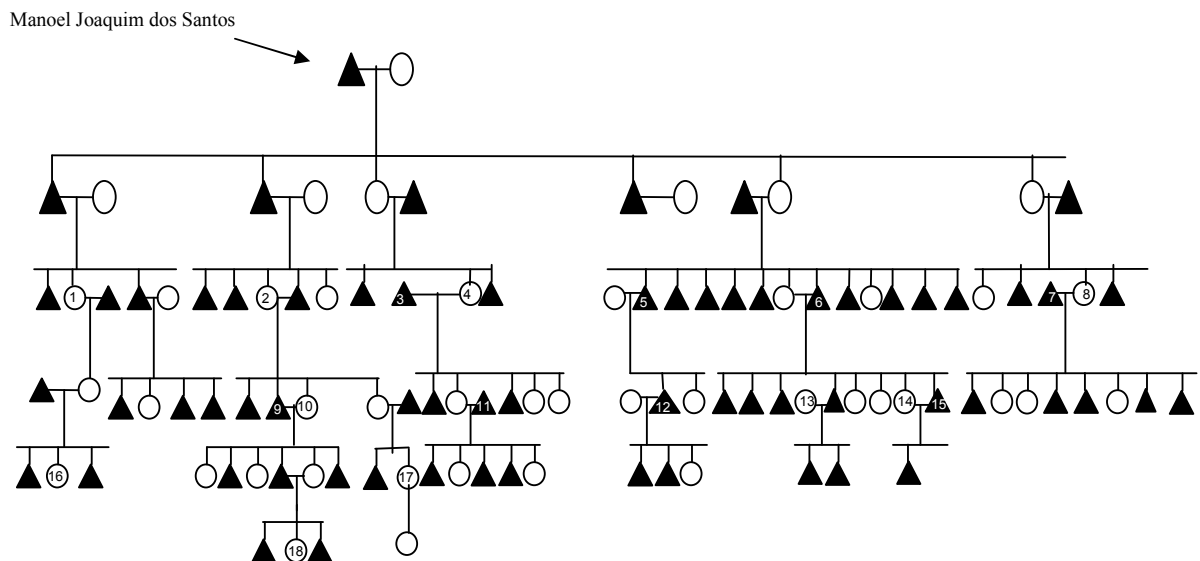
consegue com os resultados da pesquisa é uma aproximação com a realidade pesquisada. Quase todos os moradores entrevistados contribuíram grandemente para os propósitos da pesquisa, quase nenhuma foi descartada, a não ser aqueles registros que se repetiam nos vários depoimentos.

CAPÍTULO 1

Os “Santos” de São Lourenço

Neste capítulo pretendo mostrar quem são os moradores de São Lourenço, como se relacionam entre si e como vivem. Início este trabalho, mostrando como ocupam o espaço, para, em seguida descrever como se agrupam as pessoas em cada casa e discutir, enfim como vivem atualmente. Embora, nem todos sejam parentes consanguíneos dos Santos, nem descendentes em linha direta de Manoel Joaquim dos Santos, todos, até aqueles que se estabeleceram recentemente dizem fazer parte da família Santos. Dei-me conta disso, quando tentei reconstituir a genealogia da família. As razões desta dificuldade, já evidenciam um problema que tratarei de discutir ao longo da dissertação.

Diagrama 1
Árvore Genealógica de Manoel Joaquim dos Santos



- 1 – Catarina
- 2 – Dona Marta
- 3 – Miguel
- 4 – Fátima
- 5 – Tomé
- 6 – André
- 7 – João Paulo

- 8 – Edwiges
- 9 – Bernardo
- 10- Clara
- 11 – Gabriel
- 12 – João
- 13- Ana
- 14-Teresa
- 15- Paulo
- 16 – Mônica
- 17 – Rita
- 18 - Luzia

Conforme relatado por alguns moradores, aparentemente, o espaço físico de São Lourenço conserva as mesmas características presentes desde a época de Manoel Joaquim dos Santos. Ruas de chão batido, grama na frente das casas, coqueiros, um estreito caminho que leva de uma casa a outra, enfim, um cenário que muito se parece com qualquer outro do interior do Pará. A maioria das casas possui os cômodos básicos, uma sala, um ou dois quartos, uma cozinha e um banheiro que muitas vezes encontra-se fora da casa. Há um grande número de janelas nas casas, - frente, lados e fundos -, que penso sirvam principalmente para integrar o interior e o exterior da casa. As cozinhas ficam na parte de trás, sendo frequentemente o maior cômodo da casa, com mesa para refeições, pias, cadeiras e fogão. Este cômodo fica de frente para a área onde se encontram tanques de lavagem de roupas e varal. Construídas, em sua maioria, de madeira com cobertura de telha de argila ou de amianto, são, em grande parte, suspensas sobre palafitas, entre as quais, em algumas casas, percebe-se uma criação de aves e, por vezes, de alguns porcos. A maior parte das casas, portanto, é delimitada pela área em que vivem os animais.

Suas plantações encontram-se separadas do perímetro da casa, isto é, em áreas específicas para o roçado²¹. Junto às casas, no entanto, podem ser vistas algumas bananeiras e mamoeiros que se encontram nas proximidades. Os caminhos que

²¹ Os termos roça, roçado e sítio, são categorias nativas, e aqui são utilizados com os significados atribuídos pelos entrevistados, expressando o lugar onde cultivam e colhem suas produções agrícolas. A única diferenciação que pude perceber refere-se ao sítio como aquela plantação que se situa mais próxima de casa, e à roça ou roçado, como aquela plantação que fica mais afastada da casa. Entretanto, a apresentação dos espaços no contexto rural pode apresentar nomeações diferenciadas. Brandão (1983) tratando dos “caipiras de São Paulo” percebeu, por exemplo, características distintas no chamado “terreno da roça” que seria o espaço onde se realiza o trabalho essencial e obtém-se o sustento e os produtos de que a família vive e se reproduz. Já o chamado “terreiro” seria o espaço onde se planta e já se cozinha; é o lugar onde se racha a lenha, assam-se bolos, faz-se a farinha, faz-se a e conserta-se instrumentos.

interligam as casas e as janelas numerosas sugerem que se trate de uma grande família. Pode-se falar de janela a janela e seguir o caminho até uma das casas, sem passar pela estrada principal, como se tratasse de uma grande família. A seguir, mostro como estão dispostas as casas e como as pessoas se agrupam em seu interior. O quadro e o croqui oferecem, além disso um panorama da vizinhança, para cada casa, mostram os caminhos que conectam as casas, e ainda as alamedas que levam até o rio.

Figura 1
Croqui de São Lourenço

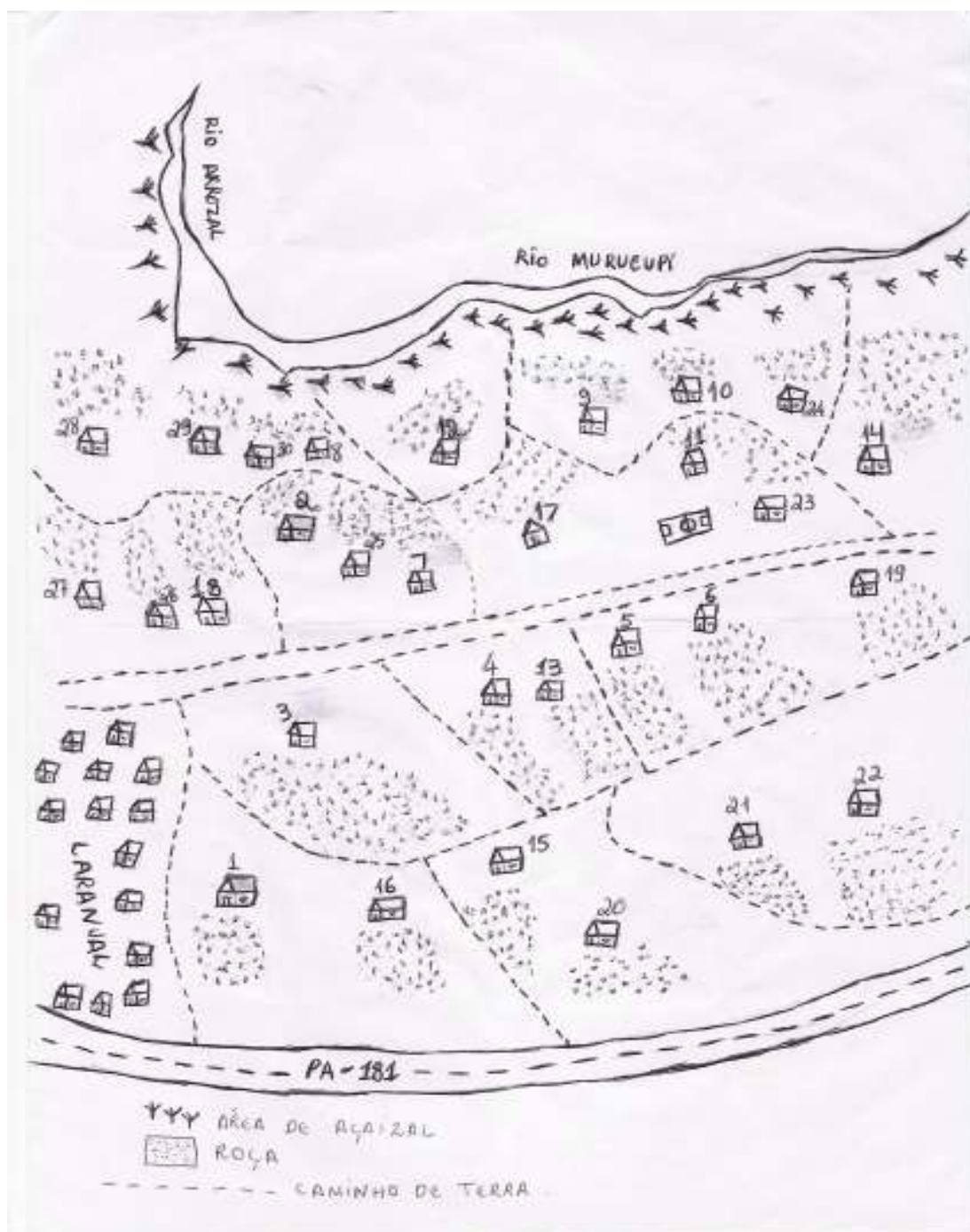


Tabela 1 Moradores de São Lourenço²²

Casa (Referência do Croqui)	Chefes de Família	Filhos	Outras pessoas
	Fábio dos Santos (36 anos) e	Maria (12 anos), João (10 anos),	

²²Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, estratégia por mim utilizada para preservar a privacidade dos meus entrevistados.

01	Lúcia Pereira (32 anos)	Paulo (7 anos), Terezinha (5 anos)	-----
02	João (40 anos) e Ana (38)	Marcelo (12 anos), Camila (15)	Rogério (20 anos) irmão de Ana
03	Joaquim (56 anos) e Severiana (52 anos)	Maria (32 anos)	Helena (14 anos) e Paulo (12 anos) filhos de Maria
04	Maurício (36 anos) e Clara (35 anos)	Mateus (15 anos), Lucas (10 anos) e Joana (7 anos)	-----
05	Catarina (62 anos) *	Izaura	Sueli (22 anos), Raimundo (19 anos), Alexandre (24 anos).
06	Gabriel Xisto dos Santos * (37anos) e Paula (36 anos)	Carla (21 anos), Mauro (18 anos), Fernanda (14 anos), Renata (12 anos), Daniel (10)	
07	Marcio (42 anos) e Alice (39 anos)	Julio (21 anos) Melissa (14 anos)	Joaquim (36 anos), irmão de Benedito (62 anos), pai de Alice
08	Geraldo (37 anos) e Anita (36 anos)	Luana(29 anos) Larissa (10 anos) Carlos (26 anos), Alberto (24 anos), Carolina (23 anos), Luisa (22 anos), Marcio (21 anos), Luis (18 anos)José (16 anos)	-----
09	Eliseu (27 anos) e Vanessa (24 anos)	Amélia (5 anos) e Miguel (2 anos)	
10	Caetano (54 anos)	Pedro(26 anos) Carlos(24 anos)	-----
11	Eduardo (24 anos) e Marieta (24 anos)	-----	-----
12	Miguel (55 anos) e Fátima (55 anos) * *	Gabriel (29anos),Lazaro(23 anos), Inácio (21 anos), Flora (18 anos), Márcia (17 anos)	-----
13	Augusto (27 anos) e Marlene (22 anos)	-----	-----
14	André (59 anos) e Maria (56 anos) *	Sandro (34 anos), Clara * (32 anos), (30 anos), Rui (28 anos), Osvaldo (27 ano)Erlon (25 anos), Mateus (23 anos)	Paulo * (22 anos) genro de André, Danilo (1 ano) Neto de André
15	Antônio (32 anos) e Raimunda (30 anos)	-----	-----
16	João Paulo (65 anos) * e Edwiges * (62 anos)	-----	-----
17	Cezar (48 anos) e Sâmara (47 anos)	Leonardo (26 anos), Marcos (24 anos) , Samuel (24 anos), Socorro (21 anos), Daniela (18 anos)	Elisa (23 anos), esposa de Leonardo

18	Laura (52 anos)	Maria (22 anos)	-----
19	Agostinho (42 anos) e Vera (42 anos)	Leonardo (15 anos), Luzia (13 anos), Samuel (11 anos)	-----
20	Isaura (46 anos)	Mônica * (21 anos)	
21	Pedro (47 anos) e Cacilda (46 anos)	Paulo (23 anos) , Camila (22 anos), Luis (21 anos), Gustavo (16 anos)	Carina (23 anos) esposa de Paulo
22	Candido (70 anos)	Alda (40 anos)	Luciana (16 anos) neta de Cândido
23	Bernardo * (41 anos) e Clara * (40 anos)	João (20 anos), Mara (18 anos), Helena (17 anos), Lucas (14 anos), Maria (10 anos)	Marta (70 anos) * mãe de Bernardo, Carlos (25 anos) sobrinho de Bernardo
24	Sergio (48 anos) e Maria (47 anos)	Gilberto(24 anos), Liliam (20 anos) , Pedro (19 anos)	-----
25	Dario (49 anos) e Marilda (49 anos)	Gabriela (26 anos), Vanessa (24 anos), Rafael (22 anos), Larissa (21 anos)	Maurício (26 anos), Marido de Gabriela
26	Tomé (55 anos) * e Isabel (49 anos)	Carmem (26 anos), Marcos (22 anos) -----	José Vital Santana (75 anos)
27	João Santos (45 anos) * e Tânia (42 anos)	Maurício (7 anos), Daniel (5 anos), Letícia (2 anos)	-----
28	Fernando (49 anos) e Diana (48 anos)	Cândida (27 anos) Marcos (26 anos) Gabriel (25 anos) Michele (24 anos)	Romeu (27 anos) marido de Cândida Marina (24 anos), esposa de Gabriel
29	Tadeu dos Santos (36 anos) e Ana* (35 anos)	Antonio (8 anos) Sérgio (6 anos)	-----
30	Álvaro (45 anos) e Esther (42 anos)	Manuel (22 anos) Eduardo (21 anos) Marisa (18 anos) Bartolomeu (16 anos)	-----

Fonte: Pesquisa de

campo: Maio de 2005.

As pessoas marcadas com asterisco aparecem com o nome na árvore genealógica da família Santos. Nas casas, assinaladas com cinza, residem aqueles que se consideram descendentes diretos de Joaquim Manoel dos Santos.

Somam, atualmente, 156 pessoas distribuídas nas seguintes faixas etárias²³:

Tabela 2 Distribuição das pessoas segundo faixa etária

Até 20 anos		De 20 até 50 anos		Acima de 50 anos	
55		85		16	
Masc 26	Fem 29	Masc 46	Fem 39	Masc 9	Fem 7

Fonte: Pesquisa de Campo. Maio de 2005.

Conforme o quadro acima, a frequência de pessoas do sexo masculino (81) é maior do que a do sexo feminino (75). No entanto, esta tendência se inverte para a faixa de 20 até cinquenta anos, o que aparenta ser um indicativo de que as condições concretas de existência (trabalho, casamento) motivam mais as mulheres a migrar do que os homens. No que concerne à faixa etária, acentua-se a faixa dos adultos que possuem mais de vinte anos e menos de cinquenta. Menos de dez por cento dos moradores tem mais de 50 anos. Na outra ponta, a faixa etária que se situa abaixo dos vinte anos, é composta por pessoas que são os filhos e netos daquelas encontradas nas faixas anteriores, é também significativa e representa sessenta e cinco por cento do total da população de São Lourenço.

O que significa ser morador de São Lourenço

Com efeito, a grande maioria das pessoas, que no transcurso desta pesquisa estava residindo em São Lourenço, respondeu estar ali desde que nasceu. Todos fazem questão de enfatizar que nasceram na região, mesmo local que moraram seus pais e avós. São segundo afirmam são “os moradores de São Lourenço”. Frisam a qualidade dos que são moradores e daqueles que não são moradores ou dos que não

²³ Estabeleci este gradiente de idades como forma de permitir uma visualização de três grandes faixas. Uma primeira que compreendesse jovens que em grande parte não possuem filhos ou companheiros e que trabalham somente no auxílio às suas famílias na roça. Essa faixa compreende pessoas que vivenciaram períodos em que a ALBRAS/ALUNORTE já estava implantada na região. Em um segundo bloco, estabelecem-se pessoas que já possuem filhos e trabalham quer na roça, quer como assalariados (neste caso, homens). Na última faixa encontram-se pessoas que quase já não encontram mais trabalho nas empresas e que trabalham somente nos roçados.

estão mais lá: “Nós todos nascemos e nos criamos aqui e ninguém de fora vai tirar nunca a gente daqui”, demonstra o comentário de Miguel (casa 12), de 55 anos e que se diz “filho de São Lourenço”. Seu Miguel, que cria galinhas e planta mandioca para consumo próprio e para venda é casado e tem quatro filhos morando com eles. Chegou a trabalhar cinco anos como fiscal e servente na ALBRÁS/ALUNORTE, mas cansou de ser “pau mandado” e “cordeirinho”. Só cursou as primeiras séries do ensino fundamental, época que considera a melhor época de sua vida e a mais próspera de São Lourenço. Esse entusiasmo de se referirem enquanto nascidos e moradores de São Lourenço denota um sentimento de pertencimento àquela região e de identificação com os outros moradores - familiares ou não – assim como a sua intenção de permanecer e continuar a se reproduzir naquela terra, apesar das constantes ameaças.

Há casos de pessoas que saíram de São Lourenço, retornando depois de alguns anos. É o caso, por exemplo, de Ana dos Santos (casa 29) de 35 anos, que nasceu em São Lourenço e já morou na adolescência no município de Mojú e, durante dois anos, em Belém no período em que seu marido (Tadeu) estava nesta capital procurando emprego. Seus filhos, - Antônio (8 anos) e Sérgio (6 anos) -, moram com ela sendo que este último a ajuda nos serviços de casa. Cursou o ensino médio e trabalha hoje como professora em uma escola que existe próxima ao Laranjal. Conheceu seu marido quando este trabalhava próximo à sua escola numa fábrica de asfalto. Casaram-se e construíram sua residência em um pedaço de terra doado por seu pai (André). No momento da pesquisa, seu marido encontrava-se trabalhando como vigia e ainda utilizava suas folgas no serviço para ajudar seus pais (d Ana) nas plantações.

Moro há 35 anos aqui, nasci aqui. Meus pais e meus avós nasceram aqui. Moro aqui com meus pais, meus irmãos e meu marido. Todo mundo fica aqui pra um ajudar o outro. Cada qual aqui vive pra não ser expulso qualquer hora dessas e pra não fazer que destruam São Lourenço. Quem mora aqui tem sangue nas veias. Todas as casas são assim²⁴.

Em menor número encontra-se pessoas que já moraram em Belém, mas que possuíam alguns parentes morando em São Lourenço. Entre estes, destacam-se os

²⁴ Ana dos Santos, 35 anos. Entrevista concedida em 19/03/2005

que passaram a infância e a adolescência na capital do estado estudando e/ou trabalhando, mas que, com a possibilidade de empregos na ALBRAS/ALUNORTE e com o apoio de parentes que lá continuaram residindo, resolveram voltar.

Moro aqui há cinco anos. Morava antigamente lá em Belém, só que eu tinha uns parentes aqui. Depois eu consegui um empreguinho aqui na “Rio Capim”²⁵, prestando alguns serviços. Fiquei aqui direto. Eu já tinha um irmão morando aqui no Laranjal, mas ele fica quase sempre desempregado. Moro aqui com minha mulher e meus dois filhos. Todos somos dessa região: pai, mãe, tios²⁶ (Antônio, casa 15).

Eu moro aqui direto há três anos, mas minha mãe sempre morou aqui. Nasceu aqui essa minha filha já nasceu aqui. Eu nasci aqui, mas depois fiquei em casa de parentes em Belém, estudei um pouco e depois também trabalhei um pouco (Rita dos Santos, casa 5)²⁷.

Outros, ainda, vieram para São Lourenço depois que se casaram e também passaram a morar definitivamente na região logo que construíram casa junto aos parentes de um dos cônjuges. Este é o caso de Paulo dos Santos (casa 14), de 22 anos, - morando na casa do sogro -, que nasceu em Belém, mais precisamente no bairro do Guamá, tendo parentes em vários pontos do município de Barcarena. Filho de uma dona de casa e de um eletricitista cursou algumas séries do ensino fundamental em Belém, que se forçava para lembrar, sem, no entanto, conseguir. Trabalhou como ajudante de pedreiro e como servente na adolescência, mas nunca se manteve por muito tempo em cada trabalho.

Mudou-se para São Lourenço, após casar-se com Clara dos Santos, filha de André e Maria, com quem tem um filho que completou um ano²⁸. Os dois conheceram-se em uma festa nas vizinhanças. Em pouco tempo já estavam morando com o sogro, enquanto constroem uma casa nas proximidades. Admitiu estar desempregado no momento da pesquisa, apesar de realizar alguns “bicos”, carregando ou vendendo farinha e ajudando em construções.

²⁵ Empresa de processamento de caulim, implantada em Vila do Conde no final da década de 90.

²⁶ Antonio, 32 anos, vigia. Já transitou por várias cidades do Estado e residiu por algum tempo em Belém quando estava sem emprego. Entrevista concedida em 18/04/2005

²⁷ Rita dos Santos, 26 anos. Entrevista concedida em 05/07/2005.

²⁸ Verifica-se, conforme foi comentado, que o marido assume com frequência o sobrenome da família da mulher, quando se trata da “família Santos”.

As famílias de São Lourenço

Antes de tratar sobre a percepção dos moradores de São Lourenço sobre o que consideram como família, torna-se relevante evidenciar a discussão de Pierre Bourdieu (1994) sobre várias maneiras que diferentes grupos humanos entendem por família, Casa, lar, residência seriam apenas alguns dos termos a ela associados. Em suas considerações, atenta para o que seria a definição dominante da família - conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si, pela aliança ou casamento, pela filiação ou pela adoção e vivendo sob um mesmo teto. Por outro lado, este autor também reflete sobre as representações que as pessoas possuem sobre o que consideram como família, podendo ser entre outras, a atribuição a um grupo, propriedades de um indivíduo ou como uma realidade que transcende a seus membros, dotada de uma vida e de um espírito comuns e de uma visão particular do mundo²⁹. Em nosso caso concreto, - o de São Lourenço-, o que os habitantes consideram enquanto família reflete uma dinamicidade bastante grande quando observados e/ou ouvidos. Alguns a demarcam como aqueles parentes que moram numa mesma casa, o que por vezes inclui pai, mãe e filhos, em outros, pai, tios e tias, sobrinhos e filhos e até um amigo da família. Verificou-se também haver casos em que os entrevistados associaram os vizinhos como pertencentes à sua família, já que estes eram também parentes, - mesmo que de segundo grau -, mas que moravam em uma casa diferente. Outros ainda diziam que todos os moradores de São Lourenço pertenciam à sua família, pois no início todos faziam parte de uma mesma descendência: a dos Santos.

Apesar de demonstrarem de forma implícita em suas falas seus desejos de manutenção de uma referência ideal de família (união com casamento, com filhos e morando numa mesma casa), o que se evidencia é uma ampla flexibilidade do que se poderia conceber como estrutura familiar dos moradores de São Lourenço, existindo

²⁹ A família para Bourdieu comporia a mais natural das categorias sociais, isto porque, a categoria do familiar funcionaria dentro do *habitus*, como esquema classificatório e princípio de construção de mundo social e da família. Seria o produto de um verdadeiro trabalho institucional, ritual e técnico, que enseja instituir permanentemente em cada um de seus membros a unidade instituída dos sentimentos adequados para assegurar a integração que é a condição de existência e persistência dessa unidade (BOURDIEU, 1980).

uniões que compreendem aquilo que denominam como “juntar-se com o companheiro”, mães que criam seus filhos sem a presença do pai, e, ainda por vezes, filhos de uniões diferentes³⁰.

As famílias que moram em uma mesma residência têm em média quatro a seis membros, havendo duas com apenas um componente, pois a esposa do aposentado Manuel Vital de Santana, por exemplo, faleceu e seu filho logo após esse acontecimento o deixou para morar em Belém e nunca mais voltou. As maiores famílias chegam a possuir até dez membros (unidades domésticas).

A análise da genealogia dos Santos, da organização das famílias nas unidades domésticas (quadro 1) e da disposição das casas (cf. croquis) fornece dados relevantes para a análise das mudanças desenvolvida no capítulo 2. Tratarei as observações feitas a partir desses instrumentos, tratando da relação entre arranjos familiares e mudança no próximo capítulo. Verificamos no quadro 1, que nas 30 unidades de domicílio residem 11 famílias nucleares (casal e filhos), respectivamente nas casas 1, 4, 8, 9, 12, 19, 23, 24, 27, 29 e 30; cinco casais sem filhos, sendo: dois na faixa dos vinte anos, um na dos 30, um na dos 50 e um com mais de sessenta, respectivamente nas casas 11, 13; 15, 16 e 26. Em uma das casas (2), além da família nuclear, mora um irmão da mulher; e em outra(7) o pai e o irmão do pai da mulher. Na casa 6, além do casal e dos filhos moram a mãe e um sobrinho do marido.

Além dos arranjos acima, moram, na casa do casal, filhos casados, genros, noras e netos. Nas casas 17 e 21, moram também as noras, esposas dos filhos mais velhos; na de n. 14 mora o genro e um neto e na de n. 25, além do genro, um neto. Na de n. 28 moram um genro, marido da filha mais velha, e a nora, esposa do terceiro filho.

Encontramos ainda domicílios unicamente masculinos (casa 10), onde mora o viúvo Caetano com dois filhos adultos, e femininos: casa 18, onde mora mãe com uma filha adulta e a casa 20 onde moram três gerações de mulheres. Na casa 3

³⁰ Estas variações compreendem aquilo que se poderia enquadrar enquanto uniões não-formalizadas quer judicialmente quer religiosamente, e ainda, as chamadas mães solteiras.

vive um casal com uma filha adulta e duas netas, e na casa 22, um viúvo que mora com a filha adulta e uma neta adolescente.

Mais alguns dados relevantes podem ser abstraídos do quadro. Embora ainda haja casais com número de filhos relativamente elevado, - até 5 – se considerarmos a média nacional inferior a 2 e do Pará, em torno de 2,3, considerando o número de filhos que os casais costumam ter em áreas rurais de Barcarena ou da vizinha Abaetetuba, por vezes de mais de 10, verifica-se que o número de filhos é bem inferior, especialmente no caso dos casais jovens, alguns dos quais não tem nem mesmo filhos. Outro fato que chama a atenção é que muitos filhos permanecem solteiros na casa dos pais até perto dos trinta anos, enquanto que, nas ilhas de Barcarena e Abaetetuba, as uniões ocorrem ainda na adolescência. A leitura correlacional dos três instrumentos mostra ainda que o arranjo das casas, em certos casos obedece a relações de parentesco e proximidade. Assim, João dos Santos (27) mora ao lado de seu pai Tomé (26) e de sua prima Ana; Bernardo (23) mora perto de seu tio André; e as primas Catarina e Marta, da geração mais antiga viva residem em casas contíguas.

Quanto a quem é o chefe do domicílio, no caso dos casais mais velhos, é o homem, no caso dos mais jovens esta situação é atenuada. No caso domicílios masculinos ou femininos o chefe é sempre o mais velho. De interesse são os casos de Catarina (5) e Marta (6). A primeira é a matriarca da casa, embora tenha filhos adultos e até mesmo um casado, enquanto que Marta mora na casa do filho.

A análise aqui feita será retomada no capítulo 2, uma vez que contém elementos chave que permitem entender o processo de mudança.

As crianças e os adolescentes

Quanto à escolarização, as crianças e os adolescentes de São Lourenço (aqui considerados até a idade de 17 anos), todos, segundo demonstraram estão matriculados e cursando o Ensino fundamental, sendo que neste, em sua maioria, estão cursando o Ensino Fundamental menor (primeira a quarta série). Em número menor, cursam as últimas séries do ensino fundamental (quinta a oitava série). Este

quadro aponta um certo atraso no calendário escolar dos jovens que, acima dos 15 anos, ainda estão concluindo o Ensino Fundamental que é regularmente concluído por volta dos catorze anos. No período da manhã, nos dias em que estive realizando as entrevistas ou observando a dinâmica de seu cotidiano, a maioria das crianças e jovens estava no colégio, ou ainda iria à tarde. Todos estudam em escolas públicas, indo a pé ou de bicicleta para a escola, ou à tarde ou pela manhã. Outros são levados e trazidos da escola pela mãe ou por uma tia.

Percebi que as crianças possuem uma rotina marcada pela escola e pelo trabalho, isto, porque fora do horário das aulas, muitos ajudam nas tarefas de casa³¹.

Entre os adultos, a maioria só estudou até a terceira ou quarta série do ensino fundamental, o que justificam pela falta de escolas e pela dificuldade que tinham para conciliar os estudos com o trabalho junto aos pais. Há ainda aqueles que não precisaram sua escolaridade, por não saberem e outros por não quererem. Mas todos afirmaram saber ler e escrever, pelo menos seus próprios nomes.

Sou nascido e criado aqui. Meus pais também, mas já estão mortos. Todo mundo vivia da lavoura e a gente também. Todos nós vivíamos trabalhando com os adultos nas plantações. Antigamente, bem antes dessa história toda de indústria, alumínio... nada era assim. Quando a gente era pequeno a gente ia pra escola, era criança. Todo mundo aqui sabe ler e escrever. Mas não deu pra estudar mais (Caetano Costa dos Santos, 54 anos, casa 10)³².

Trabalho de homem, trabalho de mulher

No que concerne ao trabalho, a pesquisa constatou que grande parte dos homens se dedica ao trabalho na roça, como eles mesmos se referem. Plantam e colhem quase todos os dias da semana em suas áreas de roçado que, em sua maioria, se situam há alguns metros de suas residências. Outros, ainda, em menor número, e esporadicamente, saem para pescar. Algumas mulheres e até mesmo alguns jovens, também ajudam nas plantações. Ao homem cabe prover o sustento através da

³¹ Luzia Freitas (casa 19), de 13 anos, filha de Agostinho e Vera, descreve como passa o seu dia: “quase todo dia a gente acorda, né, e vai pra escola, chega almoço, lancha, dorme um pouco, acorda de novo, aí as vezes estuda um pouco nos livros, depois ajuda na casa, arruma, varre, lava..., toma banho, de tardinha a gente brinca um pouco na rua e volta pra dormir”(Entrevista concedida em 19/03/2005).

³² Caetano Costa dos Santos, 55 anos. Entrevista concedida em 21/03/2005.

plantação e da pesca. Em geral, identificam-se como cultivadores ou plantadores. Quase sempre, os jovens (que não vivenciaram períodos anteriores à ALBRAS/ALUNORTE) e, também, moradores mais velhos, têm uma outra ocupação, fazendo eventualmente “bicos”, ou trabalhando com carteira assinada em empresas que se instalaram no município de Barcarena prestando serviços para ALBRÁS/ALUNORTE, deixando os serviços na roça para segundo plano, como alternativa ocasional.

As mulheres em sua maioria trabalham em casa, lavando roupas muitas vezes também para seus parentes (ganhando remuneração ou não para isso). Cuidam dos filhos, os levam à escola, cuidam da casa e ainda, algumas, também participam das colheitas. Há algumas jovens que são diaristas e prestam serviços em algumas casas de São Lourenço ou do Laranjal. Em sua maioria passam o dia cuidando dos filhos e dos serviços domésticos. É esperado segundo o que percebi, que as mulheres cuidem da casa, de todos os filhos, da alimentação e de todos os afazeres domésticos. Dona Marta (casa 6), mãe de Gabriel, com quem mora, e de mais dois filhos, explicava que seu tempo está inteiramente absorvido pelos afazeres domésticos: “a gente sempre está fazendo alguma coisa, lavando, cozinhando, ajudando os filhos, as primas. Não tem muito tempo não. Lava o dia inteiro e só para quando morre”. Dona Marta que tem 70 anos e é viúva. Contou que têm mais de vinte netos. Conseguiu aposentar-se após trabalhar mais de vinte anos em Belém. Mora atualmente na companhia de um filho e três netos. Nasceu em São Lourenço e sempre residiu neste lugar. Antes de seu marido morrer, plantava mandioca e fazia farinha, hoje contou que “suas forças não dão mais para o serviço pesado”.

FOTO 1

Plantação de mandioca de Marta dos Santos



Fonte: Pesquisa de Campo

– março de 2005.

Em São Lourenço, as atividades são divididas principalmente em tarefas da roça e domésticas. Assim, as mulheres que auxiliam os homens nas roças, (isto me foi informado por seis mulheres que tinham seus maridos trabalhando na roça e ao mesmo tempo nas empresas terceirizadas) são de certa forma aquelas que realizam trabalho mais árduo e prolongado, devido à dupla jornada³³.

Ouvindo e em parte acompanhando uma das famílias de São Lourenço percebi como se realizavam algumas das tarefas diárias de cada um de seus integrantes. A família observada é formada por sete membros (pai, mãe, e filhos). Bernardo dos Santos (casa 23) 41anos é casado com Clara dos Santos, 40 anos e tem cinco filhos com idades entre dez e vinte anos, todos residindo com eles. Bernardo não se lembra até que série estudou, mas afirma saber ler e escrever melhor do que se tivesses concluído seus estudos. Clara acha que estudou até a terceira do ensino

³³ “A mulher chega e ainda tem que fazer comida para os filhos e o marido. Se ela cansar ninguém come, os filhos passam fome. No final do mês a gente não tem mais dinheiro do que os homens por causa disso. Eles se dão é bem, por que trabalham menos e dormem mais”. Marta dos Santos, 70 anos. Entrevista concedida em 02/05/2005

fundamental. Segundo contaram, acordam muito cedo, por volta das cinco e meia da manhã.

Ela acorda para fazer o café da manhã e serve para o marido, que sai pela manhã para trabalhar como ajudante de serviços gerais em uma empresa que presta serviços para a ALUNORTE. Dois de seus filhos acordam um pouco mais tarde para saírem para a escola. Os outros ficam em casa ajudando nas tarefas do dia. Prepara almoço somente para si e para os filhos, pois Bernardo não almoça em casa. Durante a tarde costumam assistir televisão e lavar roupas. Bernardo chega depois das sete horas da noite e costuma sempre trazer açaí para complementar o jantar e o almoço do dia seguinte. Preferem consumir mais peixe do que carne bovina, mas não dispensam nenhum tipo de refeição pois “tudo está pelos olhos da cara”, muito diferente da época em que os pais de Clara estavam vivos, que, segundo esta, era uma época em que se tinha comida farta em São Lourenço e não se dependia do dinheiro de ninguém.

Percebi que na maioria das casas há pouca comida, até porque embora alguns moradores plantem verduras e criem animais muitos não fazem uso desses alimentos. Em um dos dias em que estive nesta casa (20 de agosto de 2005) fui informado de que o almoço seria um pedaço de carne bovina com caldo e um resto de feijão do dia anterior. A farinha, que eles mesmos produzem de suas roças de mandioca, constitui um alimento básico para todas as refeições. Muitos costumam comê-la com açaí inclusive antes de dormir, fato este que somente ocorre por volta das nove horas ou quando a novela das oito termina.

Em São Lourenço, costuma-se dizer que se não fosse a farinha, todos estariam perdidos. Daí porque cuidam para que a lavoura da mandioca seja bem orientada. Advertem que, para uma boa colheita, é preciso deixar que se desenvolva por mais de um ano, só ocorrendo antes por necessidade extrema de comercializar ou de reabastecer a dispensa. É bem verdade que sempre retiram a raiz antes do tempo, pois sempre ocorre um imprevisto. Plantam a mandioca principalmente em janeiro ou fevereiro, antes do período de grandes chuvas.

Plantam também quando as chuvas diminuem para suprir a parte da lavoura que não vingou. Apesar disso, disseram não ser tão rígidos quando a períodos,

dependendo sim da “necessidade do momento”. Em São Lourenço, as etapas do trabalho na roça incluem o preparo da terra, a limpeza do terreno e o plantio. Após a colheita, um outro momento muito importante é o do preparo da farinha. Conforme observei, apenas algumas poucas famílias possuem forno, por isso, as outras precisam esperar que aquelas que o possuem não o estejam utilizando para que possam fazer sua própria farinha.

Nesse sentido é perceptível como o tempo funciona como fator regulador na realização de suas práticas produtivas, nas tarefas da roça e da pesca. O plantio da roça e a colheita dependem da época do ano ou mesmo da fase da lua. O que se depreende disto é que não regulam suas práticas somente pelo relógio, mas mormente pela natureza, mesmo alguns possuindo relógios e celulares. Assim também, admitem que a lua exerce influência em vários de seus plantios e até no nascimento de pintos. Plantam em períodos de luas nova e crescente, pois acreditam que a colheita frutifique, enquanto que evitam o plantio na lua minguante, uma vez que a colheita será escassa. Os roçados de mandioca, por exemplo, são quase sempre plantados no início do ano, pois para eles o clima neste período, - que consideram início do inverno, - está mais favorável e as plantas crescerão mais rapidamente.

A questão do tempo institui-se assim como uma forma de buscar o equilíbrio entre os agricultores e a própria natureza, no que concerne às interferências climáticas naturais. Nota-se que em São Lourenço, as famílias que tem na lavoura seu sustento obedecem aos tempos e espaços da natureza: as fases da lua, que regulam o plantio, chuva e estiagem que mostram quando é hora de plantar e pescar. A dimensão espacial se refere à destinação atribuída a cada pedaço de terra: plantio, criação, poços.

Cooperação e solidariedade

É marcante o elo de comunicação existente entre as famílias que sempre que podem se auxiliam umas às outras, trocando experiências nas plantações, em práticas de mutirão e na prestação de serviços domésticos. Além disso, os moradores que se encontram empregados são sempre aqueles que servem de fonte de informação

a respeito de vagas nas empresas, dispondo-se a apresentar o parente ou vizinho na empresa. É visível a importância que dão as formas de colaboração entre si, o que faz com que o compadrio seja muito frequente entre eles.

O sentimento de pertencimento de cada morador a esta região e a esta “grande família Santos”, para além da forma como se auto-denominam “moradores de São Lourenço” aparece referido em expressões como “o povo daqui”, “a gente da terra”, “filhos de São Lourenço”, que revela as categorias significativas através por meio das quais se identificam. Isto também reforça os laços de amizade e de parentesco simbólico, onde a solidariedade se traduz em práticas cotidianas: trocas de alimentos, a relação amistosa que há entre todas as casas que visitei, ou mesmo nas próprias relações de confiança que há entre marido e mulher, por exemplo.

Sobre suas terras, todos tinham em suas respostas a lembrança de Manoel Joaquim dos Santos, inicialmente dono de todo lugar em que moram atualmente. Mas hoje todos se denominam moradores e donos de São Lourenço. O sobrenome “dos Santos” ainda se encontra na maioria dos nomes dos moradores, entretanto torna-se expressiva a mescla deste com outros sobrenomes, vinculados a novos casamentos, ou de novos sobrenomes não-associados com “dos Santos”, provavelmente revelando o fato da doação de lote de terras para amigos de Manoel Joaquim dos Santos em tempos passados³⁴. Freitas, Costa dos Santos, dos Santos Borges, Brito Góes, dos Santos Moraes, Serrão Damasceno, Xisto dos Santos são alguns dos mais recorrentes, embora o Santos continue recorrente.

Em seus depoimentos explicitam memórias sempre vinculadas à relação com a terra onde moram e trabalham e aos moradores que compartilham a terra, onde alguns são seus parentes. Dizem lembrar dos nomes de quase todos, mas, na realidade, quase não conseguem. Da mesma forma, como já disse, quase a maioria diz ter nascido e sempre morado em São Lourenço, apesar de muitos demonstrarem que já passaram alguma temporada em Belém ou em outros municípios. São os moradores mais velhos, devido a seus acúmulos de acontecimentos preservados em suas

³⁴ Na discussão de Bourdieu (1994), a imposição do nome de família e o casamento, são atos iniciais que se prolongam e reforçam em outros inúmeros atos que visam uma criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas como o amor conjugal, amor paternal e maternal, amor filial e amor fraternal.

memórias, que se remetem com mais facilidade às histórias do passado, sobre o cotidiano de algum tempo, sobre a época anterior a empresa, sobre seus parentes já falecidos, sobre aqueles que não mais moram em São Lourenço e sobre aqueles que chegaram nos últimos anos. Foram eles que, em grande parte, contribuíram para a etnografia deste trabalho, pois através de suas falas diretamente, ou da referência que os mais novos a eles faziam foi possível constituir os traços mais marcantes do período estudado.

CAPÍTULO 2

Representações dos moradores de São Lourenço a respeito das intervenções do complexo industrial

Neste capítulo farei inicialmente um breve histórico do processo de implantação da Albrás/Alunorte, a fim de oferecer a contextualização, a partir da qual, os moradores de São Lourenço constroem suas representações a respeito das intervenções das empresas em suas vidas. A seguir tratarei destas representações e de como estas informam as ações da grande família Santos.

Um grande projeto com várias intenções: novos contornos em Barcarena³⁵.

A empresa ALBRAS/ALUNORTE se insere no âmbito daqueles empreendimentos que ficaram conhecidos como “Grandes Projetos” e que transformaram intensamente a realidade territorial e social. Em pleno período desenvolvimentista que caracterizou as décadas de 1960/70, o Brasil implementava o “milagre econômico”. A Amazônia vista pelo governo de então, como um grande vazio, foi inserida na política desenvolvimentista através de sua ocupação por empresas nacionais e de outros países. Um plano de implementação de complexos industriais era posto em prática nesta região, selecionada por conta de suas ricas jazidas minerais e seu enorme potencial energético. Para isso, colaborou fortemente a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que estimulava a implantação de novas indústrias, oferecendo isenção de 50% no Imposto de Renda por determinados períodos, subsídios de créditos na aquisição de terras (LEAL, 1986), além de subsídio às tarifas de energia elétrica, como foi o caso do complexo ALBRAS/ALUNORTE.

³⁵ O município de Barcarena foi escolhido para abrigar o Projeto ALBRÁS/ALUNORTE, entre outros, pela sua proximidade com Belém, o que facilitaria a atração da mão-de-obra, assim como o abastecimento dos trabalhadores. A localização às margens do rio Pará, permitia a construção do Porto que possibilitaria o atracamento de navios de exportação, facilitando assim, o escoamento do alumínio primário. Entretanto, o principal motivo da escolha foi a proximidade com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que a 325 Km do município, garantia o fornecimento de energia necessária à industrialização do alumínio. Assim, a área designada para a ocupação do complexo industrial totalizou 40.000 ha, o que ocasionou uma redistribuição espacial e, com isso, sérias perturbações para as populações locais (LEAL, 1986).

Assim, por volta de 1978, o governo militar criaria o Programa de Desenvolvimento Regional Infra- Estrutura do Complexo ALBRÁS/ALUNORTE. Mais adiante, em 1979 as negociações para a implantação da ALUNORTE avançam e é criada a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) para gerenciar o processo de desenvolvimento da área. Vale ressaltar que a prefeitura de Barcarena não participou do planejamento e execução da infra-estrutura urbana sob o argumento de que esta não detinha, naquele momento, condições suficientes para arcar com a administração desse empreendimento. Esse fato revelava direta e claramente a característica centralizadora das políticas desenvolvimentistas da época, amplamente pautada na esfera do poder federal em associação com o capital nacional e estrangeiro. No que concerne ao Governo do Estado, a este restava a função de desapropriar uma área de cerca de 40 mil hectares que abrigaria o complexo portuário e industrial, o núcleo urbano e uma colônia agrícola. A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI)³⁶ passou então a ser o órgão que agia na desapropriação das terras.

Essas áreas foram desapropriadas sem planejamento: chegava-se na área, pagava-se indenizações e mandava-se as famílias irem para onde quisessem. Porém, as reclamações concernentes às indenizações eram constantes, pois não se consideravam os as roças, as áreas de silvicultura e benfeitorias. Como os moradores, pelo menos nesse primeiro momento, não estavam organizados politicamente, foi fácil “expulsar” as famílias da área. Na medida em que as desapropriações avançavam, passava apresentava-se a necessidade de buscar alternativas para o assentamento das famílias desapropriadas. Assim a CDI passou a oferecer lotes nos seguintes locais: Bairro Novo em Barcarena, Vila do Conde, Vila Nova, Colônia Agrícola do Bacuri, Laranjal e São Francisco, todas próximas ao Complexo Industrial. Vale ressaltar que a negociação direta entre CDI e moradores nem sempre ocorreu de forma amistosa, já que em alguns casos os moradores eram retirados sob a ameaça de tratores. Portanto,

³⁶ A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará-CDI que ordena e controla o espaço físico no município, foi criada pelo Governo do Estado do Pará, através do Decreto-Lei de n. 4.686, de 17.12.1976, com o objetivo de responsabilizar-se pela política de industrialização do estado. Este órgão realizou as desapropriações em Barcarena através da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena-CODEBAR, criado exclusivamente para dar prosseguimento a esta política, através do Decreto-Lei de 88.064 de 26.01.1983.

o processo de desapropriação não foi sempre pacífico, e sim em alguns casos violento e desigual³⁷.

O Município de Barcarena, localizado a 40 km de Belém, em linha reta, sobre as margens do rio de mesmo nome, contava, em 1970, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 2.388 habitantes na zona urbana e 15.110 na zona rural, enquanto que em 1989³⁸, a população da zona urbana passaria para 27.216 e a rural diminuiria para 14.948. Os dados mais recentes do IBGE (2000) mostram uma inversão que pode ser de interesse na interpretação dos dados: a população total do município continua aumentando (63.268), mas a população urbana permanece estagnada (27.767), enquanto que a população rural cresce significativamente (35.501). Conforme se vê, a análise desses dados demográficos, indicando retorno e/ou ocupação do campo pode se refletir sobre a construção atual das percepções de valores dos moradores de São Lourenço, apontando para uma possível revalorização de significado das atividades rurais.

O pólo industrial inclui as fábricas ALBRÁS e ALUNORTE, além de outras instalações que vem sendo implantadas ao longo dos anos³⁹. A região, em virtude da concentração industrial (e em particular por causa das fábricas de alumínio); recebe energia diretamente de Tucuruí, via linha de transmissão ligando-se à saída da hidrelétrica à subestação da Eletronorte em Vila do Conde, distrito de Barcarena. Inclui também um porto construído inicialmente pela Companhia de Portos do Brasil (PORTOBRAS) para escoar a produção de alumínio, principalmente para o Japão, que adquire quase totalmente o alumínio produzido pela ALBRÁS. A construção desta fábrica de alumínio na região do Baixo Tocantins concorreu para substanciais mudanças, que dizem respeito tanto à intervenção sobre o território e sua

³⁷ Sobre esta situação os depoimentos de alguns moradores e de Padre Primo, pároco da região que presenciou todo este processo, são bastante esclarecedores e remetem-se a toda uma série de subtrações realizadas na contagem do que seriam as indenizações. Estas análises encontram-se presentes mais adiante.

³⁸ Este é o momento de auge de contratação da ALBRÁS, quando conta com mais de 3.000 empregados diretos. A partir de 1991 começa um processo de reestruturação e atualmente o número de empregados está em torno de 1.300.

³⁹ Na década de 90, além da ALUNORTE, foram implantadas outras empresas próximas ao porto de Vila do Conde. Entre as principais estão a Rio Capim Caulim, Pará Pigmentos (ambas processam caulim), Soinco (cabos e vergalhões de alumínio), ALUBAR (barras de alumínio) e uma pequena fábrica inaugurada recentemente: Indústrias Cerâmicas de Conde (fabrica telhas e tijolos a partir de rejeitos das fábricas de alumínio e de caulim). Estas indústrias se localizam em Vila do Conde, não produzindo efeitos diretamente sobre a localidade estudada.

eventual transformação, quanto às perturbações sociais, resultantes desta conseqüente modificação espacial. Para as comunidades locais significou a introdução de novas práticas, lógicas e ritmos (ANTONAZ, 1995). Deve-se atentar que, embora a construção da ALBRAS/ALUNORTE tenha sido iniciada nos anos 1980, como parte do Programa Grande Carajás⁴⁰, as negociações que lhe deram origem nos remetem aos anos 70.

A concretização do projeto ocorreu em dois momentos distintos, produzindo perturbações sobre as comunidades locais: primeiramente, a partir do final dos anos 70, foi concretizado o projeto ALBRÁS que ocasionou o deslocamento das várias famílias e a atração de enorme fluxo de migrantes, sendo que a ALUNORTE (que integra o sistema de produção de alumínio da Companhia Vale do Rio Doce no Pará⁴¹) só foi inaugurada dez anos depois, fazendo emergir, principalmente, novas perturbações de ordem ambiental. Ou seja, no que diz respeito a São Lourenço, durante o processo de implantação da ALBRAS, as intervenções voltaram-se para a subtração de terras e intervenções sobre o território que se reproduzem até hoje e, ainda, no inchamento de áreas contíguas produzido pela chegada de grandes contingentes de trabalhadores para o projeto⁴². A localização de São Lourenço é tal que os moradores não sofreram efeitos diretos da poluição da ALBRÁS, como os moradores de Vila do Conde e Itupanema. Foram experimentar severamente a poluição por ocasião dos vazamentos de lama vermelha da ALUNORTE em 2003, eventos esses cujos efeitos continuam repercutindo até hoje.

Os agrupamentos, que se localizavam ou que ainda se localizam nos arredores da área desta empresa, eram e ainda são formados por famílias que viviam

⁴⁰ O Projeto Grande Carajás- que tinha objetivo de industrializar grande porção da Amazônia Oriental- engloba uma área de cerca de 900.000 Km², com diretrizes voltadas para a exploração mineral, agrícola e criação de gado. Possui como principais eixos: um depósito de ferro, duas fábricas de alumínio – uma em Barcarena no Pará e outra em São Luís no Maranhão-, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (LEAL, 1986).

⁴¹ A CVRD possui 57% das ações da empresa e a Norsk Hydro 34% O restante do capital está fragmentado entre a CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e diversas empresas japonesas.

⁴² A infra-estrutura existente em Barcarena a partir da instalação do complexo ALBRAS/ALUNORTE na década de 1980, entre outros pela existência pelo menos formal de um Distrito Industrial, foi um fator decisivo para a escolha na década de 1990 do município para abrigar parte das empresas que exploravam o minério caulim. A estratégia adotada é de sempre instalar as unidades produtivas em áreas onde os custos de produção podem ser mais baixos. Isto também ocorreu com a ALBRAS/ALUNORTE, quando os japoneses, sócios do empreendimento, exigiram a realização de obras de infra-estrutura para então dar início às obras do complexo industrial. Os investimentos exigidos pelos sócios deste complexo foram prontamente acatadas pelo governo brasileiro, sob pena de deixarem de investir no empreendimento.

tradicionalmente da roça, da caça esporádica de animais como pacas e macacos, do extrativismo e da pesca e que dependiam, portanto, do uso da terra, das matas e dos rios. A presença da empresa, na área, representou a ruptura de uma ordem estabelecida e que veio a exigir destas a modificação das práticas visando sua própria reprodução, o que implicou na necessidade de buscarem diferentes estratégias, a partir de seus acúmulos culturais⁴³ (ANTONAZ, 1995), para compreensão dos novos eventos e da nova realidade⁴⁴.

Vasconcelos (1996), que realizou um estudo tratando das lutas cotidianas no bairro do Laranjal - bairro este que foi criado para atender a política de assentamento do município de Barcarena na década de 80 e que ocupou parte da propriedade de São Lourenço -, enfatiza que com a criação do Laranjal, os moradores daquela área perderam parte de suas terras, onde mantinham roçados de mandioca, milho, arroz e outros cultivos destinados ao consumo familiar. O eventual excedente era comercializado no próprio município, visando a obtenção de renda complementar para a aquisição de outros produtos necessários. A destruição das roças e a perda de grande parte das terras dos moradores de São Lourenço, segundo a autora, afetou diretamente a forma de auto-sustentação existente.

Todas estas localidades do município de Barcarena vivenciavam e vivenciam, no seu dia-a-dia, carências comuns na região, com destaque para a ausência e precariedade dos serviços de saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc. As demandas mínimas da população não são atendidas por políticas públicas de porte, a não ser as eventuais, o que chama a atenção principalmente pela localização em área de influência direta do complexo ALBRAS/ALUNORTE, cuja infra-estrutura moderna, supostamente por si só já “garantiria” as benesses de um empreendimento que visa gerar benefícios através do pagamento de impostos ao Estado.

⁴³ A autora refere-se à experiência acumulada dos indivíduos como elemento central para a interpretação de novos eventos e consequentemente para a reformulação das práticas.

⁴⁴ Os processos podem ser violentos, como a desapropriação, expulsão e/ou remanejamento das famílias, ou imperceptíveis por consequência do próprio desenvolvimento das ações ligadas aos diversos empreendimentos instalados na região. Neste sentido convém ressaltar a inferência de Pierre Bourdieu que discorrendo sobre o que denominou violência simbólica, explícita que esta seria aquela violência que impõe submissão não percebida como tal, uma vez que está inserida nas “expectativas coletivas”. Como a teoria da magia, a teoria da violência repousa sobre uma teoria da crença ou, para melhor dizer, sobre uma teoria de produção de crença e sobre o trabalho de socialização necessário a produzir agentes dotados de esquemas de percepção que lhes permitem perceber as especificidades inscritas na situação ou no discurso e de lhes obedecer (BOURDIEU, 1994: 108).

Além das informações encontradas na bibliografia, conversei com uma testemunha direta de todo o processo: o Padre Primo Batistini, italiano de 65 anos, pertencente à Congregação dos Padres Xaverianos, que esteve à frente de uma das paróquias de Barcarena, mais precisamente de 1983 à 1988, momento este em que o Arcebispo de Abaetetuba era Dom Ângelo Frosi. Verifiquei que Padre Primo detinha muitas informações importantes, por isso decidi procura-lo.

Solicitei então que Padre Primo rememorasse o período que compreendeu sua estadia em Barcarena. Contou-me que ficou grande parte do tempo na região que hoje compreende a área industrial da ALUNORTE, atuando também nas localidades de São Francisco e de São Lourenço. Naquele momento, o projeto de concretização da ALBRAS/ALUNORTE estava em andamento com a desapropriação de grande parte das terras da prelazia de Abaetetuba, principalmente a denominada “terra de santos” que ficava em Vila do Conde. Contou, que naquela altura, o governador do Estado do Pará concedeu uma indenização por essas terras da Igreja para ali realizar parte do projeto. Neste período, Padre Primo encontrava-se à frente da Igreja de Barcarena e, segundo seu depoimento, mantinha-se empenhado na luta dos colonos de Barcarena contra as várias formas de sujeição e de subordinação que os atingia frente aos interesses do grande projeto, então em pleno desenvolvimento.

A CDI começava neste momento a indenizar os colonos que moravam nas terras de seu interesse, em uma operação que teria se iniciado desde 1979, chegando até meados dos anos de 1980. Na área que ficava entre São Lourenço e Laranjal existia uma extensa plantação de laranja, daí a relação com seu nome. Era só uma vila com vários colonos e diversas plantações. Segundo seu depoimento a paisagem era completamente diferente do que é hoje. O que existia, era uma grande mata e aproximadamente apenas vinte famílias. Várias delas caçavam, pescavam e colhiam. Em São Lourenço, que para a Igreja Católica representa o tesoureiro do dinheiro dos pobres e da Igreja Católica de Roma, particularmente, as terras pertenciam possivelmente a uma mesma família, mas a CODEBAR, sem tomar conhecimento deste fato ou por omissão, na análise da situação das famílias, desrespeitou estas realidades e negociava com pessoas que muitas vezes nem representavam as famílias.

Neste ínterim a Igreja teria sido indenizada pelas terras da Vila do Conde, e também por outras localizadas no Porto, em Vila Nova, na Estrada do Porto e a própria área que hoje é o Laranjal⁴⁵. As famílias que moravam nos arredores dessas áreas e em Vila do Conde foram indenizadas, porém em um primeiro momento ninguém discutia a questão da legitimidade ou da justiça de tais ações. Pelas áreas de São Francisco, - onde hoje encontra-se também o Laranjal -, em Vila dos Cabanos, e no Porto, a Igreja não recebeu nenhuma forma de compensação, mesmo tendo perdido vários lotes de terra, segundo Padre Primo.

O que aconteceu foi que somente algumas pessoas chegaram a receber por aquilo que perderam, principalmente aquelas que concordavam com todos os itens que eram previstos nas negociações. A avaliação feita pela CDI baseava-se principalmente nas “benfeitorias fruto do trabalho direto dos remanejados”, não levando em conta que as pessoas da região se apropriam dos recursos naturais oferecidos pela floresta e que o extrativismo tem uma importância fundamental na formação da renda familiar. Assim, são freqüentes as reclamações destas pessoas a respeito da incorreta avaliação daquilo que possuíam.

Posteriormente à instalação da fábrica, o que Padre Primo relembra em seu depoimento é uma ação “indigna” por parte da CDI que expunha os moradores das áreas pleiteadas pela empresa a várias formas de constrangimento, e de uma forma que não se pautava em “nenhuma forma de lei”. Lembrava entre outras coisas, que a indenização que ocorria não contabilizava o número certo de várias plantas, árvores, nem tampouco as plantas frutíferas que estavam no meio do mato, como o piquiá. Igualmente, não pagavam conforme o preço de mercado, ou de acordo com aquilo que poderia ser arrecadado pelas diversas produções dos vegetais. Outra indignação manifestada pelo Padre diz respeito às atitudes concernentes às formalidades da assinatura dos termos de aceites das indenizações. Segundo contou, os procuradores das empresas mandavam os colonos assinarem em qualquer tipo de papel, mesmo que fossem “naqueles papéis de mercearia, de embrulhar pão”.

⁴⁵ Vila do Conde, assim como as localidades ao seu redor, pertenciam anteriormente ao patrimônio de São João Batista, sendo administrada pela Prelazia de Abaeté do Tocantins (atualmente Abaetetuba). De acordo com Leal (1986) “...boa parte dos moradores estava assentada sobre as sortes de terras denominadas de São João e São Francisco Xavier, pertencentes à Igreja (Leal, 1986: 44) que com o processo de compra e venda das terras garantiu os objetivos da implantação do complexo ALBRAS/ALUNORTE.

Contou-me ainda, que a empresa humilhava os moradores ao negociar com eles, o que sem revelava de forma aguda na forma de falar dos técnicos. Por exemplo, quando iam discutir com as famílias, perguntavam porque eles não formavam uma associação, indicando alguém que tratasse de todos os casos de uma só vez, evitando assim perda de tempo. Somado a isto, das quinhentas pessoas que supostamente teriam que ser indenizadas, e que estariam presentes nos documentos como localizadas em áreas para desapropriação, aproximadamente noventa e cinco não foram indenizadas de forma alguma⁴⁶.

A pesquisa de Aluísio Leal (1986) mostra como se deu a dispersão das famílias que moravam na área de litígio. Relata que a sorte destas pessoas foi as mais diversas, ao sabor conjuntural da sorte de cada um já que os órgãos, que demonstraram tanto penhor em liberar a área para o empreendimento, não se preocuparam, pelo menos minimamente, com o destino dos expropriados. Por isso, ao sabor das circunstâncias, foi possível encontrá-los depois em lugares e situações bastante diferentes e distantes entre si, como trabalhadores assalariados morando na Vila do Conde (localidade de Barcarena/Pará), por exemplo, ou, tentando reproduzir sua antiga prática econômica em um novo espaço. Há também o caso de pessoas que, sem especialização para o mercado de trabalho, procuram de modo errante meios de conseguir reproduzir sua atividade produtiva original com o mesmo objetivo que tinham antes, isto é, garantir a sobrevivência de suas famílias.

Tentando livrar-se da “má-fama” de que a Igreja teria agido contra os próprios moradores das áreas que ela evangelizava, Padre Primo contou que parte dos religiosos teriam pedido ao bispo de Abaetetuba que devolvesse o dinheiro das terras de Vila do Conde ou, pelo menos, das primeiras desapropriações. Fizeram então, um levantamento de todas as pessoas que moravam nessas áreas e dividiram os quarenta e oito milhões de cruzeiros entre estes. Teria sido a partir disto que os moradores teriam readquirido a confiança com os padres e a eles se unido para lutar por melhores indenizações. Assim, primeiro entrou o pessoal do Conde, depois Itupanema, São Francisco, e até alguns de São Lourenço na luta judicial.

⁴⁶ Este tipo de arbitrariedade também é mencionado por Lígia Sygaud (1988) que quando discutiu as indenizações pagas em Sobradinho percebeu que os valores pagos pela Companhia Hidrelétrica foram estipulados não em função de critérios pré-estabelecidos, mas resultaram da capacidade de resistência daqueles que estavam sendo indenizados e de suas relações mais ou menos harmoniosas com os funcionários da Companhia, o que teria provocado variações de até 1000% no pagamento de bens equivalentes.

Um exemplo que mostra várias interpretações de uma mesma realidade é o que ilustra os motivos que levaram a CODEBAR a desistir do restante das terras de São Lourenço. Segundo Padre Primo, isto se deveu ao fato de que a empresa teria percebido que não precisava mais da referida área e de parte de São Francisco, o que os levou a deixá-la de lado.

Em São Lourenço, o ITERPA tinha começado a dar o título de terra, várias áreas já haviam recebido. Entretanto, quando a CODEBAR começou a agir nas desapropriações, o ITERPA imediatamente recuou. É por isso que algumas áreas tem o título e outras não. E mesmo os que os têm, ainda não estão devidamente regularizados. Mesmo assim, nem todos que foram retirados ou que receberam indenizações reduzidas entraram no processo judicial que até hoje outros movem. Um certo número de desapropriados se recusou a se associar ao processo por medo de represálias. Outros foram embora e nunca mais voltaram.

As diferentes formas de experiência das intervenções

Retomando Pierre Bourdieu e Abdemaleck Sayad (1964), é necessário pensar que cada forma de sociedade possui uma lógica interna, e que, dentro dela se deve buscar sentido para o que aparentemente não tem sentido. Foi a partir deste ponto de vista que orientei esta pesquisa para uma reflexão construída a partir dos dados empíricos colhidos junto aos moradores em São Lourenço, que tiveram suas famílias atingidas pela ação da implantação do projeto ALBRAS/ALUNORTE. Este “sentido”, em consonância com os objetivos de minha pesquisa, residiria justamente nas percepções de meus entrevistados que, de alguma forma, foram atingidos pela ação da implantação da ALBRAS/ALUNORTE.

A apreensão do modo de vida desenvolvido pelas pessoas de São Lourenço representa um eficaz instrumento de percepção de suas formas de reelaboração.. As singularidades nas formas de utilização de sua terra, suas relações familiares, as novas formas de trabalho, permitem dar conta de como percebem as mudanças ocorridas, observadas a partir de mudanças em suas trajetórias, tendo as empresas ALBRAS e ALUNORTE como ponto de referência.

O Início. O Processo de Intervenção no Espaço Social.

Os moradores de São Lourenço já habitavam a região em que se encontram há muito tempo, fazendo menção inclusive a antepassados que ali se instalaram no século passado. Um exemplo disto, é que um dos moradores mais idosos do local, - José Vital Santana de 75 anos de idade -, e que fez questão de mostrar-me sua certidão de nascimento, referia-se a seus pais e avós como alguns dos parentes que teriam igualmente passado todas suas vidas morando na região.

Segundo o documento atualizado pelo documento do ITERPA (Instituto de Terras do Pará), de 11 de fevereiro de 1982, que me foi mostrado por João dos Santos, agricultor de 45 anos, casado e pai de três filhos que já pertenceu aos quadros do sindicato dos produtores rurais de Barcarena no período de 1990 até 2000, esta propriedade possuía uma área de 822.400 braças quadradas, em nome de Manoel Joaquim dos Santos, e, segundo este compreendia uma área bem maior da que hoje possui, visto que se expandia por perímetros, onde hoje está instalada uma das sub-prefeituras de Barcarena, um dos cemitérios da cidade, o próprio bairro de Laranjal⁴⁷ e, até mesmo, uma das praças da proximidade, que lhes foram tomado pela CODEBAR (Comissão de Desenvolvimento de Barcarena, responsável pela organização fundiária), sem que recebessem qualquer indenização.

Quando, no início da década de 80 (1980), a CDI chegou para comprar as terras destes moradores, para efeito da instalação da empresa metalúrgica e de sua infra-estrutura, assim como foi feito com várias outras áreas do município de Barcarena, os moradores de São Lourenço, utilizaram uma cópia do documento de propriedade, a fim de tentarem provar a legitimidade de suas terras.

O problema é que, segundo contou-me o entrevistado, ocorreu um episódio suspeito em que o cartório que guardava estes documentos- cartório este que ficava na própria sede da prefeitura de Barcarena- em uma ocasião em que estavam

⁴⁷ A região do Laranjal foi planejada para assentar parte da população rural desapropriada da área da ALBRÁS/ALUNORTE, bem como trabalhadores que se dirigiam para o projeto de construção do complexo.

sendo trocadas as telhas, passou alguns dias sem telhado e, com isso, a chuva veio deteriorar alguns documentos, entre estes o que certificava a posse das terras. Com isso, como não existiam documentos que comprovassem a validade da cópia e nem a propriedade de quem quer que seja, a CODEBAR registrou grande parte das terras em seu nome.

Assim, de acordo com João⁴⁸, a sub-prefeitura, o Laranjal e várias outros lotes de suas terras foram tomadas pela CODEBAR (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena), sem que esta pagasse “nem um centavo”. Ainda que até hoje estejam lutando por indenizações, são continuamente chantageados pela CODEBAR, que os pressiona no sentido de desistir do litígio judicial que movem, pois, caso não o façam, estarão correndo o risco de perder o resto de suas terras⁴⁹. Com todos estes problemas, revela o morador, nenhum deles tem segurança para plantar, já que vivem com medo constante de que alguma coisa possa acontecer e que eles tenham que sair a qualquer momento sem poderem usufruir de seus esforços na lavoura. Uma outra estratégia utilizada pela empresa era que ela procurava fazer contatos com as famílias e/ou moradores de forma isolada, gerando dessa forma informações e opiniões divergentes dentro do grupo. Para alguns informavam que a empresa não mais se interessava pelas terras e para outros diziam que os moradores seriam remanejados.

Apesar de não ser o caso, já que estas pessoas possuem documento que comprova a compra das terras, é importante salientar que é costume em várias regiões da Amazônia considerar-se dono da terra todo aquele que sobre ela detenha o caráter de seu ocupante histórico. Por isto, encontram-se casos de famílias “donas” de terras há várias gerações, e que dela não possuem nenhum comprovante legal, por terem recebido as terras muitas vezes por doação oral de antepassados seus, não sendo exigível, dentro de sua lógica, a necessidade de tal comprovação, embora sejam posseiros perante a lei.

⁴⁸ Extraído do depoimento de João dos Santos, em 25/11/2005.

⁴⁹ Não só em São Lourenço, como em várias outras regiões de Barcarena, a empresa interessada nas terras em questão identificava os antigos moradores como posseiros, demonstrando a lógica arraigada de que o homem que vive da terra, mesmo há dezenas de anos, é visto como não tendo direito a ela. Além disto, amparavam-se no reconhecimento de terem comprado legalmente vários lotes de terras junto a Prelazia de Abaeté pelo governo do Estado e, por isso, pertenciam à Companhia de Desenvolvimento Industrial de Barcarena (CDI), que as revendeu para a empresa.

(....) Eles chegavam até aqui e diziam: eu vim pra comprar isso aqui de qualquer forma pois a terra é nossa. Pior é que eles só queriam pagar pela casa e pelas plantações, o tamanho das roças e das casas e do terreno não importava para eles. Só importavam os pés de cupuaçu, piquiá, castanheira, mandioca, não importava o tamanho da tua terra. Só que nossa família, ainda que não tivesse muito conhecimento conseguiu manter-se aqui através da copia que a gente tinha. (...) Eles não davam muita bola pro nosso papel não, mas talvez tenha sido isso que tenha feito a gente ficar aqui (João dos Santos) ⁵⁰.

Os moradores permanecem na localidade após a ocupação de parte de suas terras, continuam desenvolvendo práticas produtivas nas terras que lhes restaram, mas sentem-se constantemente ameaçados pela CDI que, segundo o que pensam, manifesta a intenção de dar continuidade às ocupações de seus sítios, desta feita para viabilizar a expansão do bairro do Laranjal. Segundo contaram, já receberam um aviso da CDI para não realizarem qualquer benfeitoria no local e, freqüentemente, encontram pessoas derrubando árvores, medindo e passando tratores pelos roçados, o que manifesta a falta de informação aos moradores das decisões que são tomadas por parte deste órgão.

André dos Santos Freitas (casa 14), pescador de 59 anos e que também trabalha com serviços gerais e como vigia há dezoito anos em um condomínio da ALBRAS/ALUNORTE, foi uma das pessoas que me recebeu por várias vezes em sua casa e concedeu durante um mês (agosto/2005), entrevistas gravadas, complementadas por várias outras conversas durante passeios pela região. Contou André que tem saudade de quando não se ouvia falar em ALBRÁS/ALUNORTE, algo que só se começou a comentar após 1975. Começou então a ver gente diferente, “engravatados” que iam passear por toda a região. Foi nessa época que viu pela primeira vez um grande trator que tinha o tamanho de sua casa. Segundo lembrou, nesse momento era tudo muito novo e como se fosse um espetáculo. Todo mundo tinha muita dúvida de onde tudo isso ia parar, mas ao mesmo tempo muita esperança de que pudessem ganhar algo com isso.

Entretanto, logo com o primeiro anuncio de que a empresa iria se instalar na região e de que possivelmente teriam que sair de lá, percebeu uma série de fatos,

⁵⁰ João dos Santos, 45 anos. Entrevista concedida em 25/11/2005.

a seu ver, demonstrativos do medo que as pessoas passaram a sentir.. Contou que os roceiros passaram a plantar menos, colher menos e não cuidar das roças, já que podiam sair dali a qualquer momento. Com o tempo, passaram a receber a informação de que, em outras áreas, as famílias foram proibidas de plantar e já cuidavam da mudança de suas casas, como aconteceu em Curuperé. Verifica-se que o medo que se instala, a partir da circulação decorrente das interpretações que o medo suscita, pode produzir efeitos da mesma forma que as intervenções propriamente ditas. No entanto, com o tempo, não ocorrendo eventos que estimulem o medo, este de alguma forma é neutralizado no cotidiano, mas pode, a qualquer momento vir a informar novas situações⁵¹.

FOTO 2

Seu Armando dos Santos.

⁵¹ A gente contava pros outros que tudo ia ser destruído. Mas depois a gente viu que não era bem assim. Acho que por volta de 1980 chegou energia nos postes, foi muito bom. Quando eu era jovem não tinha isso aqui não. Aí com a energia muita coisa mudou... Antes a gente só comia comida salgada, quando a gente queria comida fresca a gente tinha que ir lá em Belém buscar. A energia que a gente tinha naquele tempo era a de querosene, agora com energia elétrica a gente bota a comida na geladeira e pronto. (Joaquim Cilino dos Santos, 56 anos, casa 3). Entrevista concedida em 12/09/2005.



Fonte: Pesquisa de Campo - novembro de 2004

Ainda que hoje quando discutem os momentos iniciais em que se defrontaram com a presença da ALBRAS/ALUNORTE não se lembrem de muitos fatos, explicitam seus sentimentos de revolta e desconfiança, pois, para eles, se alguém tiver interesse por suas terras de novo, não têm dúvidas de que iriam passar novamente por sujeições iguais ou piores das que passam desde o fim dos anos setenta. Emergem em seus relatos lembranças pontuais sobre a presença de tratores, helicópteros sobrevoando, homens de farda, advogados, que para eles compunham completamente distante de sua realidade. Foi este contexto que marcou a emergência das reclamações contra os novos “vizinhos” que os sujeitou abruptamente a fatos para eles estranhos, como a discussão sobre a saída de suas terras, empregos e outros efeitos que se situavam muito longe do que existia em seu dia-a-dia.

Relembrem que a CDI chegou, logo no início, a cogitar o pagamento de indenizações, o que foi repudiado por todos, pois, só levava em consideração o valor das plantações no momento da vistoria esquecendo totalmente que aquelas plantas ou

árvores tinham uma potencialidade frutífera média e uma vida útil que iria oferecer uma renda futura. O que parece haver é um choque de valores pois, para estas pessoas, os seus limites de domínio vão até onde vai a sua ação de plantio, coleta, etc. Já para aqueles que avaliaram, o limite físico cingira-se naquilo que consideram “strictu sensu” (LEAL, 1986), benfeitoria, não importando as árvores que mesmo que dispersas, são continuamente utilizadas como fonte de produção de alimentos ou mesmo matéria prima pela população local.

FOTO 3

Pilha de madeira organizada para a produção de carvão



Fonte: Pesquisa de campo

– março de 2005

A Centralidade do Trabalho: entre terra e salário

Os moradores de São Lourenço estabelecem uma diferença entre as atividades na roça e aquilo que nomeiam como trabalho assalariado, resultante da presença da ALBRAS/ALUNORTE. As explicações para esta consideração devem-se

ao caráter dicotômico em que situam estas duas atividades. Consideram suas atividades na terra ou no rio como sendo parte de suas tradições, herdada de seus antepassados, que preserva seus valores e os mantêm unidos. Segundo eles, antes viviam e nesse viver do dia-dia plantavam e pescavam. Já os trabalhos ditos assalariados, seriam um “mal-necessário” que são obrigados a buscar, dadas suas necessidades econômicas atuais.

O depoimento de André dos Santos, por exemplo, remete-se a estas percepções sobre como o reordenamento de sua vida com o advento da ALBRAS/ALUNORTE, implicou em mudanças na sua renda de sua família. Segundo relatou, é barcarenense, nascido e criado em São Lourenço. Seus pais, um agricultor e uma dona de casa que não são mais vivos, tiveram onze filhos e também são “filhos” de São Lourenço. De seus dez irmãos, a maioria continua morando na região e continuam trabalhando nas plantações de mandioca. Os que saíram, casaram-se e radicaram-se em outros municípios, quase sempre onde moravam suas esposas. Seu André, a todo momento, enfatizava que todos eles tiveram uma infância de muito trabalho e que todos trabalharam nas roças desde muito cedo.

Eu e meus irmãos, todos nós vivíamos trabalhando com os adultos nas plantações. Hoje tá todo mundo velho já. Alguns já morreram e outros estão por aí. Aqui em Barcarena, mesmo saíram faz muito tempo. A gente era jovem ainda, foi bem antes dessa história toda de indústria, alumínio. Quando eu tinha dez anos ia pra Belém com meu pai e ele dizia é assim que se faz um homem com trabalho honesto. Comecei a trabalhar desde cedo eu fiz um monte de poço no Laranjal ⁵²

Entre as lembranças de sua infância recorda com bastante emoção do curto período durante o qual chegou a frequentar uma escola, isto por volta dos doze anos, juntamente com seus irmãos. Segundo narrou, a escola era uma casa com apenas uma sala, onde uma senhora ensinava gratuitamente as crianças a ler e a escrever. Sob este aspecto considerou que hoje em dia a situação estaria bem melhor por que verifica que seus netos hoje frequentam escolas com “cara” de escola, onde todos têm material escolar, fardas e possibilidade de se formarem.

⁵² André dos Santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005.

FOTO 4

Seu André ensinando seu neto a manejar a rede



Fonte: Pesquisa de

Campo/ março de 2005.

Quando por volta dos vinte anos de idade casou, construiu sua casa onde até hoje mora, e passou a utilizar as mesmas roças que seu pai utilizava. Apesar de continuar plantando, hoje divide seu tempo trabalhando em uma empresa que presta serviços para a ALUNORTE. Ganha 290 reais como segurança e admite que mesmo com a soma das duas rendas que consegue - já que vende também parte de sua produção agrícola - não consegue comprar tudo aquilo que desejaria para sua família. Contou que antigamente saía junto com irmãos e pai para vender o açaí e a pupunha em Belém e que o lucro parecia ser bem maior. Associa este fato a uma série de problemas que ultimamente vem ocorrendo com várias de suas plantações, onde principalmente frutos como a banana e a pupunha não conseguem mais amadurecer.

No seu ponto de vista, uma fumaça que sobrevoa diariamente a região e que viria da empresa metalúrgica seria a responsável por esta situação, fato que antes nunca tinha acontecido.

Com o que vendiam conseguiam até mesmo alugar um barco para fazer a venda de seus produtos em vários portos, o que hoje não consegue mais fazer. Lembrou-se que saía por volta de três horas da manhã num barco a remo, ainda no frio, e que todos “pegavam no duro” sem nenhum tipo de vergonha, pois tinham prazer em trabalhar assim. Quando falava a este respeito, seu André tentava criticar situações, segundo ele, inexistentes no passado. Remetia-se a grupos de jovens que estariam hoje assaltando nas redondezas e roubando de roupas do varal, até celulares: “as pessoas querem roubar, tem medo do trabalho, isso que é vergonhoso”. Sobre suas plantações, manifestou também que as roças de arroz e de milho, hoje não existem mais devido aos custos que oneram este cultivo. O que mantém e que continua sendo viável, é sua produção de carvão, que é vendido nas próprias redondezas. O carvão na época de seus pais era vendido bastante por que era utilizado como combustível nas embarcações. Apesar de haver sido substituído por derivados de petróleo, a venda de carvão não diminuiu pois ainda é utilizada para cozinhar alimentos.

Contou que gostaria que seus filhos tivessem vivido aquelas mesmas situações que para ele, foram fonte de aprendizado. “A gente ficava lá na roça o dia inteiro, vendia em Belém e ganhava bem, não se consegue fazer isso hoje”⁵³. Lamenta, por outro lado, não ter tido consciência crítica com a retirada indiscriminada de palmito, que fez com que muito dos açais desaparecessem. De seus sete filhos somente três estariam trabalhando com carteira assinada, o que para ele e para vários outros moradores, demonstraria falta de consideração da empresas que nos arredores do município de Barcarena se instalaram com aqueles que lá moram. Seus outros quatro filhos vivem somente do trabalho na roça.

De acordo com comentários daqueles moradores que de alguma forma fizeram menção ao tema dos empregos fixos, inclusive de Seu André, o maior

⁵³ André dos Santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005.

interesse em estar contratado por uma dessas empresas é, além da estabilidade de receber salário fixo, a possibilidade de receberem benefícios tais como assistência médica prestada pelo empregador, medicamentos gratuitos, vale-alimentação etc. Com isto, apesar de demonstrar que as atividades na roça não se modificaram drasticamente, manifestou André que atualmente os jovens, com todos estes problemas, não querem continuar plantando por que não vêem nenhum ganho nisso.

FOTO 5

Forno para fazer carvão de André dos Santos



Fonte: Pesquisa de campo

– março de 2005.

Desta forma, passam a preferir trabalhar na empresa (ou naquelas empresas que prestam serviços para a ALBRÁS/ALUNORTE) em empregos que exigem menor qualificação, como serventes, vigias, para carregar seixo, etc. Com isso, uma outra situação se impõe, pois como a empresa ALBRÁS, e agora até

mesmos as empreiteiras evidenciam a necessidade de seus empregados possuírem o ensino médio, estes jovens cada vez mais procuram estudar a fim de atingirem a qualificação exigida⁵⁴. Assim, muitos moradores hoje estão nestes empregos, ainda que continuem trabalhando em suas roças, todavia, agora com menos tempo, ou ainda contando com o auxílio dos outros para fazerem o roçado⁵⁵ que surge como uma forma de racionalizar as forças produtivas e maximizar os resultados de suas plantações. É perceptível que as condições de produção anteriores que essas pessoas mantinham traziam consigo o controle da força de trabalho que obedecia essencialmente a regras específicas de uma concepção do trabalho familiar muito própria à forma de produção em que sempre estiveram inseridos e acostumados. Essas pessoas percebem mudanças nas formas de trabalho e de relações sociais que passam a depender da relação que possuem com os empregos nas empresas (quando são empregados) ou do desejo de conseguirem os empregos, o que os obriga a submeter-se aos requisitos exigidos pelas empresas. Essas condições de proletarização (ALVIM, 1997) agem também para além unicamente da esfera do trabalho, chegando como se vê, a manifestar-se na própria reprodução da unidade doméstica que passa a incluir em suas maneiras de viver formas anteriormente inexistentes.

Apesar de estarem conscientes de que possíveis oportunidades de trabalho limitam-se às atividades que não exigem qualificação têm em mente que a questão da escolaridade, também não se torna o maior dos empecilhos, uma vez que algumas das empresas a que estão acostumados a prestar seus serviços atribuem pouca importância à escolaridade, o que pode ser explicado como uma estratégia das empresas de utilizarem uma força de trabalho que dificilmente procurará reivindicar melhores condições de trabalho e de salário. Além disto, associam também as poucas chances de emprego e a baixa utilização da mão-de-obra local ao elevado número de candidatos às vagas oferecidas pelas empreiteiras⁵⁶.

⁵⁴ Neste momento André lembrou de que no dia anterior a esta conversa, um primo seu que havia concluído o ensino médio tivera a carteira assinada para trabalhar numa das firmas que prestam serviços para ALBRAS/ALUNORTE.

⁵⁵ Outro procedimento citado por André e que geralmente ocorre é que nos finais de semana os parentes ajudam-se uns aos outros em suas roças, num processo de mutirão recebendo apenas o almoço como pagamento. Praticamente, todos os membros da família envolvem-se nas diferentes tarefas que garantem a produção, comercializada ou não.

⁵⁶ Leite Lopes (1988) discutindo o movimento de proletarização dos camponeses, infere que a expropriação dos moradores de seus sítios e de seus lotes de subsistência, que acarreta a perda de parte da subsistência dessas pessoas é o que, muitas vezes, força-os ao trabalho assalariado como única

Na verdade, os poucos moradores que no período das pesquisas de campo estavam empregados vinculavam-se às empresas terceirizadas, que prestavam serviços não apenas à ALBRAS/ALUNORTE, mas também à Pará Pigmentos e à Rio Capim Caulim. Entre as empresas terceirizadas citadas pelos entrevistados estão a “Serviços Delta”, a “Serviços Dantas” e a “Lessa”. Segundo relataram, para conseguir uma vaga nessas empresas devem ter além da sorte, o conhecimento do serviço requerido. Para além disso, reclamam como desvantagem, principalmente, a baixa remuneração, que é gritante, se comparada com aquela que recebem os trabalhadores das indústrias.

Este processo de proletarização, que a princípio implicaria na expropriação do controle das condições materiais de produção (ALVIM, 1997), é de certo modo, adaptado por estes moradores que ainda que tendam a trabalhar como assalariados nas empresas continuam a produzir bananas, farinha e açaí, que servem para “comer e ganhar uns trocados”, conforme nos disse Dona Fátima dos Santos (casa 12), que nasceu em São Lourenço, tem 55 anos e é casada com o agricultor Miguel de 61 anos. Mãe de 5 filhos que estão todos casados, tendo três deles residência em São Lourenço, Dona Fátima já desempenhou a função de doméstica em Belém mas acabou abandonando-a pela dificuldade de ter que ir e vir todos os dias à capital do estado.

Foto 06

Roça que fica próxima a casa de Marta dos Santos

forma de sobrevivência. Somado à isto, é este mesmo movimento que contribui para a escassez de empregos e para a concorrência por postos de trabalho. Inevitavelmente, uma nova estrutura se forma a partir do redesenho do espaço de trabalhar e do espaço de viver pela fábrica sobre seus operários: surge um controle evidenciado sobre a mão-de-obra que se singulariza pela abrangência da dominação nas formas de recrutamento dos operários através do seu aliciamento pelos agentes da companhia que leva em consideração aqueles mais “ordeiros”.



Fonte: Pesquisa de
Campo/ março de 2005.

Contou-me ter ajudado seu marido na roça até quando desistiu de trabalhar, em virtude das dores nas costas que passou a sentir. Seu marido já trabalhou como servente na ALBRÁS/ALUNORTE, mas hoje se encontra desempregado. De seus três filhos que estão em São Lourenço, dois estão empregados em empresas tercerizadas que prestam serviços àquele complexo metalúrgico. Dona Fátima que juntamente com seu marido cultiva um roçado, ressaltou que a roça tem a função de atender necessidades familiares e produzir um excedente capaz de estreitar as relações de convivência. Observa-se, que é a unidade familiar que define as tarefas, os momentos dedicados a cada atividade e a distribuição de atividades entre membros do grupo. A divisão social do trabalho aqui se estabelece, visando, sobretudo, potencializar a produção pelas complementações estabelecidas entre homens e mulheres e entre diferentes gerações.

Nas terras que servem para o roçado, dona Fátima dos Santos contou que seu marido, assim como grande parte dos moradores, pratica uma agricultura que ocupa uma pequena extensão de terra, visando a produção de alguns gêneros alimentícios aqui já citados, e onde, além disso, mas agora já próximo de suas casas, criam galinhas e cultivam algumas árvores frutíferas. Entretanto foi relatado um problema em relação ao terreno, formado por grandes pedras, o que não propicia bom cultivo, a não ser o da mandioca que se desenvolve bem. Segundo seu depoimento, a venda da farinha nem sempre é fácil, pois para eles, seu preço é sempre baixo e são ainda obrigados a transportar seus produtos para Vila do Conde, ou mesmo para regiões mais afastadas para comercializá-los.

De forma geral, o trabalho na roça sempre vem associado a um discurso de insuficiência dos ganhos. O fato destas pessoas dedicarem parte de seu tempo trabalhando nas empresas de forma a garantir sua sobrevivência, muitas vezes privando-se de sua família e de seu tempo livre, evidencia uma necessidade extrema de complementação de suas subsistência. Alguns já chegam a considerar o trabalho na roça como uma atividade complementar ao salário que ganham no trabalho nas empresas. Esta inversão, ao longo do tempo, faz surgir novos condicionamentos que até há algum tempo não existiam. O *status* que o salário confere é um elemento novo para estas pessoas que, de certa forma, materializa-se como um privilégio daquele que o possui e uma ambição para aquele que ainda não tem. Outro elemento que exemplifica “os novos tempos” é o fardamento que muitos utilizam para trabalhar que confere visivelmente, segundo o que dizem, um caráter especial se comparado com a vestimenta que usavam nas atividades na roça.

Este trabalho oferecido pelas empresas instaladas em Barcarena é sempre objeto de grandes contestações e assim foram reiteradamente expressos como “aqueles que mais exploram e que menos pagam”. Atividades como pião de obra, vigia, carregador e serviços gerais são as mais praticadas pelos homens da localidade que são contratados na grande maioria apenas temporariamente. Segundo Dona Fátima dos Santos que tem dois de seus filhos trabalhando em uma empreiteira, o salário pago para estes serviços são os mais baixos possíveis, que só aceitam por terem família e por não quererem passar fome. Além disso, temia também pela superpopulação que nas últimas décadas vinha se formando nos arredores de São

Lourenço, em virtude da atração que a ALBRÁS/ALUNORTE exercia naqueles que procuravam empregos, trazendo também para perto de suas casas toda a sorte de bandidos e de desordeiros que não os deixava mais ter sossego em suas casas.

Se tu fores perguntar pra um filho da terra daqui, quem tem um emprego melhorzinho, ninguém vai te falar. Para nós só ficaram esses empregos que ninguém vai dar pra gente de fora. Pagam quase nada e se a gente não ajudasse um ao outro eles passariam fome. Isso é uma desconsideração porque eles mesmos prometeram. Chegaram pra cá e não estão nem aí para quem já estava aqui. Ninguém aqui é marginal pra viver assim⁵⁷.

Segundo o vigia Antônio, 32 anos, que transitou por várias cidades do estado e residiu por algum tempo em Belém quando estava procurando emprego, algumas vantagens existem em morar em São Lourenço, entre outras, pelas possibilidades e oportunidades de obter trabalho e renda, ainda que cada vez mais escassa, em contrapartida a Belém, onde não teria conseguido emprego, entre outros pela pouca qualificação que possuía. Levando em consideração as diferentes trajetórias e acúmulos culturais que cada uma dessas pessoas possui, fica claro que aquelas que viveram anteriormente em espaços urbanos, como é o caso de Antônio, encaram os problemas presentes em São Lourenço como um empecilho menor, pois a possibilidade de empregos, nas empresas sobrepujaria qualquer forma de sujeição. Já para os que convivem por anos com as transformações ocasionadas pela ALBRAS/ALUNORTE, este fator perde em significância, pois não pagariam os efeitos contínuos das intervenções das empresas.

Em Belém é muito violento e tudo muito difícil. Aqui tem mais emprego, tem um monte de empresa chegando, tem mais vaga pra gente, escola pras crianças.... aqui quem quer arranjar emprego arranja além do mais a gente também sempre planta no quintal algumas coisas que ajuda a gente pra comer melhor. Em Belém eles querem qualificação até pra ser servente, vigia, marceneiro, assim fica difícil. Aqui não tem tanta burocracia, eu pelo menos consegui emprego rápido.⁵⁸

Contou que quando chegou em São Lourenço, por volta de 1986, para morar com sua esposa, que conheceu quando visitou o local com um amigo, notou

⁵⁷ Fátima dos Santos, 55 anos. Entrevista concedida em 02/05/2005

⁵⁸ Antônio, 32 anos. Entrevista concedida em 15/05/2005

que por conta da ALBRÁS/ALUNORTE nas proximidades poderia com mais rapidez conseguir emprego. E foi o que aconteceu. Rapidamente começou a trabalhar com serviços gerais, enquanto ajudante e ultimamente como vigia. Admite que não teria conseguido o emprego se não estivesse morando no local.

Este tipo de explicação se evidencia principalmente nas respostas daqueles que afirmaram que, neste período de 25 anos, houve melhorias. Associavam fundamentalmente ao fato de estarem empregados ou de terem alguém em suas famílias com emprego em uma das empresas tercerizadas da ALBRAS/ALUNORTE. Este fato por si só, ou a simples possibilidade de vir a conseguir um emprego com o auxílio deste parente já os anima a considerar próspera a vida na região.

A gente queria ganhar mais né, mas a gente se contenta com que Deus dá. Não dá pra ter tudo o que se quer, mas pelo menos eu tenho esse empreguinho. Trabalho à noite e chego mais ou menos essa hora agora. Não tenho muito o que reclamar daqui não. A gente trabalha, dorme, come. Fica sossegado. Quero sim é que meus filhos estudem para ter uma vida melhor. Aqui tem colégio perto, e é lá que eles vão estudar. Não tive muita chance de estudar, a vida sempre foi difícil pra mim. Até hoje trabalho muito (Sérgio, casa 24).⁵⁹

Aqui pouco mudou se a gente olha como era o passado. O que melhorou foi que agora tem médico aqui por perto, e se a gente fica doente a gente não tem que correr o mundo de barco para se cuidar. Outra coisa boa é que alguns parentes têm emprego aqui perto, é bom, né. Agora mesmo eu vou ao posto de saúde que é aqui perto e a gente vai a pé mesmo. É pertinho. Eu estou meio adoentada das pernas e tenho que ir lá sempre. O Posto de saúde daqui até que atende direitinho. Hoje em dia tem escola para os filhos estudarem Todas as crianças daqui estudam, né, não tem esse problema, aqui não⁶⁰.

A necessidade em buscar oportunidades de trabalho e novas fontes de renda para sua sobrevivência os obriga, muitas vezes, a reorganizarem horários e atividades que antes eram cumpridos com rigor e que agora, para aqueles que estão empregados, depende de não estarem cumprindo nenhuma função naquele momento.

⁵⁹ Sérgio, 32 anos . Entrevista concedida em 15/05/2005.

⁶⁰ Marta dos Santos, 70 anos. Entrevista concedida em 02/05/2005

Ao mesmo tempo, percebem que qualquer tentativa de deixarem tudo, suas casas, empregos, roças e partirem para outra região pode representar um alto preço pago com a perda de suas casas, benfeitorias e de toda uma série de lembranças que se preservam em São Lourenço deixadas por seus antepassados e cultivadas por todos.

Tomemos como exemplo o caso de João Paulo dos Santos (casa 16), de 65 anos, que é um “filho de São Lourenço”, conforme se auto-denominou. Casou-se aos 20 anos com Edwiges dos Santos, com quem teve oito filhos. Não lembra até que série cursou, mas enfatiza saber ler e escrever perfeitamente. Contou que depois que a ALBRÁS/ALUNORTE chegou na região nos idos de 1970, teve vários empregos, de vigia a mestre de obras, tendo já desempenhado essas funções até no município de Vigia. Garante que vai conseguir sua aposentadoria nos próximos meses para, assim, passar a cuidar unicamente de sua casa e de suas plantações. No momento da realização da pesquisa, disse que mantinha sua família trabalhando somente na roça, onde, apesar de estar desempregado, sentia-se feliz por poder trabalhar na plantação quando decidisse. As dificuldades manifestam-se principalmente quando se leva em consideração que há muito tempo atrás todas essas pessoas dividiam as tarefas no momento de plantar e colher. A própria ajuda mútua resultava na divisão do fruto do trabalho coletivo, que atualmente diminui progressivamente, onde os horários de trabalho são regidos por uma lógica que à das atividades agrícolas, pesqueiras e extrativistas.

Quem tem emprego é bom, mas quem tá velho, é ruim. Não dão emprego pra quem já tem uma certa idade. Aí se fica dependendo de alguns bicos pra viver. A gente também planta e cria. Mas ganha-se pouco e isso eles não querem nem saber. A gente que se vire, mesmo(...) Mas também melhorou. Melhorou por que tem menos mato, mais casa, tem festa com aparelhagem igual lá pra Belém, tem energia elétrica, agora a gente está no mapa. Um dia vai melhorar ainda mais ⁶¹.

FOTO 7

Tacho de “esquentar” farinha

⁶¹ João Paulo, 65 anos. Entrevista concedida em 14/03/2005.



Fonte: pesquisa de campo

– março de 2005.

Entre os que têm menos de trinta anos, suas lembranças, é claro, enfatizavam a já presença da empresa e convergem para fatos que se podem perceber ainda hoje. Mônica dos Santos, dona de casa, 21 anos, é solteira e concluiu o ensino médio em 2004. Nunca trabalhou de forma fixa, mas realiza alguns serviços em um clube recreativo durante os finais de semana. É nascida em São Lourenço e nunca morou em qualquer outro lugar. É a única integrante de sua família que concluiu o ensino médio e espera um dia morar em Belém para cursar uma universidade. Suas considerações, assim como a de vários outros com idade inferior a trinta anos, é claro, não resgatam fatos anteriores à empresa na região, mas enfatizam elementos que considera desde sempre presentes na paisagem. Segundo contou, acha que sempre existiu o Bairro do Laranjal na região e não consegue imaginar São Lourenço sem ter como vizinho o Bairro do Laranjal, sem ter energia elétrica, sem ter por perto a ALBRAS/ALUNORTE e tudo o que estas significam, como empregos, gente com dinheiro, poluição, e japoneses, entre outros.

FOTO 8

Saco de carvão pronto para ser comercializado



Fonte: Pesquisa de campo – novembro de 2004

Outros moradores que foram entrevistados, ainda que queixando-se das dificuldades de arranjar empregos para si e para os seus, afirmava ter a expectativa de que as promessas de trabalho um dia pudessem ser cumpridas para todos e de que assim a vida seria bem melhor, valendo a pena ter como vizinho a ALBRAS/ALUNORTE. Foi isto que afirmou Gabriel Xisto dos Santos (casa 6), de 37 anos, que trabalha como vigia há dez anos na ALBRÁS/ALUNORTE e também como pescador. É casado, tem cinco filhos e espera aposentar-se assim que puder para poder cuidar de seus netos. Mantém também algumas plantações de mandioca próximo à sua casa que ajudam no orçamento doméstico. Sempre morou em São Lourenço. Contou que sempre aparecem propostas de emprego, de que mais empresas e empreiteiras terceirizadas estariam chegando e pagando melhores salários. Entretanto, reza para não perder seu emprego, pois caso isto aconteça, não acredita que consiga outro rapidamente.

Os que expressavam uma grande insatisfação pela presença da empresa também alegavam o temor pela contaminação da água do rio, do solo e do ar e que viesse a afetar sua saúde. Nesse sentido, os que apontam insatisfação apontam uma diversidade de motivos, entretanto quase sempre em algum momento recaem em questões associadas à falta de emprego, na ausência da carteira assinada, serviços de menor salário, de menor “qualidade”, a falta de apoio à agricultura. Trata-se das pessoas que não reúnem condições concretas e simbólicas que as qualifique à obtenção de emprego.

O acesso a trabalho regular, com carteira assinada, ou aos chamados bicos, desenvolvidos de forma esporádica, são alvo de várias percepções pelos moradores. Em grande parte, os compreendem como um “mal-necessário” que foi introduzido pela “era ALBRAS/ALUNORTE”, onde por um lado aumentou a renda de quem tem a sorte de conseguir, mas por outro desestimula ou diminui o tempo para o trabalho na roça ou na pesca das pessoas que por gerações estavam acostumados a unicamente pescar e plantar. A escassez de oferta de trabalho, devido à crescente procura de pessoas vindas de outras regiões, também é motivo de preocupação, que se soma ao fato dos cada vez maiores requisitos exigidos para contratações, como experiência e escolaridade.

Hoje um filho meu trabalha na Ômega, há uns três meses, ele quase não pode me ajudar mais. Eu antes plantava mas a força vai acabando, depois passei a pescar, hoje cuido desses bichos, pato, não tem mas serviço pra gente velha nessas empresas. Eu até queria trabalhar mais eles não dão emprego pra jovem imagina pra mim. Antigamente eu fazia tudo, agora não tenho nem os filhos que estão empregados por aí. Ajudava minha mãe, todo mundo. Eu nasci aqui, conheço tudo daqui. Hoje vejo que muita coisa mudou aqui, essa região daqui cresceu muito. As pessoas agora tem energia elétrica né, votam, vem até político aqui agora. (Tomé, casa 26)⁶².

Se, muitas vezes, o trabalho nas empresas é valorizado pelo status que traz consigo, em virtude do salário obtido ou do aprendizado de ofícios, isto não muda o pensamento de muitos daqueles que trabalham, que lutam para manter ainda o vínculo com as práticas que seus antepassados mantinham há vários anos. Entretanto, é visível

⁶² Tomé Pinheiro dos Santos, 55 anos, pescador que se diz aposentado. Entrevista concedida em 22/07/2005.

em seus depoimentos a dificuldade, que advém da falta de tempo para conciliar o trabalho na roça com o trabalho nas empresas e dos poucos lucros que hoje conseguem nas plantações, se comparados com os salários que alguns recebem das empresas. Assim, a relação dessas pessoas com as possibilidades de se empregarem nas empresas da região processa-se a partir de uma situação de subordinação ao ditame das empresas que, de alguma forma, sempre acaba delimitando a reprodução social das famílias, quer na produção da roça, quer nos horários do multirão, afetando a lógica de suas maneiras de viver, que de algum modo fica subordinado as possibilidades do mercado, abalando muitas vezes as relações subjetivas das famílias que procuram a todo custo estratégias para manterem práticas antigas.

A gente aqui planta desde sempre, nossas frutas, verduras, vendia tudinho, comia, ganhava algum trocado. Hoje a gente tá velho e planta muito pouco. Os filhos também plantam pouco. Mas trabalham também né e tem pouco tempo. Eu gosto muito daqui e não quero sair nunca (Caetano, casa 10)⁶³.

Seu André dos Santos Freitas, articulando as várias formas de trabalho que já desempenhou com sua própria história de vida retrata de forma bastante ilustrativa uma dinâmica que antes existia e que agora parece se tornar progressivamente cada vez menos atrativa e mais onerosa.

Antigamente a gente plantava açaí, frutas, pupunha, levava pra Belém, alugava barco. Saía umas 3 horas da manhã pra lá. Era barco a remo ainda, no frio. Eu, meu irmão pegava no duro, ninguém tinha vergonha de trabalhar, hoje as pessoas querem roubar, tem medo do trabalho, isso que é vergonhoso. Antes a gente fazia roça de arroz, milho, tirava o carvão, vendia em Belém, era a gente que fazia o carvão, junto com o pai. O carvão vendia muito por que era ele que fazia esses barcos andarem, esses navios também. Hoje é tudo combustível. A gente ficava lá vendendo e ganhava bem, com a retirada do palmito, hoje quase não tem açaí. Meu filho planta bacuri, jaca, açaí, eles estão desempregados e plantam. Mas ele quer mesmo é trabalhar com salário. Mas todos eles continuam por aqui vivendo na nossa terra. Antes, quando aqui só era uma estradinha, ninguém pensava nisso, agora só se quer dinheiro fácil⁶⁴.

O que se destaca é que parece haver um dilema constante presente nas vidas destes moradores desde que começaram a ter a possibilidade de se empregarem

⁶³ Caetano Costa dos Santos, 55 anos. Entrevista concedida em 21/03/2005.

⁶⁴ Entrevista concedida em 30/08/2005

em algumas empresas na região – ou melhor, desde que trabalho, emprego e desemprego passaram a ganhar algum sentido em suas vidas -. Se por um lado se consideram genuinamente plantadores (inclusive parte dos mais jovens), consideram insuportável manterem-se hoje em dia somente com o que ganham plantando. Têm clareza sobre suas possibilidades concretas de somente conseguirem empregos de pouco rendimento e sobre a diminuição do tempo que passaram a ter para plantar e, compreendem isto como uma aquisição dos “novos tempos” e que não podem fazer nada para mudar este estado de coisas, a não ser tentando reproduzir sua maneiras de viver no passado de alguma forma.

FOTO 9

Rede utilizada por Seu André quando ainda pescava.



Fonte: Pesquisa de campo

– novembro de 2004.

A ausência da prestação de vários serviços sociais pelos poderes públicos é também considerado um dos motivos que impelem à busca por empregos e outras compensações que são oferecidas pelas empresas, onde, à medida que o acesso a serviços que deveriam ser dispensados pelo estado (postos de saúde, transportes, etc.) são escassos, cresce o interesse pelas ações do setor privado. Com o tempo, a

empresa passa a ser vista como gestora da região, seguindo sua própria cartilha para atuar em várias esferas do município.

Assim, muitas vezes, suas ações acabam sendo mais esperadas do que a da própria prefeitura ou do governo do estado, que só é mencionada em ano de eleição. Além disto, em virtude das perturbações sofridas, os moradores passam a considerar que a empresa e a prefeitura têm obrigações de compensá-los de algum jeito. Anteriormente viviam sem nem mesmo saber da existência da prefeitura. Agora, um dos efeitos principais é a dependência de longo prazo que provavelmente passaram a sentir depois da implantação da empresa. É neste sentido que a percepção destas pessoas sobre a ação da empresa evidencia-se principalmente, quando se remetem às ações concretas já realizadas, quer as considerem positivas, quer negativas. Não se remetem à utilidade da produção metalúrgica, que para eles é algo muito distante e quase sem retorno, e sim, ao inchaço populacional que ela causou, o derramamento da lama vermelha no rio, a opção dos empregos que ela trouxe consigo, a energia elétrica, etc.

Na perspectiva dos moradores, o tema “trabalho nas empresas” se liga essencialmente à possibilidade de aumentar a rendas e de obter melhores condições de vida. Não se pode negar que muitos destes condicionamentos devem-se à forte aspiração e à importância que dão ao salário, que aos poucos, porém, cada vez mais, faz com que diminuam muitas das vantagens que existiam nas atividades que sempre exerceram. Outro desejo bastante comum é o de poderem receber a atualização profissional que as empresas dispensam para seus empregados através de cursos que instruem sobre segurança, ofícios e prevenção contra acidentes.

O que ocorre é a chamada proletarização progressiva desta população (LEITE LOPES, 1978) que é unicamente pensada como força de trabalho subalterno passível de ser utilizada pelas empresas; em trabalhos que chegam ao mais alto grau de exploração. A ação destas empresas além de explorar a força de trabalho destas pessoas, utiliza-as como receptoras de suas campanhas propagandísticas, visível em grandes *out-doors*, espalhados por todo o município, em que tenta consolidar a imagem da provedora de empregos e promotora de melhores condições de vida no município.

OS SIGNIFICADOS DA TERRA

A terra para os moradores de São Lourenço é sinônimo de renda, propriedade e sobrevivência. Constitui o sustento próprio e o de suas famílias. O contato que essas famílias têm com o local em que plantam, residem e mantêm relações com outras pessoas, representa, de certo modo, a continuidade de uma tradição que se liga aos seus antepassados. Tomé dos Santos que repetia a esse respeito que, se seu pai visse sua roça mal cuidada, levantar-se-ia da cova e bateria nele. É na terra que é feito o cultivo da mandioca, que é a principal lavoura das famílias residentes na região, e, a partir dela, faz-se a farinha, presente, segundo dizem, em todas suas refeições, além de ser o produto que mais gera renda na comercialização.

Quando fazem menção ao trabalho, a todo o momento também fazem referência a terra, já que em última instância consideram-se plantadores ou roceiros, e isto, valendo inclusive para aqueles que também trabalham em outro tipo de atividade. É perceptível em todos os seus relatos, inclusive no de André, que a memória do trabalho está vinculada a uma relação com a terra, a seus ascendentes e aos moradores atuais que aí vivem. A terra para eles demarca, além do lugar em que vivem, o lócus em que manifestam suas relações sociais, suas atividades com o mundo cotidiano e, a possibilidade de pensar em um futuro em que seus descendentes possam viver com tranquilidade.

Quando se reportam as ligações com a terra em que vivem, remetem-se com frequência ao fato de o marido ou a esposa, ou algum outro parente próximo pertencer à família Santos. Neste particular, é visível que em São Lourenço “ser Santos” representa de alguma forma uma condição que legitima o uso e a posse das terras que possuem. É uma condição que se configura como a estratégia mais utilizada pelos moradores de São Lourenço para garantirem a posse de suas terras e para

legitimar-se perante a um grupo que se manifesta inteiramente como “Santos”. Todavia, apesar de muitos não poderem ser considerados como pertencente a linhagem Santos, por pertencerem a outro grupo familiar, percebe-se nas próprias conversas com os moradores que todos, de alguma forma, procuram auto-atribuir-se algum elo de ligação com os Santos, quer por possuírem algum tipo de relacionamento, quer por consangüinidade ou compadrio. Muitas vezes, fazem de tudo para incluir nomes de vizinhos como pertencentes a sua família, mesmo que somente o consigam atribuindo relações de segundo ou terceiro grau.

FOTO 10

Caminho de terra que os moradores afirmam como caminho que existia lá há mais de vinte e cinco anos



Fonte: Pesquisa de campo outubro de 2004.

Assim, há sempre um ponto em comum: a lembrança que possuem ou que fazem questão de manifestar de Manoel Joaquim dos Santos que por todos é tido

como um parente próximo - que lhes deu a possibilidade de se radicarem na região- e, ao mesmo tempo distante- por muitas vezes denominarem-no de tataravô⁶⁵.

Como já disse, apesar de nem todos os moradores descenderem originalmente da família Santos, todos percebem que é perpetuando a memória de Manoel Joaquim dos Santos e de seu sobrenome que se garante a legitimação frente ao grupo e o acesso à terra onde moram e plantam. É este mito, de um ancestral comum que os mantém regulados por um ideal de família que cria e recria as condições para sua reprodução social. É por isso, que ainda que não saibam definir qual a relação parental existente entre aqueles que mencionam, não se furtam a relacioná-lo como parentes.

De certa forma, esta memória que mantém um ancestral comum, mais do que um documento que os identifiquem como herdeiros da família Santos, é o que os põe em pé de igualdade para resistir contra a intervenção da ALBRAS/ALUNORTE. Ela (suas memórias) passa a ser compartilhada por todos do grupo de forma a generalizar o direito ao uso da terra.

Mesmo hoje, onde os mais jovens muitas vezes ambicionam os empregos das empresas da região ou novas possibilidades em outras cidades, nunca se esquecem da facilidade que têm por terem em São Lourenço toda sua família e aí disporem de suas casas e de suas terras. Assim, é comum exemplificarem o caso de um morador que tendo deixado suas terras em São Lourenço, mudou-se para Vila do Conde e hoje se encontra em situação difícil, pagando aluguel e vivendo apenas de uma pequena mercearia.

A referencia a um ancestral comum é um fato que singulariza São Lourenço em relação a outra localidade que estudei em Barcarena, que foi Curuperé. Nesta região até onde percebi não existia um elo de origem entre os grupos familiares lá residentes, apesar de alguns deles serem parentes, o que talvez tenha propiciado um mais rápido desmembramento deste grupo quando da intervenção da ALBRAS/ALUNORTE.

⁶⁵ Podemos compara-lo ao antepassado mítico, referido em numerosos trabalhos de antropologia.

O direito ao uso da terra está diretamente relacionado à constituição de uma família e à permanência desta na localidade. Referem que desde sempre as famílias adotam a atitude de dividir as terras, a partir do momento em que os filhos formam uma nova família, de forma a manterem-se próximos e para que não deixem a região. Quando os membros do grupo se casam, sempre é construída para o casal uma casa nas proximidade da residência de um dos pais dos cônjuges, de forma a manter a integridade da terra dentro daquele grupo.

A importância que dão a manutenção de seus filhos e netos em suas terras e nas proximidades de sua casa é mesmo um elemento que se destaca quando se remetem às suas terras. A cada filho que ia se casando, seu André doava uma parte de terra, para que este se mantivesse morando em São Lourenço. O que inevitavelmente também foi prejudicado pela perda de parte de suas terras, uma vez que possuindo um número considerável de filhos, nove ao todo, aquilo que acaba restando para cada um torna-se impraticável para a criação de novas roças.

Meus filhos plantam bacuri, jaca, açaí, eles estão desempregados e plantam. Até quem trabalha planta. Mas todos eles continuam por aqui vivendo na nossa terra. A terra é o nosso maior bem, por que quem vende ela gasta o dinheiro e não fica com nada. Por isso o meu único conselho é de ninguém deixar este lugar. Crio coelho, pato, galinha e dou para eles. Meus filhos moram todos próximos daqui, mas não divido o terreno não, todos tem casa aqui, mas a terra é minha, não divido até morrer. A terra é uma coisa que acaba, vendeu acabou. Você ficando na terra a terra nunca acaba. Eu tenho oito filhos e catorze netos, depois dividindo minhas terras não vai dar cem metros para cada um. Melhor é ficar aqui, o dinheiro acaba, a terra não, por isso a terra é importante para nós. Cada vez mais a terra tem valor, todo mundo quer um pedaço de chão para fazer sua casa.⁶⁶

⁶⁶ André dos Santos 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005

FOTO 11

Criação de aves de André dos Santos



Fonte: pesquisa de campo –
novembro de 2004.

Dona Marta dos Santos, por outro lado, manifestou também, entre outras coisas, a “luta” cotidiana para que um dia não venham a perder suas terras, ou terem que se mudar para outra área, já que a falta de dados concretos ou as controvertidas informações que surgem muitas vezes insinuam que, a qualquer momento, haveria uma expansão da empresa e da área que hoje ela ocupa. É justamente neste âmbito, que se dá a grande tensão entre estas pessoas pelo reconhecimento e liberdade para viverem e produzirem na terra que ocupam, e onde todos seus parentes moraram há gerações, e, o poder econômico da grande empresa que entende a terra como área de reserva de valor, onde hoje se encontram pessoas que, no máximo, realizarão tarefas menores no que a empresa considera o processo de industrialização da região:

O que não pode é que as coisas que passaram a acontecer foi justamente esse negócio da gente ter que ficar

lutando pela nossa terra. Com medo de sair. Com medo de ser expulso. Com medo de tudo aquilo que falam por que a gente não entende. Eu nem gosto de falar sobre isso. Eu não entendo nada. Meu marido é que entendia disso. A gente não entende muita coisa aí vem gente estranha pra cá fala alguma coisa e a gente não sabe se é pro bem da gente ou pro mal. Esse negócio de terras é muito complicado(.....) Depois a CODEBAR tomou quase tudo da gente. Pegou a quadra do Laranjal todinha pra eles. O projeto tomou muita coisa da gente. Mandou fazer uns conjuntos pra lá né. Eles iam mandar a gente lá pra área da CDI, mas aí a gente botou quente, bateu o pé e não saiu daqui. Eles não tiveram mais força para tirar a gente daqui. Mas eu não sei. Eu inclusive depois cheguei a trabalhar uns dois anos em 86 pra CODEBAR.⁶⁷

Para os moradores de São Lourenço, a noção de terra surge como elemento central que norteia seus discursos na luta por suas sobrevivências. Seu André que possui uma plantação de mandioca, que diz ter mantido desde a época de seus pais, trabalha junto com seus filhos e sua mulher na plantação, colheita e na produção de farinha que vende nas redondezas do Laranjal. Segundo contou, a terra representa “a planta e o produto da planta”. Seria mais do que um espaço físico, é a dona da madeira que derrubam quando preparam o roçado, do carvão que vendem nas redondezas e que aumenta suas gerações de renda, da farinha que vendem a partir da mandioca. Em suas conversas, mostrou que faz a roça e tira a mandioca obedecendo a um período de um ano ou um ano e meio de forma a não “cansar a terra”. A partir daí divide a farinha em sacas e vende em feiras próximas. A produção de carvão, que também foi uma prática deixada como “herança” de seus pais, também é regulada segundo Seu André para não desperdiçar nada. Assim, contou que retirar somente aquilo que pode virar cinza e mantém tudo que pode ser aproveitado.

Os significados da terra são também simbólicos e estão particularmente ligados à honra. Em tudo o que foi analisado até agora, bem como nas intervenções dos interlocutores da pesquisa depreende-se que o homem, o chefe de família é o senhor de suas terras. O estatuto de “ser homem” se faz pelo trabalho na terra – é com trabalho honesto que se faz um homem -. Por isso, para tornar-se homem é necessário trabalhar na terra e sustentar a família, mas ao mesmo tempo o homem, como senhor das terras e da família não pode aceitar ser “pau mandado” e “cordeirinho”, situações

⁶⁷ Marta dos Santos, 70 anos. Entrevista concedida em 02/05/2005

essas relacionadas ao emprego. Para os mais velhos, ou aqueles mais ligados ao trabalho na terra, embora, por vezes, considerem o salário necessário à sobrevivência, o emprego também representa uma forma de desonra.

FOTO 12

Campo de futebol.



Fonte: Pesquisa de campo – outubro de

2005

Mudanças na estrutura social

Uma vez analisadas as relações com a terra e o trabalho, remeto-me aos comentários feitos no primeiro capítulo a respeito de número de filhos, idade de casamento e saída da casa dos pais, e à constituição da grande família Santos. Com efeito, todos atuam no sentido de manter controle sobre as dimensões e qualidade do grupo. Os filhos permanecem na casa dos pais, até quase trinta anos e, no caso estudado, mesmo alguns filhos casados permanecem na casa dos pais. Sentindo-se ameaçados a cooperação passa a ter um significado de central relevância. A permanência dos filhos permite garantir a sobrevivência da família como um todo, compondo para isso diferentes estratégias. Por outro lado, a redução do número de

filhos pode ser relacionada com a diminuição das áreas de plantio. A variabilidade observada de uma família a outra guarda alguma relação com a importância dada ao cultivo da terra.

Finalmente, conforme demonstrou Antonaz (1996), para a Vila do Conde, é a reivindicação da tradição que empresta legitimidade à propriedade da terra. No caso estudado, a manipulação do parentesco é absolutamente essencial para garantir a permanência na terra. Por um lado, regula-se o número de pessoas, assim como se controlam as entradas e, em certo grau, as saídas do grupo. Combinam-se casamentos exogâmicos com endogâmicos, sendo que os homens que entram no grupo, podem adquirir o nome da esposa, como é o caso de Paulo e Tadeu, por exemplo. O instituto do compadrio é outra forma recorrente de integração ao grupo. A regulação dessas formas de entrada implica mútuas obrigações: por parte de quem entra, de aderir ao grupo e não transgredir suas regras implícitas, por parte do grupo de receber o recém-chegado e facilitar suas condições de sobrevivência.

Os Diferentes Olhares dos Moradores Sobre as Mudanças

As alterações no modo de vida dos moradores de São Lourenço a partir da implantação do Complexo ALBRAS/ALUNORTE e das influências diretas ou indiretas que este empreendimento trouxe consigo para o cotidiano destas pessoas, não podem ser compreendidas somente a partir da inserção de um Antropólogo (no meu caso, aprendiz) ou de qualquer outro pesquisador na realidade em que vivem como se a partir de então, como que num passe de mágica, todos os elementos do cotidiano aflorassem de forma clara e precisa. O que destaco com isto, é que, de certa forma, os dados referendados pelas observações empíricas e através das conversas constituem-se apenas a aparência do fenômeno, que, na medida do possível, e somada à análise, vai sendo aos poucos apreendida e compreendida.

No que se refere aos efeitos percebidos pelos moradores sobre a presença da empresa e das intervenções sociais, econômicas e ambientais, e o que estas imposições significaram em suas condições de vida, segundo suas percepções, selecionei durante a pesquisa de campo uma série de questões.

Entre os depoimentos, diversos elementos e fatos significativos sempre eram transmitidos quando rememoravam períodos e momentos anteriores à empresa. Nas narrativas, por exemplo, -independente do tom idealizador que continham-referendavam quase sempre momentos de nostalgia e de apreço por um período, que os autores consideravam nunca mais voltar, quer por que conquistaram no decorrer dos anos melhorias no que diz respeito a bens materiais, quer por que percebem uma série de modificações no próprio meio físico de São Lourenço, consideradas irreversíveis, conforme sugere Seu André:

Eu lembro disso aqui muito diferente do que hoje é. Era só mato e algumas entradinhas. Era muito bom. Eu lembro também que tinha menos casa do que tem agora. Não tinha televisão e tinha menos gente. Era muito mato, árvore, nem tinha esse bairro daqui (Laranjal). Quando começou a ter esse negocio de empresa para cá, a gente se assustava um pouco quando eles falavam, por que dava medo né, a gente não sabia direito o que era. Falavam um monte de coisa: que todo mundo ia pra Belém, Barcarena ia desaparecer do mapa. Parecia coisa de outro mundo, mas não era. A gente está aqui e eles lá. Nunca mais mexeram com a gente aqui. (...)Quando começou o serviço dessa PA aqui, eu lembro direitinho, eu até ajudei em uns trabalhos. Foi o início né da mudança. Depois disso começou a vir gente pra cá. Gente de fora. Depois a CODEBAR tomou quase tudo da gente. Pegou a quadra do Laranjal todinha pra eles. O projeto tomou muita coisa da gente. Antes nada disso era assim como tu ta vendo agora. Era tudo árvore, caminho, nem luz tinha.⁶⁸

No que concerne às suas percepções sobre a existência da ALBRAS/ALUNORTE em sua vizinhança, homens e mulheres participam de pontos de vistas que em certa medida são diferentes, mas que da alguma forma convergem: para elas a empresa só serve para dar empregos de “menor importância” aos homens da região, sendo que muito poucas identificam algum benefício tenha redundado na obtenção de melhores condições de vida. Já para os homens representa a possibilidade de mobilidade ascendente, quando estão empregados em alguma das empresas que prestam serviços a ALBRAS/ALUNORTE, mesmo que isto signifique um acréscimo pequeno a seus rendimentos e a diminuição do tempo que poderiam utilizar para plantar.

⁶⁸ André dos Santos 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005

Escolhi uma destas exceções. A professora e dona de casa Ana dos Santos, de trinta e cinco anos. Foi uma das pessoas com quem tive possibilidade de conversar e de realizar algumas entrevistas formais. Recebendo-me por várias vezes em sua casa, sugeriu-me vários fatos que, para ela, expressariam com maior fidelidade a dinamicidade de suas maneiras de viver. Mãe de dois filhos e com o marido trabalhando como segurança em uma empresa tercerizada, nasceu em São Lourenço como seus pais. Seu marido que é oriundo de uma outra localidade de Barcarena, fez, também, em alguns momentos, alguns comentários, quando encontrava-se por perto.

Tendo já morado no município de Moju, quando passou parte da adolescência em casa de uma tia, e em Belém quando seu marido procurava emprego na capital (não precisou o período, mas dizia respeito à década de 1990), Ana retratou momentos anteriores a sua saída e aqueles observado em sua volta. Salientou que em sua infância as crianças para irem à escola tinham que fazer uma longa caminhada que levava mais de uma hora, o que necessariamente as deixava cansadas e sem disposição para o estudo. Hoje, trabalhando como professora do ensino fundamental menor, atesta que depois que a empresa passou a intervir nas “coisas” do município, várias escolas já surgiram, o que para ela facilitou a vida dos alunos e dos professores que não precisam mais chegar “suados” para o dia de aula.

Foi enfatizado por Ana, além das melhorias de infra-estrutura, presente nos depoimentos de todos aqueles com quem conversei, de que, somente com o advento da empresa, ela pode ter se “entendido por gente”. Para isso associava elementos e objetos materiais que segundo pensava só foram conquistados com dinheiro do salário que ela e seu marido ganhavam da empresa ou que indiretamente surgiram com a existência da ALBRAS/ALUNORTE. Os depoimentos de várias pessoas, assim como o de Ana, expressam grandes inquietações, expectativas e sonhos, quando se referem à implantação da empresa tão próxima a eles. Entre as demandas sociais dos moradores desta referida região, estão a de assegurar o uso das áreas por eles habitadas, a instalação de postos de saúde e assistência social, e a construção de poços de água e de escolas com a presença constante de professores que, em seus depoimentos, ainda era um fato raro. Portanto, se classificariam as reivindicações em termos de melhorias e acesso a determinados bens e serviços, como

saúde, educação, transportes, energia, financiamentos populares à pequena produção e, sobretudo, garantia de preservação das suas condições de vida⁶⁹.

Referem que o que realmente queriam era continuar a ter a terra disponível para plantar, o rio para pescar e a mata para caçar. Convém observar que se trata de um discurso construído a posteriori. Antonaz (1995 e 1996), que realizou parte de sua pesquisa na época de início de operação da fábrica, relata que grande parte dos moradores locais não conseguia se dar conta do que estava acontecendo e nem do que poderiam ganhar ou perder. Chamo a atenção, com isto, que a organização de demandas começa a se produzir posteriormente à implantação da empresa, possivelmente em função da própria forma de atuação desta, que se encarregava de empreender ações que normalmente seriam de responsabilidade dos governos local e estadual.

Antes aqui só tinha roça, só era caminho. Agora tem hospital. Minhas filhas estudam aqui. Tem colégio. Antes aqui só tinha dez, onze casas, mas foi crescendo, crescendo, foi chegando mais gente, os primos foram casando, aí já viu né... depois veio a empresa com emprego. Chama mais gente ainda, parente distante veio...no meu ver, melhorou bastante, por que quando eu me entendi por gente era muito difícil viver aqui, não tinha nada, nem luz, agora cresceu muito. (...) Mas antes, antes isso aqui era só mata, não tinha luz elétrica, rua assim, era muito diferente. Não sei se foi bom ou ruim, o fato é que aparentemente algo mudou. Acho que até as casas ficaram diferenteS com a luz. Só não veio mais dinheiro para gente, mas mudou. Eu vinha aqui de vez em quando para ver os meus pais e era muito calmo, tranquilo, agora tá diferente, tem até televisão.⁷⁰

Alguns de seus depoimentos demonstraram certas vantagens da empresa no local, associando suas respostas às possibilidades de emprego, melhor infraestrutura e urbanização. O fato da existência de energia elétrica foi algo presente em quase todos os depoimentos das pessoas com quem conversei, independentemente de

⁶⁹ Com efeito, o que se percebe é que a dependência dos moradores do município de Barcarena, e mais precisamente daquelas áreas próximas das empresas ALBRAS/ALUNORTE, faz-se notar não somente pela oferta de algum tipo de emprego, mas também na constante esperança de que este complexo industrial possa vir a resolver, de alguma forma, uma série de demandas e solicitações que estariam, efetivamente, na alçada do poder municipal, mas que pela falta de ações deste demandam à empresa (ANTONAZ, 2004). Leite Lopes (1988), refere processo semelhante em uma cidade industrial de Pernambuco, analisando alguns “benefícios sociais” que a empresa em questão disponibilizava a seus trabalhadores, como uma forma camuflada de dominação para enquadrar seus operários e as relações sociais diretamente subjacentes à produção fabril.

⁷⁰ Ana dos Santos, 35 anos. Entrevista concedida em 12/09/2005

associarem este benefício à presença mais marcante do estado e dos serviços públicos que durante os anos foram estabelecidos ou, de ligarem este fato à presença do complexo industrial no município.

O desejo de dispor de bens de consumo é claro entre estas pessoas. Há de certo modo, um constrangimento por parte daqueles que não possuem geladeira ou televisão. Neves (1996), ao abordar a questão dos impasses teóricos e as ambigüidades em relação ao produtor agrícola, refere-se às reivindicações pelos serviços de energia. Ela reflete que o acesso aos eletrodomésticos, permite um tempo livre, novas formas de entretenimento e, contribuem na reordenação da visão de mundo dessas pessoas.

Aliado a isto, a possibilidade de terem seus filhos e netos matriculados em escolas públicas, também foi muito mencionada, o que inevitavelmente servia de comparação com a época em que estudavam e a lembrança de que não tiveram a mesma facilidade. Isto fica patente no comentário abaixo de Ana que representa elementos parecidos com o que seu André já havia afirmado quando atentava para falta de estrutura das escolas de sua época. Apesar da escola ser mantida com verba municipal, não só Ana e André, como os demais moradores acreditavam que sem a empresa, a escola nunca teria sido construída.

Os mais novos agora podem estudar, procurar uma vida melhor, trabalhar nas indústrias... eu não estudei muito, fiz só o básico né. Mas agora as pessoas não querem só depender das plantações. Antigamente as pessoas tinham que andar no escuro quando estudavam à noite, hoje tem poste é mais claro e mais seguro. De manhã todas as crianças vão para o colégio e a gente fica satisfeita⁷¹.

Algo bastante comum é a esperança de que a presença da empresa na área resolva em parte uma série de carências por que passam os moradores. Isto ficou patente no depoimento de Joaquim Cilino dos Santos de 56 anos, que atualmente mantém uma criação de aves atrás de sua casa. Segundo expôs, esperava o auxílio da empresa ALBRAS/ALUNORTE porque estava cansado de não receber o apoio nem da prefeitura de Barcarena, nem do governo do estado.

⁷¹ Ana dos Santos, 35 anos. Entrevista concedida em 12/09/2005.

Esclarecia que há muitos anos esperava o comparecimento das autoridades públicas do estado, que se omitiam no atendimento às demandas básicas dos moradores de São Lourenço, daí, porque desejava qualquer tipo de ação, principalmente aquelas que pudessem resolver a falta de empregos, o que as empresas em parte resolviam. Hoje, disse que está esperando o momento certo para garantir sua aposentadoria por tempo de serviço, uma vez que desempenhou várias funções desde que a empresa chegou no município.

A modificação da relação espacial das casas foi um fato citado pela dona de casa Marta dos Santos. Terceira filha de um casal de agricultores e mãe de quatro filhos, dona Marta, casou-se ainda na adolescência com um parente distante e desde lá mora na mesma casa que construíram juntos. Segundo mencionou, achava bastante curioso que em época anterior à presença da empresa, as casas eram construídas mais distantes uma das outras e logo com um terreno maior também, e que com a perda das terras tudo foi aos poucos se modificando. Além desta consequência, isto demonstraria para ela o crescimento demográfico das famílias que com a divisão das terras por um número maior de filhos agora constróem suas casas cada vez mais próximas umas às outras. Este ordenamento e a cada vez maior existência de novas casas ocupadas por filhos e netos também serviria como uma forma de estratégia que, segundo contou, pressionaria e desestimularia possíveis tentativas de desapropriação.

Antes aqui não tinha laranjal não, era só mato, e nada mais. As casas eram mais separadas das outras, não era mais perto assim, não. Não tinha nem luz. Nem poste nem nada. Antes só era roça e breu. Depois a ALBRAS chegou e ficou tudo complicado. (...) Mas também ninguém sai daqui, todo mundo casa e fica. Faz sua casinha do lado da família e vai vivendo. Quando casa com alguém de fora vem morar pra cá. A gente não sai pra não parecer que a gente não quer mais ficar aqui, senão a ALBRAS acaba levando o resto de nossas terras. Tem que fincar o pé.⁷²

No depoimento de André dos Santos este tema também foi discutido, articulando neste caso, o fator da permanência dos filhos junto à casa dos pais como uma atitude de evitar com que aqueles saiam de perto e de não dividir as terras,

⁷² Marta dos Santos, 70 anos. Entrevista concedida em 02/05/2005

impossibilitando com isto qualquer tentativa de comercializá-la. Outro dado relevante, é que em grande parte dos depoimentos, assim como no de Dona Marta, foi demonstrado um grande desconhecimento em relação a ALBRAS/ALUNORTE, o que em parte mostra que os projetos localizados tão próximos foram implantados sem que seus objetivos fossem esclarecidos aos moradores, ou se foi feito, foi realizado de maneira pouco clara e/ou objetiva.

Passados mais de vinte e cinco anos estas pessoas permanecem mal informadas e sem entender o porquê e a importância de um complexo de indústrias como este para o seu dia-dia e tão próximo de suas casas. Dona Maria, por exemplo, indagava sobre o porquê da empresa em Barcarena, principalmente por que não lhes propiciava nenhum tipo de ajuda. Conquanto atentar que com a ALBRAS houve o crescimento do número de empresas na região, concluía que não valia a pena frente aos problemas no rio e as coerções sobre suas terras. Esta situação ratifica as considerações que se tem de que os grandes projetos se instalaram a revelia das pessoas envolvidas diretamente, chegando praticamente prontos na região, já concretizando uma situação previamente pensada por uma lógica pautada essencialmente no lucro que vai de encontro ao atendimento das necessidades gerais dos grupos locais que mesmo quando não são remanejados, sofrem intervenção de forma intensiva.

Outro aspecto, a que se reporta Seu André, é que além de seu terreno e de suas roças haverem sido reduzidos pela ação da empresa, esta, quando chegou, teria lhe dado um prejuízo que, segundo contou, chegaria a aproximadamente duzentos e cinquenta mil reais, contabilizando a destruição de suas roças e de suas sementes, o que nunca foi ressarcido. Lembrou que àquela altura ganhava por volta de quatro a cinco salários mínimos com sua produção e que hoje este ganho seria quase impossível: “Hoje é muito diferente, eu trabalho fora e às vezes até planto e nunca mais tive a mesma situação”⁷³.

A menção tanto à melhoria quanto à piora a partir da implantação das empresas foi algo recorrente nas falas de todas as pessoas com quem conversei. O

⁷³ André dos santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005.

juízo positivo por parte dessas pessoas se devia em parte também pela campanha que é realizada constantemente pela empresa ALBRAS/ALUNORTE no sentido de conscientizá-los de que ela faz o melhor pelo município e pelo estado. Quanto ao negativo, este se referia a fatores diferenciados como o descaso do poder público, da ação da empresa, da falta de empregos etc.

Esta contradição que aponta melhoria e piora com a presença das empresas pode ser verificada de certa forma no depoimento de Rita dos Santos:

Depois da ALBRAS as coisas mudaram. Fica mais cidade. Barcarena cresceu muito também. Tem festa aqui nesse clube todo fim de semana. Teve um tempo em que parecia que queriam tirar todo mundo daqui, mas aí teve litígio, advogado e a gente ficou. Mas antes, antes disso aqui era só mata, não tinha luz elétrica, rua assim, era muito diferente.⁷⁴

Quando perguntados sobre suas percepções quanto a possíveis efeitos presentes em seus cotidianos e ao âmbito social como um todo, a quase totalidade dos entrevistados admitiu algum tipo de mudança que atribuíam a presença da empresa. E neste sentido percebiam tanto efeitos que consideravam positivos, quanto negativos

Antigamente a gente só plantava. Agora quer trabalhar como assalariado, a gente que é por que no sol também todo dia as pessoas cansam, tem que trabalhar mais duro na roça do que nas fábricas.⁷⁵

Tem energia, a gente antes conversava mais, agora quer ver televisão. À noite antes a gente ficava conversando com as amigas na rua, na frentes das casas, agora a gente fica é vendo televisão e depois dorme. A luz é muito boa nesse sentido, favorece a gente, né. Tem gás, é no fogão mesmo, não tem que ficar correndo atrás de madeira pra fazer carvão, é mais cômodo. Agora tem posto de saúde perto, se fica doente vai lá, as crianças também. Antes a gente se cuidava na base do chá, da erva (.....) Antes não a gente vivia aqui isolado, no matagal, no escuro, com algumas trilhas e só. A gente parece que plantava mais. Meus pais tinham muita plantação. Depois a gente quis também trabalhar nessas empresas, mesmo ganhando pouco. Hoje eu prefiro ficar aqui. Mas tem muita gente pra lá não só daqui. As minhas lembranças de muito

⁷⁴ Rita dos Santos, 26 anos. Entrevista concedida em 05/07/2005

⁷⁵ Rita dos Santos, 26 anos. Entrevista concedida em 05/07/2005

tempo atrás era daqui como um interior mesmo, vida pacata, rural, de campo, hoje não vejo muito assim. Até as casas a gente foi mudando, quem pôde, né, ficando algumas de tijolo, cercando ... mas tudo muda na vida mesmo, né.⁷⁶

Um outro aspecto que se destaca no conjunto das falas, também relacionado às mudanças no meio social, foi expresso pela fala de uma entrevistada que, de forma singular refletia sobre a presença de pesquisadores em Barcarena- da empresa, do município ou mesmo com fins acadêmicos- interessados em seus modos de vida a partir da chegada da empresa, fato que antigamente não se manifestava. A entrevistada em questão é Catarina dos Santos (casa 5), viúva de 62 anos que, acostumada a receber pesquisadores no Laranjal, onde possui uma filha e seus netos morando, rechaçou qualquer forma de utilidade das pesquisas, já que compreendia que não poderiam ajudá-los de forma prática em nada.

A gente nem gosta muito de responder essas coisas pra vocês por que essas pesquisas de vocês não levam a lugar nenhum, quase inúteis, nunca melhoram a nossa vida. Político é a mesma coisa. Depois somem. Não estudei muito, mas sei que a gente tem direito de ficar aqui e daqui a gente não sai.⁷⁷

Este excerto está intrinsecamente relacionado ao fato de que a região de Barcarena já foi objeto de estudos de um número considerável de pesquisadores no período “pós-empresa”. Isto produziu o que convencionalmente se denomina de “efeito pesquisa” entre os moradores deste município, que por vezes influi em suas respostas e os impulsiona a, eventualmente, exigirem algum tipo de benefício daqueles que os visitam.

Vale ressaltar, inclusive, que um dos moradores de São Lourenço, com quem estive conversando logo nas primeiras visitas, fez questão de contar que seria a pessoa mais apropriada para ajudar em qualquer tipo de pesquisa e que, foi sempre ele que serviu de informante para todos os pesquisadores que por lá já estiveram. Além de dona Teresa dos Santos, outros moradores também tentaram saber qual seria o resultado concreto de minha pesquisa, o que e quando eu poderia fazer para melhorar

⁷⁶ Ana dos Santos, 35 anos. Entrevista concedida em 19/03/2005

⁷⁷ Catarina dos Santos, 62 anos. Entrevista concedida em 05/07/2005

suas vidas. Na medida do possível, tentei contornar estas situações explicando-lhes reiteradamente ou quando necessário, os objetivos de meu estudo, minha tentativa de conhecer um pouco mais essa realidade e mostrando-me bastante solícito às suas indagações e provocações. Ao longo das visitas e com o estreitamento de nossos diálogos percebi que alguns desses mal-entendidos haveriam se dissipado..

Alguns moradores que já haviam residido em outros municípios, além de Barcarena, mencionaram com frequência uma certa comparação entre São Lourenço e a maneira como eram suas vidas antes de lá morarem. Neste sentido, enfatizam as características urbanas de Belém, por exemplo, em contraponto a algo mais rural presente em São Lourenço.

Nessa época aqui a gente só vivia de roça. Agora meu irmão trabalha numa dessas empresas daqui. Fazia farinha, capinava e era só. Até hoje a gente planta. Minha mãe e pai plantam. Meu pai é também vigia em Vila dos Cabanos. Ele diz que dá dinheiro, que dá pra viver bem. A vida aqui é bem diferente de Belém. Não tem muita novidade. Se tu perguntares pra todo mundo aqui essas coisas, todo mundo vai te responder quase a mesma coisa. Não muda muito. As pessoas mais antigas viviam pescando e plantando e as mais novas já encaram um trabalho diferente, com carteira ou bico.⁷⁸

O que se compreende é que existem diversos fatores que somados tem provocado transformações de níveis diferentes na área de estudo, o que de certa forma tem exigido dessas pessoas mudanças em suas maneiras de viver. Além disto, existem muitos limites em São Lourenço. A ausência do poder municipal que dê uma sustentação na esfera da saúde e da educação, entre outros, corrobora para que atividades cotidianas sejam consideradas tarefas árduas. Isto, de certa forma, produz um sentimento de conformação que chega a naturalizar situações de tensão em que vivem, contido em expressões como “a gente tá nesse mundo para sofrer, se não fosse assim seria pior”.

Para além da possibilidade de serem remanejados, surge de forma evidente a perda de referências a que são compulsoriamente submetidas estas pessoas,

⁷⁸ Rita dos Santos, 26anos. Entrevista concedida em 05/07/2005.

uma vez que suas escolhas passam a ser reguladas por fatores alheios à realidade que possuíam (como horários de serviços, patrão) que é acentuado principalmente pelo descaso da prefeitura do município e ao mesmo tempo pelo caráter ilusório que a empresa mantém de grande prestadora de serviços para a região.

Em 2003 ocorreram repetidos acidentes ambientais no rio Murucupi, que banha São Lourenço. Esta é a marca temporal a partir da qual os moradores passam a incluir a poluição entre seus temores, em virtude dos significados e efeitos que pode produzir. No próximo capítulo será analisada a percepção destas pessoas a respeito dos acidentes no rio Murucupi, a fim de perceber os significados que estes episódios trouxeram e as interpretações surgidas que incorporaram toda a série de fatos por que passam relacionadas à empresa, ao rio, suas terras e ao que consideram problemas ambientais, que passam a ser considerados permanentes.

CAPÍTULO 3

Percepção dos Moradores de São Lourenço a respeito da poluição e seus significados

O rio Murucupi, que nasce atrás da ALUNORTE, atravessa paralelamente toda a extensão de São Lourenço e deságua no rio Arrozal, pode de certa forma atestar alguns dos efeitos ambientais nocivos por que passaram e passam os moradores da área, demonstrando, igualmente, um dos principais efeitos negativos deste empreendimento. O que agora trago a tona são episódios que ocorreram basicamente em abril e junho de 2003, conforme relatados pelos moradores de São Lourenço e que ganharam grande repercussão na “opinião pública”, principalmente através da imprensa e das imagens de televisão que enfaticamente divulgaram o acidente ambiental e expuseram algumas das várias “tensões” que existem no município de Barcarena e nas relações entre os moradores, o poder municipal e a empresa metalúrgica.

Os acidentes ambientais de 2003, segundo os moradores de São Lourenço

O acidente, segundo o agricultor e pescador João dos Santos ocorreu em duas datas, primeiramente no dia 04 de abril de 2003 e depois, no dia 16 de abril deste mesmo ano. Segundo contou-me, nesta ocasião era o presidente da Associação dos Microprodutores Rurais de São Lourenço, tendo sido ele, o vice e a tesoureira da associação que tomaram as providências de telefonar para o Instituto brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis IBAMA, para a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) e para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) que, de forma geral, não deram grande importância ao fato, a não ser a Secretaria do Meio Ambiente de Barcarena (SEMA) que para lá dirigiu-se para conferir e averiguar o fato.

No dia em que esta secretaria visitou o rio, a água estava com uma coloração estranha, entretanto os peixes que estavam mortos já não estavam mais lá, pois, já deviam ter sido levados pela correnteza da água. E foi esta imagem que o “O Liberal” e o “Renato Chaves” levaram consigo através de fotografias e de imagens gravadas. Segundo Mário, as publicações de “O Liberal”, mostravam inicialmente que havia soda cáustica e amônia nas águas do rio e que seria isto que teria concorrido para a morte dos peixes e para o escurecimento da água. Entretanto, esta versão foi rapidamente modificada pois, segundo alguns comentários que surgiram na decorrência deste episódio e que foi citado por João, a Companhia Vale do Rio Doce processou o grupo “Liberal” por tornar estas informações públicas fazendo com que esta empresa de comunicação se retratasse publicamente perante a Companhia Vale do Rio Doce.

Ao mostrar-me a xerox de alguns laudos técnicos da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), João relatou a grande quantidade de peixes

mortos que ali se encontravam na época do acidente e que nas fotos destes documentos não apareciam. Lembrou-se ainda que chegou a ver vários peixes debatendo-se até a morte, num rio que sempre foi uma das principais fontes de pesca para sua família e que agora além de ver dizimada aquela quantidade enorme de pescado, constatava a abrupta mudança de coloração da água.

Contou-me que o que aconteceu foi que, no dia 4 de abril ocorreu uma chuva fortíssima que fez com que um tubo que canalizava alguns dejetos que vinha direto da ALUNORTE se rompesse. Com isto, substâncias químicas vazaram para o leito do rio e que quando chegaram os órgãos de Belém tudo já estava concretizado. Neste dia, entre outros, viu morrer muitos peixes, jacareana, sarará. A água primeiramente ficou preta ou com uma coloração próxima de um vermelho bem escuro⁷⁹. Já no dia 15 e 16, aconteceu uma grande chuva na região, onde a bacia de rejeito que contém o licor cáustico desceu totalmente para o rio. Foi esta segunda situação que agravou o estado do rio e que fez com que a ALUNORTE fosse punida, sofrendo uma advertência por ser a responsável pelo acontecido. Com isto, esta empresa assinou um termo de ajuste de conduta, segundo João pouco cumprido, onde era obrigada a financiar duzentos trabalhadores rurais da margem do rio e das circunvizinhanças com plantios de açaí e com outros projetos acordados com os moradores da região.

De acordo com seu relato, até hoje a Delegacia do Meio Ambiente não entregou nenhum laudo diretamente à comunidade, nem positivo, nem negativo, o que só aumenta suas dúvidas sobre a qualidade da água do rio Murucupi e sobre a possibilidade de consumo do pescado daí advindo. O fato que mais gera insatisfação e descrédito e que chegou a ser ventilado, é que o laudo da SECTAM demonstrava que não foi soda cáustica, nem nenhum produto químico que causou a morte dos peixes e a coloração escura da água do rio. Segundo esta secretaria, o que ocorreu foi que, com a entrada forte da maré o lodo que existia no leito do rio espalhou-se por toda sua extensão, o que ocasionou falta de oxigênio na água e conseqüentemente, a morte dos peixes por afogamento. Esta expressão, inclusive, serve de grande ênfase para este morador, que considera deveras curioso e incoerente a justificativa da morte dos peixes por afogamento. Mesmo assim a maioria das pessoas ficou receosa com esta justificativa, pois era assinada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, e pelo menos *a priori*, inquestionável.

Uma outra versão sobre a situação do rio que chegou a ser apresentada pela SECTAM, foi que a situação do rio devia-se à grande quantidade de dejetos que seria despejada pelos esgotos sanitários das residências da região. Segundo João, o esgoto que cai no rio é de responsabilidade da ALUNORTE, porque vem do núcleo residencial urbano que é uma área de moradia de trabalhadores industriais que estão ligados à ALUNORTE. Desta forma, ou esta ou a prefeitura de Barcarena teriam que subsidiar a construção de encanamentos sanitários que desviassem os dejetos para longe do percurso do rio⁸⁰. A justificativa de que a poluição no rio seria resultado dos dejetos dos próprios moradores causa indignação nos moradores, pois, segundo João, eles assim tentam esquivar-se de qualquer culpa e ainda responsabilizar os próprios moradores por aquilo que eles estavam sofrendo: “Se a prefeitura disse que sujeira no

⁷⁹ Além disto a água teria ficado com um odor forte e aparência viscosa que por vezes parecia com goma de tacacá

⁸⁰ Segundo ele, a ALUNORTE chegou a realizar projetos sanitários em algumas invasões da região, mas que não abrangeram mais do que algumas ruas.

rio estava associada aos esgotos sanitários, porque também não explicou à prefeitura que isto é sua obrigação” (João dos Santos, 45 anos. Entrevista concedida em 25 de novembro de 2004).

Os representantes da comunidade de São Lourenço tentaram pressionar o secretário da SECTAM para maiores investigações, mas não lograram êxito. O Sindicato dos Químicos foi inclusive processado pela incisiva procura por respostas aos danos ocorridos⁸¹ e só não foram presos por que o juiz condenou este sindicato com retratação à ALUNORTE e com serviços comunitários. Segundo este morador, o sindicato tornou-se um grande aliado da comunidade, chegando até mesmo a arriscarem suas carreiras na tentativa de esclarecer todos os fatos, coisa que os fez responderem judicialmente por calúnias.

O grande problema é que do dia 04 até o momento desta entrevista, não houve nenhum pronunciamento da SECTAM ou da SEMA, para os moradores que os informasse a respeito da salubridade da água do rio, se estes poderiam novamente voltarem ou não a usar de sua água. Nenhum técnico revelou qualquer parecer diretamente a eles, a não ser alguns funcionários da ALUNORTE que esporadicamente visitavam a região para certificar-se do que acontecia, para vigiar os moradores, ou mesmo ver o que eles estavam falando.

O que contribui para toda esta situação de inércia dos órgãos públicos e de descaso para com seres humanos que ali residem, é, segundo João, a extrema dependência da prefeitura de Barcarena e de suas secretarias dos impostos e favorecimentos que recebem da ALUNORTE. Com isso, a contrapartida implica fechar os olhos às várias irregularidades, entre as quais a ambiental. Com isto, a morte dos peixes, a impossibilidade de uso da água do rio e todas as conseqüências decorrentes passaram por irrelevantes e tornou-se desnecessário procurar culpados. A prefeitura de Barcarena que logo de início se comprometeu a doar cestas básicas e água potável para as famílias atingidas, muito pouco realizou e quando o fez, isto se deu de forma ineficiente.

As famílias só voltaram a utilizar a água do rio cinco ou seis meses depois do acidente, quando a olho nu começaram a perceber que sua coloração aos poucos voltava àquilo que consideravam normal. Isto mesmo existindo até hoje uma placa que sinaliza a informação de que a água esteja imprópria para qualquer tipo de consumo⁸². A única informação que os moradores possuem, e que se tornou recorrentemente reproduzida pela ALUNORTE é a versão que afirma que faltou oxigênio no rio e que assim os

⁸¹ Contou João que quando os moradores exigiam da SECTAM alguma informação sobre os laudos, seus funcionários respondiam de forma imprecisa e omissa. Também era comum insinuações que demonstravam a autoridade e a prepotência de seus técnicos em “quem vocês pensam que são?” ou “com quem vocês pensam que estão falando?”. Relatou-me que o único órgão que teve coragem de mostrar resultados técnicos que afirmavam a contaminação foi o Instituto Evandro Chagas, mas que mesmo assim não era suficiente para gerar nenhum efeito positivo para os moradores: “A Universidade Federal do Pará, A SECTAM, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Secretaria de Meio Ambiente nunca sabiam afirmar precisamente o que tinha acontecido”.

⁸² A placa que na ocasião desta entrevista estava caída e fora de seu lugar habitual encontra-se hoje modificada em seu enunciado pois onde existia um “imprópria” hoje existe “própria” para uso. Isto segundo João não passa de uma forma que os moradores encontraram para ironizar com a situação onde apagaram o prefixo de uma informação que para eles é altamente imprecisa.

peixes morreram o que em nada os acalma e muito menos diminui o medo⁸³. Este medo é aparente nos relatos sobre suas plantações, onde sua agricultura de várzea foi totalmente afetada com o apodrecimento do açaí, queda dos frutos ainda verde, plantações de mandioca totalmente estragadas⁸⁴.

De acordo com João dos Santos, depois de quase dois anos, a situação continua tensa. As pessoas continuam utilizando o rio, porém sempre sofrendo com o aparecimento de doenças e coceiras, principalmente nas crianças que recorrentemente ficam doentes. Apesar de nenhum dos moradores entrevistados terem diferenciado os dois momentos de maior visibilidade dos danos ocorridos na água e da “efervescência” dos órgãos de imprensa e ambientais na área (abril e maio de 2003) lembram-se com intensidade de todas as dificuldades por que passaram. Recordam, por exemplo, que foi a partir deste acidente ambiental que muitos pescadores, que ficam em contato com a água do rio durante muito tempo, tiveram o corpo tomado por manchas vermelhas e por várias complicações de pele, que tanto eles, como os próprios médicos dos postos de saúde do município, associaram às águas do Murucupi.

No que diz respeito à reduzida ajuda que receberam, houve segundo João, grandes injustiças, pois, aqueles moradores que eram aposentados não receberam ajuda, mesmo tendo sofrido com toda esta situação. Da mesma forma, aquelas famílias que possuíam em seus membros trabalhadores assalariados, também eram relegadas, mesmo se estas pessoas não morassem em Barcarena. Assim a contribuição da prefeitura de Barcarena além de enormemente restrita, prestava sua ajuda segundo um critério assistencial, ao invés de considerarem os prejuízos efetivamente causados pelo evento.

Na grande maioria, esses financiamentos, viessem da prefeitura, ou da ALUNORTE, não contentaram ninguém. Esta última teria repassado apenas duzentos reais em materiais, como enxada e carrinho de mão, além de ministrar alguns cursos de plantio de açaí. Entretanto a empresa teria prometido, através de um termo de compensação,⁸⁵ em função da contaminação do rio, financiar três aviários ou outros projetos que propiciassem renda aos moradores, fato este que não se concretizou⁸⁶. Ou seja, a insatisfação de João remete-se tanto à inoperância das poucas ações disponibilizadas pelos órgãos competentes, como também à falta de diálogo da prefeitura, da empresa e das agências fiscalizadoras públicas que somente diminutas vezes atentavam para os graves efeitos a que estavam sujeitos os moradores das proximidades do rio.

⁸³ Além disto relataram também a todo momento o modo nada transparente e pouco direto com que os técnicos da empresa se aproximavam para investigar e informar sobre o que estaria acontecendo: “Eles tratavam a gente como idiotas e analfabetos. A gente não tem estudo mas não é burro. Eles falavam de um jeito que era pra gente não entender mesmo e não falavam pra todo mundo que perguntasse” (João dos Santos, 45 anos em 25 de novembro de 2004)

⁸⁴ “Perdemos em média umas dezesseis sacas de mandioca que estavam completamente ruins” (João dos Santos, 45 anos em 25 de novembro de 2004)

⁸⁵ Este chamado termo de compensação foi, segundo João, posteriormente modificado para aquilo que a ALUNORTE considerou como uma ajuda, uma assistência aos moradores.

⁸⁶ “Depois de uns seis ou sete meses do acidente a ALUNORTE nos deu algumas caixas d’água para que a gente plantasse dentro delas. Depois a gente pediu tijolo e cimento para construir outras mas ela não deu. Ela arranhou somente uns camburões plásticos para a gente fazer farinha (João, 45 anos em 25 de novembro de 2004).

Uma outra entrevistada que relatou o acontecido foi a dona-de-casa Marta dos Santos que se lembrou que depois daquele mês de abril nunca mais o rio ficou como era e ninguém mais conseguiu viver da pesca como até então ocorria. Tudo aconteceu quando apareceu uma quantidade tão grande de peixes mortos na superfície do rio que chamou a atenção de todos os moradores da redondeza. Com isto, foram chamados os técnicos de Belém para verificar do que se tratava e logo em seguida atestaram que a água estava imprópria para uso.

A partir de então, segundo contou a moradora, apenas aqueles que não acreditam que os peixes estejam contaminados é que continuam se alimentando deles⁸⁷, diferente do que ocorria, quando estes eram a principal fonte de alimento e de comércio da região. Dessa forma, contou que há vinte, trinta anos atrás a água do Murucupi era bastante limpa e que servia para os mais diversos fins, do consumo direto à extração do pescado. Hoje, o peixe estaria com gosto completamente diferente do que estavam acostumados e a água com cheiro e gosto insuportável.

Se antes a utilização do rio dava-se amplamente, hoje, principalmente depois do acidente que ocorreu no ano de 2003, as pessoas receiam qualquer contato com a água, e, segundo Dona Marta, logo que ocorreu a morte dos peixes, muitas famílias, principalmente as ribeirinhas, ficaram longos períodos sem água para consumir em suas casas. Somente aquelas que possuíam poços em seus quintais é que puderam solucionar logo de imediato a impossibilidade de usar o rio para consumo de água. Mesmo assim, esta moradora demonstra medo até mesmo da contaminação do lençol freático que poderia ter atingido inclusive a água dos poços, e, isto associado à extrema falta de informações os mantêm em constante preocupação. Contou que a SECTAM ficou de fazer pesquisa para verificar se a água dos poços também estava contaminada, mas até hoje nenhuma conclusão foi divulgada entre as famílias. A única informação que detinha era a de que a poluição estava associada à rede de esgotos da Vila dos Cabanos, que despejava no rio Murucupi uma grande quantidade de dejetos sanitários. A ALUNORTE não contribuiu em quase nada para aliviar a situação das famílias.

Infere-se das matérias jornalísticas que embora surjam insistentemente fatos e denúncias da existência de poluição, nunca há efetivamente um enfrentamento por parte dos órgãos públicos, já que existe a noção generalizada de que é apenas a empresa que dispõe de recursos humanos e técnicos capaz de avaliar qualquer tipo de poluição. A empresa ratifica esta idéia mostrando total controle em uma atividade que, inegavelmente, possui risco constante. Quando os danos são visíveis, minimiza o quando pode o acidente através de seu controle de qualidade.

É fato, e todos sabem, que a fiscalização das questões ambientais deve ser da alçada de órgãos ambientais federais, estaduais ou municipais, entretanto, o que se percebe é que parece haver um certo descaso no desempenho dos atos de fiscalização e de punição para àquelas situações configuradas como de degradação ambiental. Exemplo disto, é que o complexo ALBRAS/ALUNORTE,

⁸⁷ Ela própria revelou que não come e que não deixa nenhum de seus filhos consumirem o peixe pescado no Murucupi.

sustenta a idéia de que seria ele (e somente ele) que estaria capacitado tecnicamente para realizar qualquer tipo de avaliação (e até mesmo auto-punir-se!). É notória e evidente a existência de poluição nos rios, mas as denúncias disto decorrentes nunca são realmente enfrentadas, nem pelos órgãos públicos, nem pela justiça ambiental, nem pela prefeitura que é praticamente um apêndice da empresa.

A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS⁸⁸

A tentativa de recuperação de um passado livre de impedimentos e de preocupações recria, continuamente, uma certa “idealização” do passado, que alimenta a esperança de que o tempo anterior à presença da ALBRÁS/ALUNORTE possa ser novamente reeditado. Contudo, tais elementos não são suficientes para fazer frente aos interesses concretos e essencialmente distintos da lógica da empresa que, com sua presença na proximidade das casas e roças, produz o sentimento de que, com o passar dos anos, várias mudanças percebidas de forma negativa foram introduzidas em suas vidas, trazendo conseqüência em suas relações de trabalho e em suas maneiras de viver, onde segundo contou-nos a moradora Fátima dos Santos, além do constante medo de serem retirados, percebem suas frutas com gosto e tamanho diferenciados do habitual⁸⁹. Embora a noção de poluição ainda não estivesse disponível em seu vocabulário, percebiam alterações na natureza, afetando conseqüentemente sua cosmologia no nível do simbólico (ANTONAZ, 2004).

Remetem-se principalmente ao acidente ambiental ocorrido no rio Murucupi, responsável, por muitas sequelas que repercutem até hoje. As famílias só voltaram a utilizar a água do rio cinco ou seis meses depois do acidente, quando a olho nu começaram a perceber que sua coloração aos poucos voltava àquilo que consideravam normal. Este medo é generalizado, uma vez que sua agricultura de

⁸⁸ cf. LEITE LOPES, 2004.

⁸⁹ De acordo com Borgonovi (1980), a emissão de fluoretos na atmosfera, além de prejudicar a saúde humana depositando-se nos ossos, modifica geneticamente plantações, particularmente as frutas.

várzea foi totalmente afetada, verificando-se o apodrecimento do açaí, a queda dos frutos ainda verdes e a perda total das plantações de mandioca⁹⁰.

Grande parte dos protestos manifestados concernentes a problemas ambientais causados pela ALBRAS/ALUNORTE deve-se ao grande potencial poluente que suas fábricas expõem e que geram contaminação das águas e a emissão de grandes quantidades de gases na atmosfera. Daí por que as áreas próximas ao complexo industrial sempre sofrem com várias consequências provenientes da produção da alumina à base de soda cáustica. Apesar da existência dos chamados “lagos de lama”, que nada mais são que um local que é utilizado para despejar os resíduos químicos são constantes os transbordamentos destes depósitos que já causaram diversos acidentes ambientais nas redondezas.

Todos os moradores entrevistados responderam sentir algum tipo de mudança ambiental provocado pela presença da empresa na área e que antes não existia. Todos opinavam sobre medo de doenças que poderiam vir do ar por causa de fumaças, da água do rio Murucupi ou de contaminações de suas plantações. Ou seja, o acidente desencadeou a percepção de uma poluição permanente. Mesmo assim, o medo maior é o de perder suas terras ou, em menor proporção seus salários.

Ao ver dos moradores, estas “sujeiras” são provocadas pelo descaso da empresa com a região e com a população local, pois que nada teme quanto polui os rios, mata os peixes, e não os concede empregos. Mesmo assim, conforme já foi demonstrado é bastante clara a importância que dão em se manterem em suas terras, mesmo com todas as adversidades por que passam e reconhecem que tudo seria pior se um dia resolverem partir para outro local onde correriam o risco de estarem desempregados e ainda sem casa para ficar.

Foram referidas recorrentemente insinuações de técnicos da empresa, que quando por lá apareciam, alertavam sobre uma possível contaminação da área, taxada como imprópria para plantação e conseqüentemente para consumo. Apesar dos moradores constatarem as diferenças nos gostos e na aparência dos frutos e da água,

⁹⁰ “Perdemos em média umas dezesseis sacas de mandioca que estavam completamente ruins” (João dos Santos, 45 anos. Entrevista concedida em 25/11/2004)

temiam que esta suposta “poluição” pudesse ser uma estratégia da empresa para que eles, assustados, deixassem o lugar. Mesmo assim, não escondem o medo de serem acometidos por doenças, o que, constantemente, por lá acontece.

Até hoje, os moradores não plantam na várzea. A pesca foi também prejudicada, pois agora os pescadores têm que percorrer vários quilômetros para poder pescar sem medo da contaminação, e, com isto, despendem uma maior quantidade de combustível e de tempo e, ainda, sujeitam-se a assaltos constantes nestas viagens mais distantes⁹¹. De acordo com João, na terra firme não houve nenhum efeito aparente. Todavia esta ausência de consequências danosas deve ser relativizada, já que, como os agricultores, por exemplo, passam muitas vezes semanas na várzea, limpando o açail, roçando ou colhendo, são obrigados a levar de casa grande quantidade de água para consumo, se não quiserem utilizar a água contaminada do rio Murucupi. Também os próprios pescadores que por muito tempo ficam em contato com a água do rio, apresentam o corpo coberto por manchas vermelhas e dermatoses, que geralmente são associadas por eles e pelos médicos dos postos de saúde do município, às águas do Murucupi.

⁹¹ Sobre este assunto conferir SILVA, Maria José de Oliveira. *Parceria e Pirataria: Uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

Mas é a relação entre poluição e terra que potencializou a percepção dos efeitos da presença das empresas. Marta dos Santos, comentou, que se já não bastasse a desapropriação de seus sítios pela CODEBAR, a perda de todas aquelas terras que eram de seus pais e avós que tinham direitos de posse sobre todas elas, surge agora este novo fato que complica mais suas vidas e só contribui para que cada vez mais sejam expulsos de suas casas⁹². Lembrou que quando a CODEBAR derrubou suas roças sem qualquer indenização, já que o que pagaram foi por algumas benfeitorias não pela terra, eles tinham toda a documentação que provava a posse da terra, mas que não valeu de nada frente às vantagens que a empresa dispunha no município. Até hoje continuam na justiça pela reapropriação das terras, mas o que percebem é que a empresa continua invadindo terras e derrubando roças, inclusive do outro lado do rio Murucupi.

Até mesmo no que diz respeito a empregos, a moradora acha-se discriminada, pois demonstrou que nenhum de seus filhos ou netos, e, nem de nenhuma pessoa que conhece, conseguiu trabalhar diretamente nem na ALBRAS, nem na ALUNORTE, mas, somente nas empresas que estão chegando e que prestam serviços aquelas e, mesmo assim em empregos de pouca qualificação e remuneração. Por isso mesmo com os frutos em estado duvidoso e a água do poço com gosto estranho, as famílias têm que continuar plantando se quiserem se manter em São Lourenço.

Contou que com a ALBRAS e a ALUNORTE os problemas para as famílias só aumentaram e progridem cada vez mais. Só quem pesca agora são as pessoas que estão chegando agora no Laranjal, e que não se preocupam com o perigo da contaminação. As pessoas de São Lourenço, segundo contou, não tomam mais nem banho por que todos ficam com coceiras, impinge e outras doenças⁹³. A cor e a aparência da água que chegou a ficar vermelha, segundo seu depoimento, nunca mais foi a mesma. O temor e a preocupação são ainda muito maiores, por que se verifica, segundo a moradora, com certa repetitividade, o aparecimento de muitos peixes mortos na superfície do rio e, somado à isto, as plantações da várzea nunca mais prosperaram, onde os frutos em grande parte caem ainda verdes e seu gosto apresenta diferenças acentuadas.

Aos olhos das famílias, os peixes mortos e a coloração escura da água são apenas um indício daquilo que mais temem- a expulsão do lugar em que nasceram e em que passaram toda sua vida. Essa preocupação que diz respeito essencialmente às desapropriações é viva em praticamente em todos seus depoimentos. Ela se exprime, muitas vezes, pelo temor de uma “nova estratégia da empresa”, camuflada por uma possível retirada deles em virtude da poluição. Evocam sempre a um período de onde emergiram todos seus problemas - aquele em que através da CODEBAR vários metros de seus terrenos foram compulsoriamente retirados.

Assim, entendem de forma particular que o que hoje ocorre não seria mais do que parte de um ciclo, iniciado com a chegada da empresa, que desencadeou mudanças espaciais e sociais- num primeiro momento-, discriminações que associam recorrentemente às

⁹² “Meus pais e avós nasceram e morreram aqui. Eu nasci e me criei e agora tudo de mal anda acontecendo, expulsão, perda de terras, poluição, doenças, vai chegar o dia que a gente vai ter que de verdade sair daqui de vez” (Marta Santos, 70 anos em 25 de novembro de 2004)

⁹³ “As crianças se coçavam, ardia, dava infecção na garganta, dor de cabeça e todo mundo tinha que ir para o hospital”. (Marta Santos, 70 anos. Entrevista concedida em 25 de novembro de 2004)

exigentes qualificações dos empregos que pleiteiam e, agora, a presença de toda a série de “problemas” ambientais por que passam e que os deixa cada vez mais apreensivos.

Sobre a pesca, André dos Santos também falou das várias formas de poluição que já ocorreram no rio Murucupi, que serve de fonte de alimentação para várias famílias. Nossas conversas ocorreram poucos meses depois do aparecimento de uma nova coloração avermelhada nas águas deste rio. Sobre esta questão, ao mesmo tempo em que manifestava temor em contrair doenças, mostrava que continuava a pescar da mesma forma, quando tinha tempo, e que não tinha medo de poluição, por que era protegido por Deus.

Eu pesco nesse rio aí mesmo com essa placa⁹⁴, a gente não tem medo dessa poluição, a gente come de tudo, até galinha envenenada. Esse negócio de medo é pros jovens, ficam dizendo um monte de coisa mas eu não acredito. Nossa vida é muito corrida a gente não tem tempo pra se preocupar com isso. Trabalho a noite Trabalho no rio Capim, planto de dia, corto o machado, mas vivo feliz. Deus ajuda quem trabalha⁹⁵.

Por outro lado, admitia que a poluição mudou o formato das plantas na várzea. O cupuaçu, a banana e a manga sempre passaram a rachar depois de todos estes acontecimentos. Em suas falas, a poluição seria o fator de maior descontentamento que teria sido acarretado pelas indústrias que no município se instalaram. Sua insatisfação se agravava por que segundo contou a ALUNORTE teria prometido que ia repassar 150 mil para ajudar na compra de caixas que suspensas serviriam para plantação, o que nunca aconteceu: “eles não deram quase nada, tomamos água do poço mesmo, com gosto diferente. Eles não agiram como homens”⁹⁶.

De maneira geral, os moradores de São Lourenço, muitas vezes reúnem num mesmo rol o que consideram poluição com vários outros problemas que podem ou não estar transversalmente ligados a poluição. Assim, é comum dizerem que “a poluição que a ALBRÁS/ALUNORTE gera é muito ruim para as pessoas daqui. Eles

⁹⁴ A placa a que Seu André se refere foi colocada no momento em que a contaminação do rio Murucupi estava em seu auge, com o aparecimento de vários peixes mortos e de uma coloração avermelhada em toda a sua extensão. Hoje em dia ela não mais existe.

⁹⁵ André dos Santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005.

⁹⁶ André dos Santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005. Lembro, conforme foi apontado que a categoria homem remete à honra.

só trouxeram falsas esperanças de emprego e roubo para nossas terras⁹⁷”. É comum associarem a crítica à situação do rio Murucupi juntamente à questão dos empregos ou de suas terras. Argumentam que se ao menos tivessem emprego para ganharem dinheiro, o peixe e a mandioca não fariam tanta falta. Além disto, as formas de avaliação do que consideram poluição variam de morador para morador. Alguns consideram que nem o rio, nem as frutas apresentam problemas e que se já houve problema, tudo já voltou ao normal. Outros dizem que não comeriam dos peixes deste rio de jeito nenhum e acham que o rio nem se compara com o que era.

As famílias, que sem dúvida alguma são o elo mais enfraquecido dentro do circuito prefeitura/ empresa/ órgãos ambientais, tentam a qualquer custo se manter nessa região que conhecem e em que todos os antepassados de quem têm memória viveram. A pesquisa etnográfica procurou refletir justamente a multiplicidade das situações específicas por que passam, bem como os enfrentamentos cotidianos visando sua manutenção e sobrevivência, agora frente aquilo que não entendem tecnicamente, mas que observam na cor, na forma e no gosto de suas produções.

Apesar de não discernirem os vários momentos de poluição já ocorridas na região em que moram, pois tendem a condensar os vários momentos dos acidentes ambientais por que já passaram em um único, demonstram em seus comentários aquilo que é mais visível, ou seja, a cada vez maior impossibilidade de manterem o mesmo padrão de vida que tinham antes da era “CODEBAR”. É menos relevante para eles saberem quantas foram as vezes em que ocorreu derramamento de produtos químicos no rio, qual a substância que o contaminou, ou, porque as frutas não amadurecem, pois, o que mais os assusta é o fato de estarem expostos a uma série de eventos que desconhecem e são obrigados a reinterpretar para continuar vivendo em São Lourenço.

⁹⁷ André dos Santos, 59 anos. Entrevista concedida em 30/08/2005.

Considerações Finais

Este trabalho teve como intenção discutir as consequências e implicações sociais geradas pela intervenção da ALBRAS/ALUNORTE na localidade de São Lourenço tomando como referência a percepção de seus moradores. Foi constatado que, para estas pessoas, que sobreviviam em grande parte da produção de suas roças e também da pesca, o trabalho assalariado vem ganhando importância, especialmente entre os mais jovens e mais escolarizados, embora só consigam se empregar em empresas terceirizadas.

A localidade de São Lourenço apresenta características específicas (sentimentos de pertencimento ao local e à família Santos, laços de solidariedade) que recriaram e recriam seu mundo, suas formas de relações sociais, e, que construíram socialmente suas maneiras de viver. As posturas dos moradores são marcadas pela dinâmica interna de família, que produz, basicamente, para a sobrevivência, embora, esta demarcação não seja de todo modo avessa às relações com o mercado.

O estudo das transformações sociais nesta localidade constituiu um desafio, dada a complexidade de analisar do contexto de um espaço social onde coexistem antigos e novos processos de organização social. Ao longo de vinte e cinco anos, a população de São Lourenço tenta se organizar de acordo com suas formas de produção e com as experiências advindas dos acúmulos culturais de seus moradores. Tentam também fazer frente às ações impositivas de agentes externos, desde as primeiras negociações com a CDI.

Percebeu-se como a intervenção das empresas instaladas no município influenciou em vários níveis no processo de organização social de São Lourenço: pelas tentativas de desapropriação, pela forma de inserção destas pessoas no mercado de trabalho, pelo descaso com os efeitos da poluição. As novas formas de trabalho que se formaram ligadas às empresas apresentam continuidades e rupturas com as maneiras

de viver anteriores, podendo oferecer condições para que essas pessoas ampliem ou não suas possibilidades de sobrevivência.

A análise das transformações sócio-espaciais, a partir das percepções e do registro da memória destas pessoas são, ao mesmo tempo, individual e coletivamente construídos, sendo relevantes para a tentativa de se recuperar outros aspectos e versões da história social da região. .

A compreensão de suas percepções sobre o tempo anterior ao da ALBRAS/ALUNORTE manifesta para os mais velhos um sentimento de saudade. Uma saudade que sentem da vida que levavam antes e de tudo que perderam diante de todas as repercussões que se fazem presentes. Uma saudade que segundo Da Matta (1994) é a expressão da experiência vivida que dialoga com pedaços do tempo, fazendo assim retornar momentos especiais e desejados de volta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A Guerra dos Mapas. Belém, 1995
(Seminário Consulta).

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1985.

_____. A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica de Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANTONAZ, Diana *Na escola dos grandes projetos. A Formação do trabalhador industrial na Amazônia*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS 1995.

_____. **“Perturbações laterais nos grandes projetos”. XX reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Salvador, Abril de 1996.**

_____. **” Conflitos ambientais em cidades industriais. Um estudo comparativo entre Volta Redonda e Barcarena” XXIV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Recife, 2004.**

BORGONOV, Mário. Estudo Preliminar para Preservação da Flora e Fauna de Proteção do Complexo Industrial da Alumina-Alumínio e Produção Agrícola para Atendimento do Pessoal vinculado a Alunorte e Albras no município de Barcarena-Pa. Alunorte, mimeo, 1980.

BECKER, B. K. Logística: Uma nova racionalidade no ordenamento do território? In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, AGB:1993.

BECK, Ulrich. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons Pratiques*. Paris: Ed. Du Seuil, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1964.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. (orgs.) *Emille Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons. Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo: Editora Moraes, 1992

CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá.(orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, Edna. “Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidade”. In: CASTRO, Edna; HEBETTE, Jean. (orgs.). *Na Trilha dos Grandes Projetos- Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: NAEA, UFPA, 1989.

_____. “Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais”. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. “Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia”. In: JACKSON COSTA, M. J. (org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Conta de Mentiroso: Sete ensaios da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1993.

DOUGLAS, Mary. *Enviroments at risk*. Science in Context. Readings in the Sociology of Science. London: Barry Barnes & David Edge, 1982.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Dicionário de Ciências Sociais*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GODELIER, Maurice. *Antropologia e economia- Horizontes da antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1973.

HALBWACHS, Maurice *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997.

LEAL, Aluísio. *O Impacto da Modernização Econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência: O caso do complexo industrial de Barcarena*. Belém: UFPA/FADESP, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A tecelagem dos conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1988.

_____. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro, Nuap/Relume Dumará, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude . *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LEITE LOPES, José Sérgio (coord.) *A ambientalização dos Conflitos Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993

_____. “Além dos pequenos e dos Grandes Projetos: o papel da Universidade Federal do Pará”. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá(orgs.) *Industrialização e Reorganização do Espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

_____. “Migrações e Tensões Sociais na Amazônia”. In: MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

NEVES, Delma Pessanha. O produtor agrícola: Ambigüidades, mitos e impasses teóricos. *Revista Estudos de Sociologia On Line*. Vol.2. Pernambuco:UFPE, 1996.

PEIRANO, Mariza. “O encontro etnográfico e o diálogo teórico”. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1985.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992.

POLANYI, Karl. “La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps”. Paris: Éditions Gallimard, 1972.

QUEIROZ, Renato da Silva. *Caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP., 1980.

SAYAD, Abdelmalek; BOURDIEU, Pierre. *Le Déracinement*. Paris: Les éditions de minuit, 1964.

SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. In: ROSA, LP. et. al. *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ed, 1988.

SILVA, Maria José de Oliveira. *Parceria e Pirataria: Uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

SOUZA, Wellington Cezar de A. “Desenvolvimento Sustentável, perspectiva possível numa Comunidade Assentada?”. In: *Seminário de Iniciação Científica da UFPA*, 13., 2002, Belém. Anais do XIII Seminário de Iniciação Científica da UFPA: Belém, 2002. CD-ROM.

_____. “Estudo comparativo entre os grupos familiares do Curupere e do Laranjal”. In: *Seminário de Iniciação Científica da UFPA*, 11., 2000, Belém. Anais do XI Seminário de Iniciação Científica da UFPA: Belém, 2000. CD-ROM.

_____. “Mudanças Sócio-Culturais em uma Comunidade Tradicional”. In: *Seminário de Iniciação Científica da UFPA*, 12., 2001, Belém. Anais do XII Seminário de Iniciação Científica da UFPA: Belém, 2001. CD-ROM.

_____. “Transformações e Resistências Sociais: Reflexões e Perspectivas sobre Curupere. Considerações sobre a pesquisa e o pesquisar”. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Belém, Departamento de Sociologia/UFPA, 2003. (mimeo).

STOCKINGER, Gottfried. “A Reestruturação de relações tradicionais na Amazônia numa era de modernização forçada (1960-1980)”. In: JACKSON COSTA, M. J. (org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury (coord.). *Repercussões sócio-econômicas do complexo Industrial ALBRAS/ALUNORTE em sua área de influência imediata*. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), 1991.

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. *Transformações Sociais e Lutas Cotidianas no Laranjal em Barcarena*. Relatório Final de Pesquisa. Belém: UNAMA, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

WELLINGTON CEZAR DE ANDRADE SOUZA

Vinte e cinco anos depois

**Efeitos Sociais do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço
(Barcarena-Pará)**

BELÉM-PA

2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Souza, Wellington Cezar de Andrade

Vinte e cinco anos depois: efeitos sociais do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena - Pará) / Wellington Cezar de Andrade Souza; orientadora, Diana Antonaz - 2005

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2005.

1 .Desenvolvimento social. 2. São Lourenço (Barcarena, PA) - Condições sociais. 3. São Lourenço (Barcarena, PA) - Condições econômicas. 4. São Lourenço (Barcarena, PA) - Desenvolvimento. I. Título.

CDD - 20. ed.

303.44098115

ANEXOS